PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO GENEALÓGICO BRASILEIRO

Biblioteca Genealógica Brasileira

6

CARVALHO FRANCO

Os Camargos de São Paulo

2.ª EDIÇÃO, AUTORIZADA PELO AUTOR
(Meio Milheiro)

1943

O appellido de Camargo é originario da região cantabrica e ligado ás antigas montanhas de Burgos. Os primeiros indecisos genealogistas confundiram-no, no entanto, com o titulo asturiano de Camango e trouxéram-no assim unido desde Tyrso de Avilés e só ultimamente têm procurado desfazer tal erro, estudando seus troncos e armas distinctas, em contraposição á casa e ao signo heraldico solitario dos Camangos.

O solar primitivo daquelles demorou na povoação de Camargo, no valle de tal nome, situado na provincia de Santandér e dahi distendeu, desde fins do seculo XII, ramos que originaram novas casas pela Espanha, pela Europa e, finalmente, pela America.

Cumpre assim observar que os Camargos se tornaram sobremodo espalhados pelo seu paiz de origem e a sua linhagem, das primeiras apparecidas, forneceu grandes dignitarios ecclesiasticos e seculares. Como affirmação da sua nobreza, encontramos seus brazões d'armas descriptos em velhos codices e esculpidos em varios monumentos, alguns dos quaes attingem ao seculo XIV.

Assim, Tyrso de Avilés, seguido de outros genealogistas, descreve como armas dessa familia, as dos Camangos: de negro, com tres ouriços de prata, postos em triangulo.

As mesmas armas, segundo Argote de Molina, eram usadas pelos Silvanos, procedentes de d. Muño de Priego e se acham esculpidas na casa do marquez de Tarifa, em Sevilha.

Escágedo Salmón accrescenta as modalidades observadas em varios manuscriptos da Bibliotheca Nacional de Madrid, cada qual dando armas distinctas aos Camargos, o mesmo fazendo outros autores, cumprindo notar que a inspiração heraldica se firma porém immutavel em arruelas veiradas, bocaes de poço e caldeiros.

Desse modo, Hita as descreve: de ouro, com seis arruelas de prata cheias de veiros azues, bordadura de vermelho com tres castellos de ouro.

Bartolomé Frias de Albòrnoz, do mesmo marquezado: de ouro, com seis arruelas de prata cheias de veiros azues, bordadura de vermelho com doze estrellas de ouro.

Enunciamos o presente trabalho como uma noticia — e, na realidade, poderiamos classifical-o como simples relação genealogico-historica dos Camargos de São Paulo e seus affins, em suas tres primeiras gerações.

Silva Leme, que foi, entre nós, notavel émulo do grande genealogista Pedro Taques, organisou todo o titulo dos Camargos, até então inexistente. Deixou, no entanto, em branco, a identidade historica de todas as figuras dessa progenie, o que, aliás, resalvou, dizendo não lhe ter sido isso possivel, pelo consideravel vulto da tarefa.

Dahi, nascer-nos o desejo duma contribuição nesse sentido, embóra restricta entre os antecedentes do titulo genealogico e a geração nascente, dos primórdios do seculo XVIII.

Encontrará nella, provavelmente, o leitor, alguma cousa nova, dando uma visão mais ampla da importancia de tal familia, que entrou com ponderavel contingente, não só para nossa formação geographica, como para evolução do nosso meio social e politico.

Lembraremos assim tambem que, sob os empoados e amarellecidos papeis dos archivos, se encontram os homens. E que, si quizermos attingir ao amago da historia, teremos de empregar, necessariamente, o methodo da revivescencia de cada um delles.

São Paulo, 20-X-1936.

CARVALHO FRANCO

DELEGADOS DO INSTITUTO GENEALÓGICO BRASILEIRO

Foram nomeados *Delegados* e *Representantes Oficiais do Instituto* nas localidades abaixo, os seguintes sócios, com plenos poderes (inclusive receber quantias): (1)

Araxá (Minas) .... Sebastião de Afonseca e Silva
Barão Homem de Melo .... Reinaldo Maia Souto
Cachoeira (Rio G. Sul) .... Orlando da Cunha Carlos
Cachoeiro de Itapemirim .... Dr. Wilson Lopes de Resende
Cajurú .... Prof. Pedro Saturnino Vieira de Magalhães
Campina Grande .... Epaminondas Camara
Campinas .... Dr. Teodoro de Sousa Campos Junior
Campo Formoso (Goiáz) ...... Padre José Trindade da Fonseca e Silva
Campos .... Dr. Alberto Frederico de Morais Lamego
Corrêjas (Rio) .... Lourenço Luiz Lacombe
Fartura .... João Jaques Ribeiro do Vale
Formiga (Minas) .... Dr. Coriolano Pinto Ribeiro
Franca .... José Pedro Carvalho Junior
Guaranesia (Minas) .... Dr. Jorge Bueno de Miranda
Itapolis .... Julio da Silveira Sudário
José Bonifácio .... Dr. Romeu Maia Souto
Lins .... Dr. Elias Alves Corrêa
Livramento (R. G. do Sul) .... Coronel Francisco Flores da Cunha
Lorena .... Dr. Antonio da Gama Rodrigues
Mariana .... Cônego Raimundo Otávio Trindade
Ouro Fino .... Dr. Pompeu Rossi
Palmeiras (Goiáz) .... Prof. Jarbas Jayme
Paracatú .... Prof. Olimpio Gonzaga
Paraíba do Sul .... Pedro Gomes da Silva
Pelotas .... Exma. Snrta. Doutora Heloísa de Assumpção
Penápolis .... Dr. Geraldo Cardoso de Melo
Pentecoste .... Dr. Antonio Drummond Aguiar
Petrópolis .... Dr. Mario Aloisio Cardoso de Miranda
Piedade .... Benedito Bueno de Camargo
Pindamonhangaba .... Cap. Dr. Gustavo Adolfo Ramos de Melo
Pirenópolis (Goiáz) .... Prof. José Assuêro de Siqueira
Ribeirão Preto .... Prof. Dr. Oscar de Moura Lacerda
Rio Grande (Sul) .... Octacilio Grafulha
Santo Angelo .... Capitão Dr. Amyr Borges Fortes
Santos .... Dr. Severino de Novais e Silva
São Bento Sapucaí .... Dr. Paulo Emilio d'Alessandro
São Carlos .... Prof. Nelson Camargo
São Gabriel .... Celso Martins Schröder
São José dos Campos .... Dr. Luiz de Azevedo Castro
Tanabí .... Sebastião Almeida Oliveira
Taubaté .... Dr. Felix Guisard Filho
Tietê .... Dr. Francisco Alberto Veiga de Castro

---

(1) Uma das funções do Delegado será colher dados e documentos das principais famílias locais; bem como dados biográficos de pessoas de destaque, de preferência falecidas.

Affonso Guerra de Sandoval as desenha: de ouro, com seis arruelas azues e em cada uma, duas faixas de veiros de prata, bordadura de vermelho com castellos de ouro sem conta.

Diogo de Soto y Aguilar assegura ser um escudo de prata, com cinco bocaes de poço de vermelho.

Não descobrimos documentos que nos esclarecessem o symbolismo desse brasão de familia, nem cremos que existam. Ultimamente, Garcia Carraffa tenta condensar todas as variantes encontradas, estabelecendo o seguinte:

O solar do valle de Camargo usava: de ouro, com quatro bocaes de poço de negro e bordadura de vermelho, carregada com oito castellos de ouro.

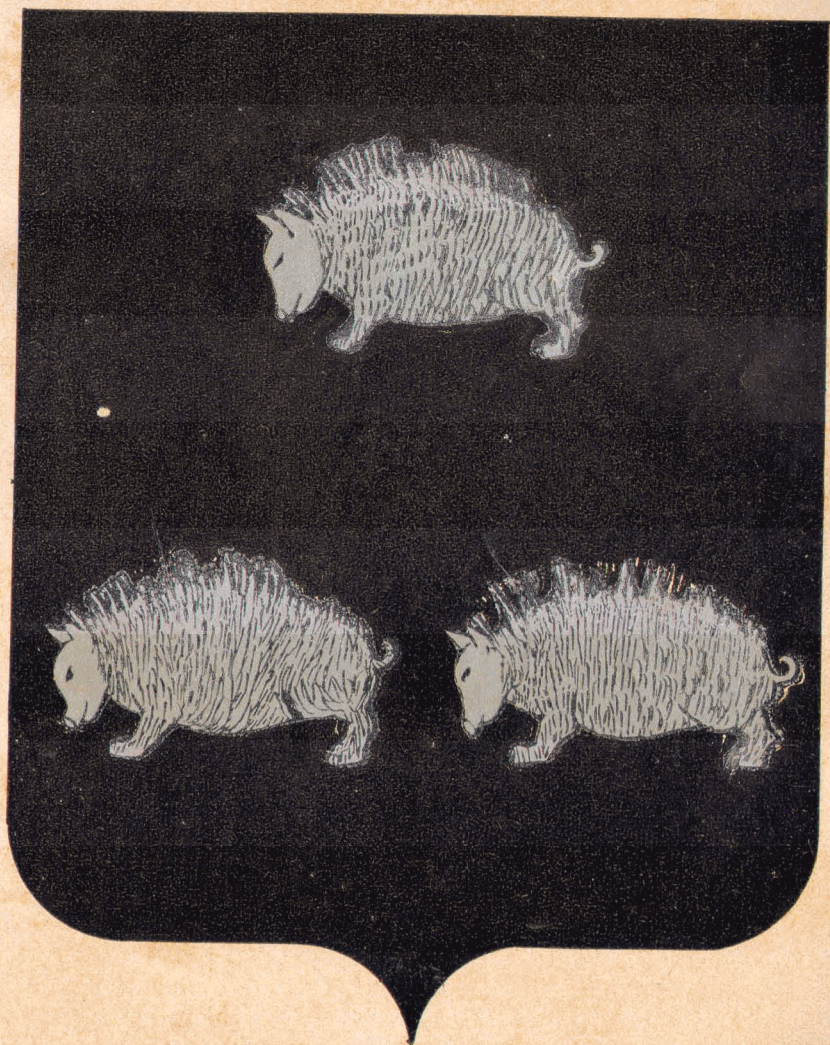
O ramo da Estremadura, usava: de ouro, com cinco caldeiros de negro postos em santor e bordadura de vermelho, carregada com oito castellos de ouro.

A casa de Santillana usava: de ouro, com seis arruelas de veiros de azul e prata e bordadura de vermelho, carregada com dez castellos de ouro. Ramificações desta ultima casa, usavam: esquartelado — no primeiro e quarto, ás armas acima e no segundo e terceiro, uma banda de prata em campo de azul.

A proposito das armas do ramo de Placencia (Caceres) escreveu-nos o padre Gabriel Lorente, existir no claustro da cathedral daquella cidade, na sepultura de d. Diogo Ruiz de Camargo, um escudo com cinco caldeiros e oito aspas na bordadura, em lugar de castellos, esclarecendo que as aspas, ou cruzes de Santo André, deviam ter sido conferidas à algum ascendente do primeiro desse appellido fixado em Placencia e que alli falleceu em 1362, pois as cruzes referidas são privativas dos cavalleiros que figuraram na tomada de Baeza (1227).

O mesmo escudo está lavrado no cimo da porta do convento de Santa Clara, da mesma cidade, figurando como armas de d. Affonso Ruiz de Camargo, fundador do mosteiro, irmão de d. Diogo e que falleceu em 1477.

O ramo Ruiz de Camargo, de Placencia, adviéra de Buréba, na provincia de Burgos, com Gonçalo Ruiz de Camargo. Na mesma provincia permaneceu a raiz de tal galho que, no seculo XVI, com Francisco Ruiz de Camargo, morador em Rôa, fazia em 1546 constar de sentença as suas armas: de ouro, com seis arruelas postas duas, duas e duas e formadas por duas faixas de veiros de azul e prata e bordadura de vermelho, carregada de dez castellos de ouro, com redondel de azul no centro, postos tres em chefe, seis nos flancos e um em ponta. Resalta daqui a impossibilidade de qualquer conclusão

ARMAS DOS CAMANGOS

ARMAS DOS CAMANGOS

sobre o escudo dos Camargos — pois constatamos, num só ramo da familia, figuras heraldicas differentes.

Em Burgos ainda demoravam os Garcia de Camargo, que usavam armas identicas ás ultimas descriptas, como se poderá verificar no livro da "Confraria dos Cavalleiros de Santiago", existente na Camara Municipal daquella cidade.

Entre os Camargos foram muitos os guerreiros de renome e os que exerceram cargos elevados na administração real — mas onde bastante sobrelevaram foi nos feitos da época dos descobrimentos maritimos e nos da conquista americana.

Nesta face, não vale individualizar nomes. Aqui é um Camargo, companheiro de Affonso Alvares Pineda, que perece na conquista de Panuco. Alli outro, governador de Jamaica e que nos deixou uma historia da Tlascala. Ainda outro, alcaide da fortaleza de Vilcabamba, engrandece resistindo aos incas rebeldes. Mais além, um quarto, companheiro de jornada de Cabeça de Vacca, morre ás mãos asperas de Domingos Martinez de Irala.

Assim foram muitos e nos desviariamos demasiado do plano deste trabalho, si tentassemos ir empós elles.

De um ultimo, porém, que os nossos genealogistas insistem ter directa relação com o tronco paulista desse appellido, necessitamos relembrar o feito que o celebrisou e que foi, como é mistér accentuar, apenas um rasgo dentre os memoraveis emprehendimentos dos Camargos, na historia da conquista americana.

Queremos nos referir a d. Affonso de Camargo, sobre o qual Silva Leme diz vagamente que em 1539 emprehendeu ir ao Perú, pelo estreito de Magalhães e que, após terriveis peripecias, chegou a ganhar o porto de Arequipa.

Tal acontecimento merece mais algumas palavras.

Seus antecedentes historicos remontam ao tempo em que Izabel de Espanha doou ao fidalgo portuguez d. Simão de Alcaçovas e Sotomaior, duzentas leguas de terras, a contar do povoado de Chincha, até ao estreito de Magalhães, donataria essa baptisada com o titulo de "Provincia de Nova Leão" (1529).

Os conhecimentos geographicos do tempo não bastavam para uma noção perfeita de taes limites territoriaes, que hodiernamente abrangem a Patagonia, a Terra do Fogo e o sul do Chile.

Da diligencia de d. Simão de Alcaçovas existem duas relações, publicadas na integra por Pastells. A primeira dellas é a do escrivão da côrte, Affonso Veedor, e está redigida no estylo proprio e fastidioso do notario. A segunda, é resurreição tragica dum episodio de conquistadores espanhoes no seculo XVI.

Lopez de Gomara resume a sombria aventura de Alcaçovas em duas linhas tranquillas: "Não soube levar nem se valer da sua gente; e, assim, o mataram a punhaladas, dez ou doze dos seus, no cabo de São Domingos, que é antes de chegar ao estreito de Magalhães." Mataram ao fidalgo portuguez, cavalleiro contino e gentilhomem da boca do imperador Carlos V, sob accusação de que promettêra mais do que podia cumprir e que a todos enganára com uma miragem. Demasiado foi, portanto, o seu castigo.

Aparentado pelos laços de casamento com d. Simão de Alcaçovas e Sotomaior, d. Francisco de Camargo, natural e residente em Placencia, com a influencia do bispo dessa cidade, seu irmão d. Guterres de Carvajal, teve como que a herança dessas mesmas terras do extremo austral americano.

O tronco dos Camargos de Placencia, na provincia de Caceres, fôra d. Gonçalo Ruiz de Camargo, natural de Buréba, em Castella a Velha, casado com d. Maria Lopes e que viveu em tempo do rei d. Affonso II e de d. Pedro, tendo fallecido no anno de 1362.

Logo na primeira geração, essa casa se uniu pelo casamento á de Carvajal, que trazia sua linhagem do rei d. Bermudo II, de Leão, e que usava como armas, em campo de ouro, uma faixa de negro.

O ramo dos Camargos continuou porém em d. Ignez de Carvajal, filha de d. Catharina de Camargo e de d. Guterres de Carvajal, seu primo segundo, a qual foi casada com d. Francisco de Vargas, filho de d. Diogo de Vargas e de d. Maria de Medina e que foi ministro dos reis catholicos e do imperador Carlos V e teve grandes honrarias, tendo fallecido em 1524.

Teve dez filhos do seu casamento, entre os quaes d. Guterres de Carvajal, que foi bispo de Placencia e d. Francisco de Camargo, que succedeu no morgado que nelle fundaram seu pae e seu tio Martim Ruiz de Camargo, primo irmão de d. Catharina de Camargo, sua avó materna. Foi gentilhomem da boca do imperador Carlos V, ao qual serviu e acompanhou na Allemanha e nas demais partes onde aquelle monarcha esteve. Casou com d. Maria de Sotomaior, mulher que havia sido de Garcia Rodrigues de Escobar, filha de Guterres de Sotomaior e de d. Maria de Campos, sua primeira mulher.

O foral das terras doadas a d. Francisco de Camargo, foi lavrado a 6 de novembro de 1536, em Valladolid e a 8 de dezembro era elle nomeado governador das terras que cahiam até ao estreito de Magalhães, com os titulos de adeantado, aguazil-mór e a dignidade de conde.

Pastells escreve que a expedição de Pedro Sarmento de Gambôa não teria tido lugar, si a de d. Francisco de Camargo lograsse exito — pois não se tratava de descobrir e sim de povoar. Ao demais, o principal intento era assegurar a navegação do Perú, para o transporte do ouro e da prata dos Incas.

Da expedição abundam os documentos relativos ao seu preparo e ás mercês e prerogativas concedidas ao donatario e a seus companheiros — mas, da viagem e do seu completo mallogro, quasi nada se sabe, não existindo dados nem nos archivos, nem nos historiadores das Indias, restando apenas um diario incompleto do unico navio que conseguiu retornar á Espanha.

A armada que se organizou para tal fim, composta de quatro náos, ficou conhecida na historia como sendo a do bispo de Placencia, pois foi d. Guterres de Carvajal que lhe estipendiou a maior parte. Todos seus preparativos em Sevilha foram confiados a d. Affonso de Camargo, nauta de renome e cujo grau de parentesco com o bispo e seu irmão d. Francisco de Camargo, não conseguimos descobrir.

Já accentuamos que nenhum tratado genealogico espanhol, que tenha sido impresso, contém o titulo de Camargo. Os dados que obtivemos sobre d. Francisco de Camargo, são tirados dum manuscripto do seculo XVIII, intitulado "Camargos de Placencia", existente no archivo cathedralicio dessa cidade, attribuido a d.Gonçalo Ignacio Barahona e do qual possuimos copia, que nos foi cedida pelo reverendo Gabriel Lorente, antigo professor do Collegio dos Marianos, de Placencia.

Nas "Cartas das Indias", se diz que a armada do bispo de Placencia zarpou de Sanlucar, ao mando de d. Affonso de Camargo. Documentos coevos no entanto firmam que d. Francisco de Camargo não podendo ir, delegou seus poderes ao commendador do Hospital Real, frei d. Francisco da Ribeira, que, por carta régia de 25 de julho de 1539, foi nomeado general e governador da expedição, sendo confiado o commando de duas náos a d. Affonso de Camargo.

A capitanea teve como mestre a Miguel de Aragão, piloto portuguez, que desempenhou identico cargo, quatro annos antes, na capitanea de d. Pedro de Mendonça e a ultima ficou sob o mando do capitão Gonçalo de Alvarado.

A 19 de setembro de 1539, a armada já havia largado de Sanlucar de Barrameda. Raros os nomes conseguidos da comitiva e assignalados por Pastells e Vicuña. Nenhuma referencia a d. Affonso de Camargo, que de uns raros documentos tambem sabemos que foi em companhia de um Francisco de Camargo, cuja relação genealogica tambem não conseguimos estabelecer. A navegação se fez directamente ao estreito e é positivo que nelle embocou a 20 de janeiro de 1540 e dois dias depois, perdeu-se a capitanea.

A náo de Alvaro, após tentar inutilmente recolher os naufragos, inclusivé d. Francisco de Ribeira, pervagou alguns mezes ao léo e depois retornou á Espanha.

Dos navios commandados por d. Affonso de Camargo, um naufragou, não se sabe onde, e outro, o primeiro depois de Fernando de Magalhães, logrou atravessar o estreito, sahindo no Pacifico e após tocar a costa do Arauco, chegou ao litoral do Perú, penetrou no porto de Quilca, provincia de Arequipa, muito mal tratado, razão por que ahi vendeu todo mantimento e outras provisões existentes a bordo.

Pedro Cieza de León assignala — "um dos navios que sahiram da Espanha com incumbencia do bispo de Placencia, desembocou pelo estreito e veiu aportar em Quilca, perto de Arequipa e dalli foi á cidade dos Reis e ao Panamá. Trazia bôa relação dos gráos em que se achava o estreito e do que soffreram na viagem e trabalhosa navegação que fizeram, a qual não transcrevo aqui, porque ao tempo que demos batalha a Gonçalo Pizarro, a cinco leguas da cidade de Cusco, no valle de Jaquijaquara, deixei-a entre outros papeis e registos meus e m'a furtaram, do que fiquei bastante penalisado."

Desappareceu desse modo a unica fonte esclarecedora da notavel travessia realisada por d. Affonso de Camargo.

Em julho de 1541, chegavam a d. Francisco de Camargo taes novas desanimadoras. Tinham sido avultadas suas perdas materiaes e igualmente as do seu irmão, o bispo de Placencia.

Combalido da saúde, d. Francisco de Camargo escrevia o seu testamento e vinha a fallecer a 1.º de novembro de 1546, em Madrid, sendo sepultado na igreja de São Francisco, na capella erguida por seus maiores.

E os derelitos da sua expedição constituiram os naufragos fantasticos, que deram nascimento á legenda secular da cidade dos Cezares. Um documento publicado por Turibio de Medina, esclarece que dois delles, dezenas de annos após, surdiam em Concepción (Chile) dando alguns detalhes e como o seu chefe, Sebastião de Argolo, perdida a esperança de retornar á patria, se internára, fundando a chimérica cidade patagonica.

Redundára assim na implantação duma miragem americana, a esperançada diligencia dos Camargos, em cujas clausulas da capitulação se incluia, maravilhadamente, o quinto do "ouro e prata, pedras e perolas, que se houvesse em batalha ou em entrada de gente ou por resgate com os indios ou de minas."

*
* *

Dom Affonso de Camargo, que os fados haviam arrojado ás costas do Perú, deixou-se ficar nessa provincia, com seus companheiros de aventura, dos quaes apenas sabemos os nomes de Francisco de Camargo, Diogo Mazo de Aldrede e certo Candia.

Empolgou-o dentro em pouco a luta da conquista que alli então se travava, tumultuosa e sanguinaria. Uniu-se a Pedro Anzures e marchou com elle em demanda de Pedro Alvares Holguim, sendo dentro em pouco elevado a alféres-mór, por Diogo Centeno.

E' sabido que este era natural de Cidade Rodrigo, descendente de Fernando Centeno, de Castella, homem riquissimo e que acompanhára antes a Gonçalo Pizarro. Abandonou-o e se fez seu feroz inimigo, após a morte de d. Gomes de Luna. Residia em Charcas e alli levantou o povo contra o lugar tenente de Pizarro, Francisco de Almendrias e, acompanhado de seus partidarios, entre outros, Lopo de Mendonça, Affonso Pires de Esquivel, Affonso de Camargo, Francisco de Camargo, Fernando Nunes de Segura, Lopo de Mendieta e João Ortiz de Zárate, assassinou-o em praça publica e jurou guerra de morte a Pizarro, em favor do Rei.

Desse modo, mal descansado da sua penosa viagem maritima, d. Affonso de Camargo tomou parte nas guerrilhas dos conquistadores do Perú, decidindo-se pelo bando de Blasco Nunes Vela.

Logo em começo, já o seu navio servira á causa real, como dava noticia de Quito, a 15 de novembro de 1541, o licenciado Christovam Vacca de Castro: "Dizem que ha em Cusco quinhentos homens, porque, além da que havia alli, se juntou toda a que trazia uma náo grande, das do bispo de Placencia, que atravessou o estreito e aportou em Arequipa; e além disso forneceu tambem um barril de polvora e ha nella um tal Candia, que todo o dia fabríca munição."

Continuando a sua decisão, fez d. Affonso a caminhada desde Prata (Sucre) até Lima e em seguida volveu a Charcas, seguido de perto pelo implacavel d. Francisco de Carvajal, conhecido por "Demonio dos Andes". Uniu-se a Lopo de Mendonça e marchou para as serras, alli encontrando os restos destroçados da expedição de Diogo de Rojas, que do Rio da Prata regressava ao Perú.

Procuraram então todos organizar-se, mas d.Francisco de Carvajal não lhes deu tempo: cahiu sobre o bando, anniquilando-o na batalha de Pocona.

Esclarece Agustim de Zárate, que Lopo de Mendonça, vendo que não tinha gente para enfrentar Carvajal, resolvera internar-se pelo sertão com os que pudessem acompanhal-o, o que não sommou mais de cincoenta homens e assim andaram até um rio, a duas leguas de Pocona. Ahi os alcançou Carvajal, aprisionando diversos e mandando

degolar os principaes, entre os quaes Lopo de Mendonça e Pedro de Heredia.

— "E recolhendo todas matalotagens, assim as que traziam como as que tomaram, regressou a Pocona, promettendo não fazer mal a todos que escaparam vivos, antes lhes restituindo suas armas e cavallos e o mais que lhes fôra tomado; e deixando muito poucos delles em sua companhia, aos demais enviou a Gonçalo Pizarro e proseguiu, levando comsigo a Affonso de Camargo e Luiz Perdomo, que são os que dissemos que fugiram com Lopo de Mendonça e concedeu-lhes a vida, porque lhe revelaram certa prata que Diogo Centeno deixára enterrada no povoado de Paria."

Dom Affonso de Camargo assim agia, porém, para ganhar tempo, pois não tardou a conspirar contra a vida do temivel caudilho, tendo como companheiro Luiz Perdomo, Diogo de Balmaceda, Diogo de Lujan e alguns outros. A esse proposito existem testemunhos coevos, que figuram na "Informação dos serviços prestados por Pedro Gonçalves do Prado, que entrou nas provincias do Tucuman e Rio da Prata com Diogo de Rojas, Felippe Guterres e Nicolau de Heredia e se assignalou na expedição de Francisco de Mendonça."

A testemunha Julião de Umaran narra minudencias da conspiração para o anniquilamento de d. Francisco de Carvaial e expõe como este, dominando-a, matou a d.Affonso de Camargo e varios outros "dia del señor San Miguel, del año pasado de quinientos e quarenta e seys años."

Pereceu desse modo o valente guerreiro e notavel piloto que foi d. Affonso de Camargo, uma das mais impressivas figuras dos conquistadores quinhentistas espanhóes.

Fallecia no mesmo anno em que na Metropole se extinguia, melancolicamente, o adeantado e aguazil-mór da mallograda "Provincia de Nova Leão", seu parente ao certo, d. Francisco de Camargo.

E esses salientes membros de tal estirpe foram, no dizer dos nossos genealogistas, os ascendentes do tronco em São Paulo desse appellido.

E' assim que escreve Silva Leme que a familia Camargo em São Paulo teve principio em Jusepe de Camargo, advindo á capitania na ultima parte do seculo XVI, filho de Francisco de Camargo e de Gabriella Ortiz, naturaes de Castella, neto paterno de Luiz Dias de Camargo e de Beatriz de la Peña. E accrescenta em nota que a ascendencia exposta encontrou-a num manuscripto do seculo XVIII, da lavra dum filho do capitão Diogo Gonçalves Moreira e que tal ramo dessa progenie, oriundo de Sevilha, era o mesmo a que pertencia o celebre navegante espanhol d. Affonso de Camargo.

Acceitando tal tradição, accentuaremos que esse traço de união entre os Camargos da Espanha e os de São Paulo, foi em primeiro evocado pelo dr. Ricardo Gumbleton Daunt, erudito conhecedor do nosso passado, que infelizmente não deixou registadas as longas e pacientes investigações que, sobre o assumpto, tivemos provas de que andou fazendo.

Revelou-as laconicamente, Estevam Leão Bourroul, na biographia que consagrou a esse illustrado pesquizador — e divulgou-as, Silva Leme, na sua extraordinaria obra sobre a genealogia paulista.

E aqui não levamos em conta o primeiro transmigrado ao Brasil, do appellido Camargo.

Foi elle Gaspar de Camargo, vindo com Thomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil e demorou na Bahia, nomeado contador por alvará régio de 5 de janeiro de 1549, por tempo de cinco annos e setenta mil réis de ordenado. A esse companheiro do antigo vedor da casa de d.João II e de d.Sebastião, se deu por alvarás de seis a sete do mez e anno acima citados, licença para resgatar de sua roupa duas peças de escravos por anno e a successão do officio de contador real a quem casasse com uma sua filha legitima, si por ventura fallecesse elle na colonia.

Mas Gaspar de Camargo, ou não permaneceu na Bahia ou falleceu e os da sua familia regressaram para o reino — porque o appellido de Camargo não reapparece mais em documento algum no Brasil, a não ser no final do seculo XVI, na capitania vicentina e na figura de Jusepe de Camargo.

*
* *

Roque Luiz de Macedo Paes Leme, filho do guarda-mór e commendador Pedro Dias Paes Leme e conego chantre da matriz de São Paulo, escreveu que Jusepe de Camargo ou historicamente, José Ortiz de Camargo, era natural de Castrogeriz (Burgos) filho de Francisco de Camargo e de Beatriz de la Peña.

Aquelle ecclesiastico deixou varios manuscriptos sobre genealogia e entre elles as "Memorias genealogicas das capitanias da Bahia e Pernambuco", que se conservam em Portugal e a "Nobiliarchia Brasiliense", que existe na Bibliotheca Nacional, manuscripto esse datado de Lisbôa, aos 5 de fevereiro de 1792 e no qual confessa haver extrahido a maior parte das "memorias do sargento-mór Pedro Taques de Almeida Leme."

Acreditamos assim que a sua asserção teve por base o titulo hoje perdido sobre os Camargos, da lavra do insigne linhagista Pedro Taques.

Azevedo Marques, citando como fonte os inventarios de José Ortiz de Camargo e sua mulher Leonor Domingues, actualmente desapparecidos, escreve nos seus "Apontamentos Historicos" que era filho de Francisco de Camargo e de Beatriz de la Peña, naturaes de Castella. Nota-se assim que, baseado em fonte diversa, deu a mesma versão sobre os progenitores de Jusepe de Camargo.

Em favor da affirmativa de Silva Leme, milita o facto de que, na Espanha, até o seculo XVIII, a regra era provir o primeiro appellido do lado materno ou dos avós maternos. Desse modo, Ortiz seria a procedencia materna do tronco paulista dos Camargos.

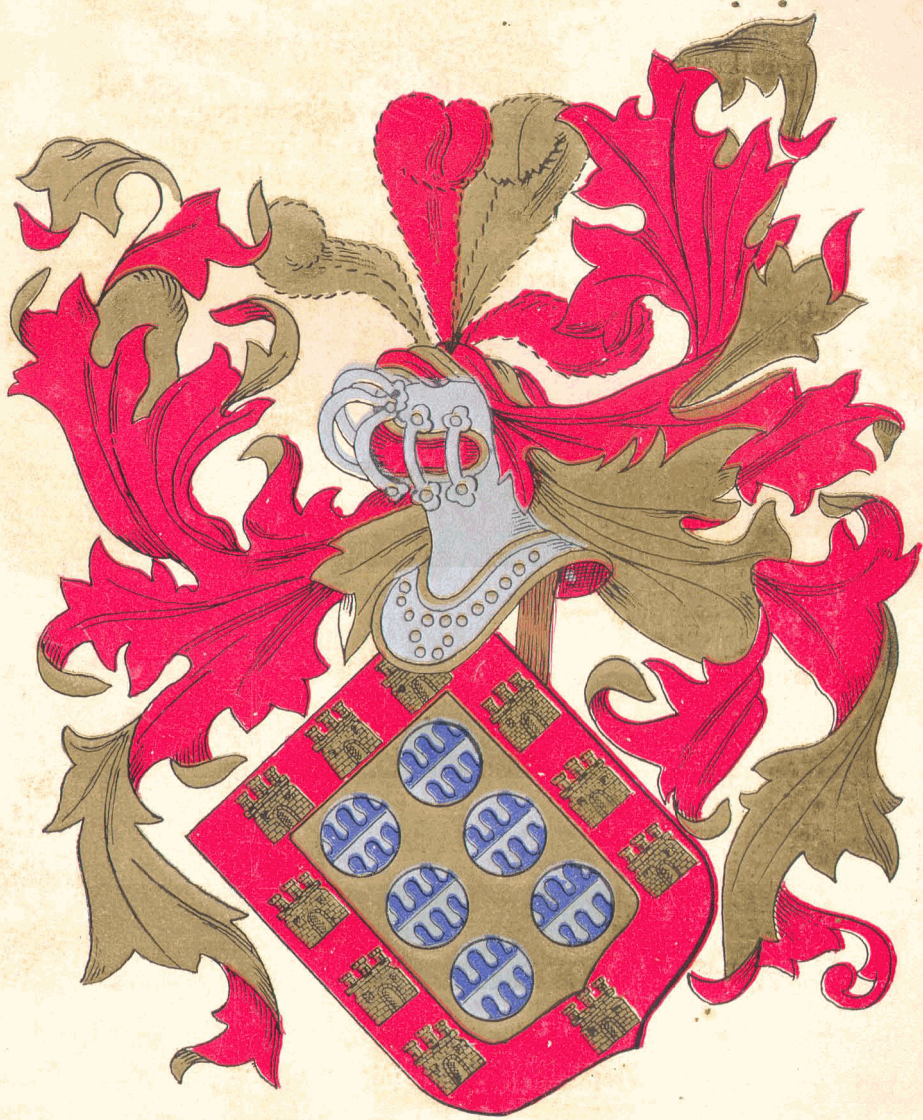
Azevedo Marques tambem menciona que José Ortiz de Camargo veiu para a capitania cêrca de 1580, mas nos documentos officiaes elle somente apparece pela primeira vez, na villa de São Paulo, em 1587, contrapondo-se já ao prestigioso Antonio de Proença e dando aso a se firmar que devêra se achar fixado no caminho do mar, onde tambem andava a esse tempo estabelecido o que foi seu sogro, Domingos Luiz Carvoeiro.

Embora não conste das relações publicadas por Pastells, nem do fichario a nosso pedido revisto no archivo de Sevilha, temos como certo que José Ortiz de Camargo veiu ao Brasil na armada de Diogo Flores de Valdés. O destino ainda havia de trazer um representante dos Camargos, nos emprehendimentos para colonisação da antiga malaventurada "Provincia de Nova Leão" e elle mesmo havia de se encarregar, mais uma vez, de desviar-lhe a róta.

Somos daquelles que entendem que, em materia historica, as hypotheses retrospectivas constituem méro passatempo. Deviamos desse modo, coherentemente, não possuindo a base documental, pôr de lado a indagação de quando e como viéra ter ao Brasil o tronco paulista, dos Camargos.

Seja-nos, porém, permittida aqui tal conjectura, nascida de um meticuloso estudo feito nos documentos referentes áquella armada, em confronto com os papeis dos nossos archivos coevos.

Lembraremos que outras figuras do meio social paulista no seculo XVI, vindos com Valdés, tambem não se encontram registadas nas relações mencionadas. Haja vista, como exemplo, Antonio Raposo, o velho, sobre o qual escreveu Pedro Taques que era natural de Beja e foi casado em Castella, com d. Antolina Peralta, com quem veiu na referida armada.

Em compensação, percorrendo as listas citadas, encontramos outros colonos a quem Pedro Taques dá procedencia diversa e que no entanto vieram na mesma esquadra, como Bartholomeu Bueno, o sevilhano.

ARMAS DOS CAMARGOS DA PROVINCIA DE BURGOS

Sobre o asturiano Diogo Flores de Valdés, "capitão general das costas do Brasil" e sua mallograda expedição ao estreito de Magalhães, pouco têm escripto os nossos historiadores. Entretanto, para a origem dos troncos genealogicos da capitania vicentina, tal estudo revela minudencias ineditas, merecedoras de um trabalho especial.

Não querendo, porém, desviar-nos do nosso assumpto, annotaremos apenas que os navios dessa armada se detiveram muitos mezes no Rio de Janeiro e em Santos, perdendo grande parte da tripulação por molestia e fuga. Nas tentativas sempre mal succedidas para penetrar o estreito, houve naufragios e deserções. E ao dividir-se toda, como ultima medida para realização da sua finalidade, houve ordem de recolher toda gente acampada em São Vicente, inclusivé a que alli guarnecia um forte, levantado por Valdés e commandado pelo seu sobrinho, capitão Fernando de Miranda (1583).

Deu-se então uma debandada para o interior da capitania, como dão noticia documentos dos nossos archivos. Entre os desertores, figuram os de appellido Madeira, Barregão, Ortiz, Ribeira, Bueno e outros, que não é de duvidar, constituiram o tronco de varias familias paulistas. Com a certeza de tal caracteristico, encontramos nas relações publicadas por Pastells, Francisco Martins de Bonilha, sua mulher e quatro filhos, negando-se desse modo a Silva Leme que dá os filhos desse casal como nascidos em São Paulo e Bartholomeu Bueno, o sevilhano, que vinha como carpinteiro pago, a trinta ducados.

Os frades Bartholomeu de Beamudo com um creado e Jeronymo de Montoia, ficaram residindo em Santos, além de outros tripulantes, que haviam naufragado em Santa Catharina e dalli se passaram a São Vicente. Houve uma tentativa para a captura de alguns desses fugitivos, como consta da acta de 9 de novembro de 1583. Mas o mandado expedido pelo capitão-mór Jeronymo Leitão nesse sentido nenhum resultado deu, pois, como allegava Sarmento de Gambôa ao Rei, eram os proprios portuguezes que induziam os povoadores do estreito a se deixarem ficar na terra e cuidadosamente os occultavam em suas casas.

Esses elementos todos começaram a apparecer gradualmente, após aquella data, nos documentos officiaes da villa de São Paulo e não é descabido, portanto, incluir-se entre elles José Ortiz de Camargo, que surge em 1587, reclamando contra Antonio de Proença.

*

* *

O tronco paulista dos Camargos revelou-se, desde cedo, decidido escravocrata. Não o encontramos figurando em nenhuma das entradas do final do seculo XVI e levadas a effeito pelo capitão-mór

Jeronymo Leitão, que, como é sabido, descia escravos até do longinquo Guayrá.

Desempenhou porém papel de relevo nas lides da defeza da villa contra a reacção selvicola entre 1590 e 1592. Nesse ultimo anno é feito almotacel, figurando num protesto ao capitão-mór. Em 1595 é eleito juiz ordinario.

Em 1598 passou a residir no rocio da Villa de São Paulo, visinhando com Diogo Fernandes e muito auxiliou as diligencias da prata e do ouro, organisadas na capitania, pelo magnifico senhor da casa dos Souzas do Prado.

Em 1602 é eleito vereador e o seu mandado é renovado no anno seguinte. Vemol-o então á frente duma junta eleita por determinação do provedor da fazenda real, Luiz d'Almada Montarroio, para classificação e registo dos escravos que deviam advir da entrada de Nicolau Barreto. O seu prestigio então era identico ao de Antonio de Proença, que foi o outro membro eleito.

Havia sido amigo do capitão-mór Diogo Lopes de Castro, pessôa da confiança de d. Francisco de Souza e, para o servir, havia até abusado da bôa fé do procurador do conselho, João de Sant'Anna, como este se lastimava á presença da camara, aos 22 de agosto de 1603.

A 17 de março de 1607, José Ortiz de Camargo tomava posse do cargo de juiz dos orphãos de São Paulo, nomeado por provisão do governador-geral Diogo Botelho.

Em 1612 voltou a ser novamente eleito juiz ordinario e, dada a sua actuação, sempre intransigente na questão do escravismo, apparece como cabeça na capitania, do movimento contra os jesuitas, em tal materia.

Não nos cabe aqui um estudo retrospectivo da questão da escravatura indigena em São Paulo. Baste lembrar que ella foi muito mais intensa e importante do que geralmente vem annotada.

Já em 1531, Gonçalo da Costa, então na Espanha, reclamava da rainha Izabel, providencias para que lhe fossem pagos os escravos indios que vendêra ás armadas de Sebastião Caboto e Diogo Garcia, no porto de Tumiarú.

Paschoal Fernandes, morador em Santos, empregava navios em tal mistér, com carreira para Jurú-mirim, angustura da ilha de Santa Catharina e Viaçá, que comprehendia a costa dessa região (1548).

João Sanches, de Biscaia, piloto da esquadra de Sanabria, relatava em 1550, a esse proposito, que toda costa, desde São Francisco até Laguna, estava despovoada de nativos, devido aos frequentes saltos dos portuguezes, com seus amigos tupiniquins.

Ruy Dias de Gusman, na sua "Argentina", conta que, em 1554, o capitão Garcia Rodrigues de Vergára dirigiu-se ao Guayrá, a mando de Irala, para assentar uma povoação que "provesse aos grandes damnos que os portuguezes faziam por aquella parte nos indios carijós, levando-os presos e captivos, sem justificação alguma de guerra, a vendel-os por escravos."

Note-se a extensão territorial de taes entradas, já no meiado do seculo XVI, por parte dos vicentinos: pela costa, attingiram Lacuna, pelo interior, iam até ao Guyará.

Vergára fundou Ontiveros, mas já no anno seguinte, recebia Irala reclamações novas contra os ousados habitantes de São Vicente. Dispoz-se então a sahir de Assumpção, para castigar e rechassar os portuguezes do Guayrá (1556). Redigiu um testamento em que fazia expressa menção de se preparar para uma jornada até a costa do Brasil.

Não chegou porém a realisar a caminhada, entendendo melhor ordenar a Ruy Diaz Melgarejo, que fundasse outra povoação no Guayrá, junto ao rio Paraná, na volta do Piquiry e é essa a origem da Cidade Real. Não satisfeito, pouco antes de fallecer, mandou Nuffio de Chaves com uma expedição áquelle territorio.

Esse conquistador espanhol escrevia em 1557 que alli havia "castigado aos tupis, prendido aos portuguezes e chantado padrões de Castella."

Por esse tempo tambem referia em carta Antonio da Trindade, que em Assumpção apparecera uma caravana chefiada pelo portuguez Affonso Farinha, morador em São Vicente "que levara dezenas de escravos a serem vendidos nas terras do dominio portuguez e outro chefe de bandeira, da mesma procedencia, por nome Diogo Dias, tambem transportára indios orocotoquis e de outras nações a mercadejar em São Vicente."

Por ultimo, sabe-se por um documento contemporaneo, que os principaes chefes de entradas vicentinas no Guayrá, além dos dois acima citados, eram: Scipião de Goes, Vicente de Goes, Manuel Fernandes, Marcos Fernandes, Christovam Caldereiro, sevilhano, Pedro Corrêa, certo Araujo, Matheus Fernandes, Pedro Collaço, Domingos Vaz, piloto, João Pires Gago e Gaspar Fernandes.

As cartas dos jesuitas vicentinos dessa epoca tambem vêm cheias de pormenores sobre a extensão desse commercio e a inutilidade das medidas legaes visando extinguil-o. Interessados directos na questão, poderão ser acoimados de suspeitos — mas, para que se tenha real idéa do facto, transcrevemos aqui o trecho duma carta de Pedro Sarmento de Gambôa, publicada por Pastells e datada do Rio de Janeiro, a 5 de outubro de 1585:

> "Um irmão do governador Salvador Corrêa de Sá, fez uma jornada terra dentro a castigar certos indios delinquentes.

e a trazer outros de paz, fôrros, para os doutrinar; esteve lá quinze mezes e voltou por este setembro, trazendo novecentos indios que viéram por sua vontade e pela palavra que lhes deu de que seriam fôrros. Os soldados da entrada, em caminho, se descomediram contra o capitão e em meio de grande alvorôto, repartiram entre si os indios fôrros, tomando um o marido, outro a esposa, outro os filhos, causando lastima vêr a deshumanidade com que agiram e as recriminações que os indios lhes fazem.

"E' um pessimo exemplo para os indios que aqui já estão e os do sertão, que não crerão mais em christãos. Dão uma razão, os repartidores, em seu favor, como se a divisão fosse cousa inevitavel e não se pudesse fazer melhor — é que podiam matal-os ou fazer delles o que quizessem; incrivel exhorbitancia de consciencia, não considerando o aggravo feito á justiça e á autoridade do governador. E cada qual se foi, para seu lado, levando os indios que tomou. Asseguro a V. M., portanto, o que de outras vezes já affirmei — que isto de escravidão nesta terra é cousa desenfreada e de má fé, com muitos damnos e abominações e que desse modo em breve ficará a terra sem naturaes, como aconteceu em São Domingos, Cuba, Jamaica e Porto Rico e o mesmo será do Viaçá."

Mas essas entradas, nesse final do seculo XVI, augmentaram. Na região do Guayrá, succedem-se as caçadas de indios chefiadas por Jeronymo Leitão, Sebastião Marinho e Jorge Corrêa. (1595-1598).

Dom Francisco de Souza, bastante devoto e muito chegado ás ordens religiosas, trazendo além disso apenas o seu absorvente sonho de ouro, soffreou quanto poude a ancia escravagista do colono. Com o seu desapparecimento, porém, d. Luiz de Souza Henriques abriu mão dessa barreira.

O filho de d. Francisco de Souza havia tomado posse em São Paulo, aos 11 de junho de 1611 e exerceu o cargo até o advento do governador-geral Gaspar de Souza, o qual deu procuração a Martim Corrêa de Sá, para, no Rio de Janeiro, rehaver-lhe o dominio da repartição do sul. Affirma frei Caetano de Souza ter visto uma certidão nesse sentido, na camara municipal daquella cidade, passada a 24 de abril de 1613.

Dom Luiz de Souza Henriques, no mesmo anno da sua posse, foi colhido em São Paulo, pela reacção, que se desenhava em todo o Brasil, contra o monopolio do trabalho indigena, por parte dos jesuitas, sob a capa da christianisação.

A Metropole se viu forçada a expedir a lei de 10 de setembro de 1611 que, entre outras providencias, estabelecia que para o governo civil das aldeias seria nomeado um capitão, revogando-se em parte a peremptoria prohibição das entradas.

Valendo-se então da tolerancia de d. Luiz de Souza, os paulistas renovaram as suas entradas aos indios reduzidos do Guayrá, de tal modo, que não tardou uma reclamação do governador do Paraguay.

A Companhia de Jesus em São Paulo, no entanto, recalcitrava na cessão do seu antigo privilegio e o facto é que a 10 de junho de 1612 se reuniram os vereadores, com os homens da governança da terra e a maior parte do povo, sob a presidencia de José Ortiz de Camargo e este expoz que, embóra d. Luiz de Souza Henriques os autorisasse a se utilisarem dos indios das aldeias, estes, induzidos pelos jesuitas, ou não queriam servir, ou zombavam do poder dos capitães.

Sessenta e oito potentados da capitania assentáram então que se puzesse definitivo paradeiro a esse estado de cousas — e as medidas tomadas deviam ter sido verdadeiramente energicas, pois na historia paulista vemos desde então succederem-se as entradas escravagistas cêrca de uma vintena de annos, sem que os jesuitas tentassem mais entravar o trabalho do selvicola, em proveito do colono.

José Ortiz de Camargo attingia então o auge do seu prestigio na capitania. Em 1613, a acta inicial da camara refére que os officiaes se juntaram "nas pousadas do veréador mais velho, Gonçalo Madeira, por estar ahi a caixa do conselho" e assentaram que servisse de almotacel, Estevam Gomes Cabral, "por ser casado de pouco com uma filha de Jusepe de Camargo, que é pessoa da governança da terra e elle ser contente se désse a vara ao dito seu genro."

Nesse mesmo anno de 1613, vemos Jusepe de Camargo figurar no inventario de Domingos Luiz, o moço, como procurador do seu sogro, Domingos Luiz Carvoeiro.

Constata-se das razões que então ahi apresentou, com respeito a certos bens sonegados aos menores, netos do Carvoeiro, que era pessôa letrada e de conhecimentos juridicos para a epoca.

Casou-se em São Paulo, alguns annos após a sua vinda, com Leonor Domingues ou Leonor Domingas Carvoeiro, filha de Domingos Luiz Carvoeiro e de Anna Camacho, esta filha de Gonçalo Camacho, neta materna de Joanna Ramalho e do capitão-mór Jorge Ferreira e bisneta, pela mesma linha, de João Ramalho.

Do anno de 1613 em deante, José Ortiz de Camargo não tomou mais parte na vida publica da villa de Piratininga, onde veiu a fallecer em 1619, segundo menciona o conego Roque Luiz.

Sua mulher finou-se na mesma villa, a 11 de novembro de 1630, ficando do casal, segundo Azevedo Marques e Silva Leme, oito filhos. Encontramos, porém, um nono, citado num documento do Archivo da Curia de São Paulo e a relação dos mesmos, que não obe-

dece á ordem chronologica dos nascimentos, como nos certificamos, é a seguinte:

I — Fernando de Camargo, denominado o Tigre, casado cêrca de 1627, com Marianna do Prado e fallecido a 29 de dezembro de 1678.

II — José Ortiz de Camargo, o moço, promotor da luta com os Pires, casado antes de 1630, com Maria Antunes e fallecido a 23 de julho de 1663.

III — Francisco de Camargo, casado em 1637, com Izabel Ribeiro e fallecido a 1.º de junho de 1669.

IV — Marcellino de Camargo, casado em 1639, com Mecia Ferreira Pimentel de Tavora e fallecido a 16 de junho de 1684.

V — Jeronymo de Camargo, casado posteriormente a 1640, com Anna de Cerqueira e fallecido no começo do seculo XVIII.

VI — Gabriela Ortiz de Camargo, casada em 1613, com Estevam Gomes Cabral e fallecida anteriormente a 1677.

VII — Marianna de Camargo, casada em 1631 em primeiras nupcias com Bartholomeu Bueno da Ribeira, o moço.

VIII — Anna Maria de Camargo, casada com Claudio Furquim Francez.

IX — Ignacio de Camargo, casado em 1639, com Maria Luiz e fallecido em 1684.

Manuel de Camargo, citado no testamento do cap. 1.

I

Fernando de Camargo, denominado o Tigre.

CAPITULO PRIMEIRO

Fernando de Camargo, o Tigre. — Primogenito de Jusepe de Camargo, casou-se cêrca de 1627, com Marianna do Prado, filha de Filippa do Prado e do castelhano João de Santa Maria, que foi secretario de d. Francisco de Souza, governador das capitanias do sul (1609).

Apparece elle pela primeira vez, na vida politica paulistana, em 1635, como vereador. Almotacel no anno a seguir, viu-se eleito juiz ordinario, em 1640 e, herdeiro dos principios do velho Jusepe de Camargo, intransigentemente contra os discipulos de Loyola na questão dos indios, capitaneou a sua final expulsão do collegio de São Paulo.

Já de leve nos referimos á questão do braço escravo na capitania vicentina, em choque com a acção dos jesuitas, até á reunião dos camaristas, presidida pelo progenitor de Fernando de Camargo. (1612)

Dom Luiz de Souza Henriques, facultou a invasão das reduções espanholas, erguidas em territorio que os paulistas sempre consideraram portuguez. O acto incisivo da destruição do Guayrá e após todos os outros saques ás doutrinas jesuiticas do Tapé, do Itatim e do Uruguay, valeram da Companhia de Jesus um movimento intenso de defeza junto aos poderes da Metropole.

O Padre Francisco Dias Tanho dalli volvia, em 1638, com um breve, prohibindo a escravisação do indigena. Aportando no Rio de Janeiro, publicou-o entre os seus moradores que, igualmente escravagistas, se levantaram contra tal disposição, comettendo actos de violencia contra os jesuitas.

O mesmo se deu em Santos, quando a referida prohibição se tornou publica. E em São Paulo, o povo e as autoridades intimaram os jesuitas a se retirarem da capitania, marcando-lhes prazo.

Fernando de Camargo, o Tigre, então juiz ordinario, apparece como principal mentor de tal imposição, assignando em primeiro, a 13

de julho de 1640, a notificação respectiva, acompanhado de todos os seus irmãos.

Esse periodo da nossa historia regional, vem exposto com minudencia num manuscripto impresso por Antonio de Toledo Piza, attribuido a Pedro de Moraes Madureira e do qual o genealogista Pedro Taques tirou a sua "Historia da expulsão dos jesuitas de São Paulo."

Affonso de Taunay commenta que nesse documento se dá noticia dum facto importante, que não figura nos volumes impressos das Actas e do Registo da camara de São Paulo e que foi ignorado de Taques e de Azevedo Marques. E' a acta da reunião dos procuradores das camaras da capitania, lavrada em São Vicente, a 25 de junho de 1640, tendo alli figurado como procuradores, por Santos o alferes Francisco Pinheiro Paes e o capitão Lucas de Freitas de Azevedo, por São Vicente, Antonio Vieira Guimarães, por Parnahyba, Balthazar Fernandes e finalmente José Porto, por Mogy das Cruzes.

Na accommodação de tal questão, encontramos no Archivo Publico do Estado, no livro de notas do tabellião Ascenso Luiz Grou, uma procuração passada pelos camaristas e povo de Parnahyba, a Gonçalo Ferreira e que não deixa de ser elemento inédito para o conhecimento do assumpto.

Essa procuração tem data de 10 de setembro de 1641, e confere ao dito Gonçalo Ferreira amplos poderes de representação — "na junta que óra se ordena fazer, na villa de São Vicente, com os procuradores das demais villas desta capitania, em razão da provisão do governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides e carta de Sua Magestade, firmada de sua real mão e inserta na mesma provisão e que lhe ordena, componha as desavenças que ha entre estes povos e os reverendos padres da Companhia e os restituam ás suas casas e collegios."

Accrescenta essa procuração poderes "nas materias das bullas e provisões que os reverendos padres da Companhia alcançaram sobre a liberdade dos indios" e assignam-na: Francisco Sanches de Aguillar, Jorge Gonçalves, Manuel de Abreu, Domingos Fernandes, Domingos Nunes Bicudo, João Guilhermo, Domingos Dias, João Mendes Geraldo, Felippe Fernandes Cabral, Paulo Lobo, Domingos Fernandes Pinto, Salvador Mendes Geraldo, Dionysio Fernandes, Domingos Dias Diniz, Pedro da Costa, Vicente Bicudo, Domingos Estevam, João de Oliveira, Antonio da Costa e Ascenso de Abreu.

Entrementes, nesse mesmo anno de 1641, Fernando de Camargo, o Tigre, com uma adaga, assassina a Pedro Taques de Almeida, quando este, á porta da matriz de São Paulo, conversava descuidado.

O linhagista Taques escreve que este seu ascendente havia tido no anno anterior uma contenda com o Tigre, na qual trocaram cutiladas e seus partidarios muitos tiros, resultando do conflicto bastantes ferimentos e algumas mortes.

Não expõe, como em muitos outros casos, o motivo real de tal disturbio e Silva Leme explica que o assassinato foi proveniente da luta nascente contra os Pires, sendo complemento duma conspiração dos partidarios dos Camargos, taes como Pedro Leme do Prado, Miguel de Almeida de Miranda, Henrique da Cunha Gago e outros.

Adeante accentuaremos que Fernando de Camargo, o Tigre, com seu irmão José Ortiz de Camargo, o moço, foi um dos cabeças do partido dos Camargos contra os Pires, capitaneados pelo velho João Pires e seu genro Francisco Nunes de Siqueira.

Nos feitos do bandeirismo distinguiu-se Fernando de Camargo, o Tigre, principalmente como chefe, juntamente com Luiz Dias Leme, na expedição batedora da região do Tapé (1635).

E' mistér esclarecer que após a destruição do Guayrá pelos paulistas, os missionarios castelhanos passaram com os indios escapos, alguns para o sul, fundando novas doutrinas na região entre os rios Paraná e Uruguay e outros para o norte, á margem direita do rio Paraná em territorio propriamente paraguayo e em nesgas do baixo Matto-Grosso.

Os jesuitas que passaram para o sul, foram estabelecer novas aldeias entre as já alli existentes e, em menos de dous annos, alastraram-nas pelo interior, conquistando toda a região ainda virgem do Tapé. Assentaram ahi as suas reduções no trato que abrangia a oeste o alto Ibicuy, ao norte a Serra Geral, a leste o valle do rio Cahy e ao sul, a visinhança da serra dos Tapés.

Era parte da antiga e vaga região denominada pelos paulistas "dos Patos", sem limites definidos e onde, desde 1548, iam á cata de escravos vermelhos. A ultima das expedições que ahi estivéra, fôra chefiada por Martim Corrêa de Sá, em 1620. O Guayrá a seguir, por alguns annos, desviou a róta daquelles denominados "segadores de Satanaz." Mas retornavam a ella, numa grande diligencia, obedecendo á iniciativa dos Lemes e dos Camargos. E' a bandeira que os nossos historiadores denominam de Aracambi. Sahida de Santos, em numerosos barcos alli aprestados, em meados de março de 1635, regressava a São Paulo alguns mezes após, com preza selvicola numerosa, tornando-se desse modo a iniciadora da invasão das reduções do Rio Grande do Sul, pelos Paulistas.

Tendo tido grande acção na luta com os Pires, até o seu apogeu em 1655, a figura de Fernando de Camargo, o Tigre, se ensombra repentinamente, para somente reapparecer, requerendo a El-Rei confirmação da provisão de igual anno do conde de Atouguia, pela qual se houve por bem "indicar a forma como se deveria fazer a elei-

ção dos officiaes da camara da villa de São Paulo e da capitania de São Vicente; perdoar os criminosos das familias dos Pires e Camargos, que alli não tivessem parte; encarregar os prelados e ministros da mesma villa e capitania, procurassem perdão do que houvesse contra os culpados de uma e outra parte e, em particular, aos condemnados em pena capital, pelo ouvidor-geral do Rio de Janeiro, João Velho de Azevedo; suspender a execução das sentenças dos mesmos condemnados, etc..."

O Conselho Ultramarino opinou favoravelmente á solicitação de Fernando de Camargo, o Tigre, e o seu parecer, datado de 6 de junho de 1674, veiu acompanhado de longa informação com minudencias sobre a villa e a capitania de São Paulo. A provisão do Principe nesse sentido foi registada na referida camara a 24 de dezembro de 1675.

Por esse tempo andava já Fernando de Camargo, o Tigre, muito idoso e veiu a fallecer em São Paulo, a 29 de dezembro de 1678, conforme affirma o conego Roque Luiz, no seu citado manuscripto, ao tratar da arvore "Camargo Ortiz Lopes Lima Silveira."

Sua mulher, Marianna do Prado, falleceu na mesma villa, em 1668 e do casal ficaram os filhos seguintes:

§ 1 — Fernando de Camargo Ortiz.
§ 2 — Francisco de Camargo Santa Maria.
§ 3 — José de Camargo Ortiz.
§ 4 — João Ortiz de Camargo.
§ 5 — Manuel Ortiz de Camargo.
§ 6 — Lucas de Camargo Ortiz.
§ 7 — Domingos de Camargo.
§ 8 — Anna Maria de Camargo.
§ 9 — Gabriella Ortiz de Camargo.
§ 10 — Maria de Camargo.
§ 11 — Leonor Domingues de Camargo.
§ 12 — Pedro Ortiz de Camargo.
§ 13 — Marianna de Camargo.
§ 14 — Felippa de Camargo.

— § 1 —

Fernando de Camargo Ortiz. — Ou Fernando de Camargo, o moço, como costumava assignar, foi o primogenito do capitulo primeiro e nasceu em São Paulo, em principios de maio de 1628. Casou-se com Joanna Lopes, filha de Gonçalo Lopes, natural de Santa Marinha, em Portugal e de Catharina da Silva, nascida na capitania.

A seu respeito escreveu Azevedo Marques que possuiu grandes cabedaes, teve numerosa cohorte de indios e foi denodado sertanista.

Agindo individualmente como bandeirante, vemol-o apparecer na diligencia de Damingos Barbosa Calheiros, no interior bahiano. Antecedentes historicos dessa expedição, constam de documentos em Archivos e delles formamos o resumo a seguir:

A 21 de setembro de 1657, o governador-geral Francisco Barreto, empenhado em combater o gentio bravo daquella capitania, solicitava dos camaristas de São Paulo a eleição de um cabo, dois capitães e vinte ou mais sertanistas praticos, para, com duzentos indios, bons soldados no genero, alli fossem tomar parte em tal emprehendimento.

A camara reunida a 20 de fevereiro de 1658, elegia para cabo ao sexagenario Domingos Barbosa Calheiros e para capitães adjuntos, Fernando de Camargo, o moço e Bernardo Sanches de Aguiar, escolhendo entre todos os brancos e indios, para o restante da léva, cêrca de quinhentos homens. Deviam todos estar para o embarque, no porto de Santos, em fins de maio desse anno.

A 14 de outubro de 1658, avisava Francisco Barreto aos edis paulistanos que o cabo Domingos Barbosa Calheiros já alli havia chegado e, não obstante não trouxesse toda a gente promettida, a desembarcada era sufficiente para a expedição.

Nessa bandeira foram alguns paulistas notaveis do tempo, como, entre os mais, Manuel Garcia Bernardes, Diogo Domingues de Faria, o ajudante João da Costa Leal, Francisco Jorge Leite e João Jorge Leite, que falleceram naquelles sertões e o capellão padre Matheus Nunes de Siqueira.

Domingos Barbosa Calheiros teve um regimento, passado a 5 de setembro de 1658, pelo conde de Obidos, afim de se guiar na jornada. Mandava que seguisse para a cachoeira dos Barcos, aggregando alli os indios das aldeias do Jaguaripe, conforme instrucções já dadas ao sargento-mór Pedro Gomes. Dalli seguiria o caminho dos Tócos, arrebanhando mais quarenta escravos e quarenta cavallos e marcharia para Jacobina, onde juntaria a gente que houvesse nas aldeias. O padre cura Antonio Pereira deveria fornecer o indio para guia até aos payayás, que iriam servir de reforço, como amigos que eram. O principal desses selvicolas se chamava Jaquarique. Dahi, devia então a bandeira entrar em campanha contra as sete aldeias dos maracáu-assús e dos topinys, na região do Orobó.

Deixando-se porém illudir no roteiro pelo guia fornecido e pelos payayás traiçoeiros, a bandeira nada poude fazer e teve fim desastroso. Na aldeia Tapurissé, conta um documento publicado na Revista Trimensal, os payayás mataram e comeram os paulistas que ha-

viam ficado de guarda ás munições. E dos duzentos brancos da expedição, poucos escaparam e conseguiram regressar a São Paulo, onde appareceram novamente em outubro de 1660.

Não soffreu Fernando de Camargo, o moço, grande damno nessa diligencia, pois constatamos que poucos annos após, em 1664, andava elle empenhado em servir a El-Rei, no secular esforço para a descoberta de jazidas de esmeraldas. Assim, recebera elle uma carta régia, recommendando-lhe que désse auxilio e soccorro a Agostinho Barbalho Bezerra, encarregado do descobrimento de taes minas.

Essa carta geralmente dita como destinada ao Tigre, remettida por d.Affonso VI, vem transcripta em Azevedo Pizarro e traz a data de 27 de setembro de 1664.

Agostinho Barbalho Bezerra fôra despachado do reino, como substituto de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, na administração geral das minas do sul, absolvido de ter, a contragosto, tomado parte nos successos politicos, na cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 1660. Era fidalgo da casa real, commendador de São Pedro, na Ordem de Christo, filho de Luiz Barbalho Bezerra e de Maria Furtado de Mendonça, tendo nascido na Bahia. Os titulos e cargos com que d. Affonso VI o despachou do reino, constam das provisões de 19 de outubro e de 7 de dezembro de 1663 e eram: o de donatario da ilha de Santa Catharina, official do correio-mór de mar e terra e administrador das minas do sul.

Trazia tambem o encargo especial do descobrimento da serra das Esmeraldas, com patente de governador da jornada, passada em 19 de maio de 1664, com cartas de recommendação aos officiaes da camara de São Paulo e aos bandeirantes Fernando de Camargo, o moço, Fernão Dias Paes, Lourenço Castanho Taques, o velho e Fernão Paes de Barros.

Antes de vir a São Paulo, porém, passou pela capitania do Espirito Santo, segundo escreve Taques e, da villa da Victoria, escreveu aos edis piratininganos uma carta, datada de 11 de dezembro de 1666, explicando que ainda não tinha alli apparecido, porque recebera novas felizes de uma tropa que havia enviado ao interior daquella capitania, ao descobrimento das esmeraldas e por entender mais acertado, resolvera a ellas fazer pessoalmente jornada, em maio do anno a entrar e mandava assim a São Paulo, o licenciado Clemente Martins de Mattos, em busca de auxilio de gente e mantimentos, o que lhe foi fornecido pelos paulistas acima citados.

Penetrando o sertão pelo rio Doce, falleceu Agostinho Barbalho Bezerra em sitio ignorado, sem nada conseguir, sendo que o remanescente de sua comitiva conseguiu retornar ao litoral, em fins de 1667. E o conde de Obidos, grandemente sceptico, escrevia ao governador

do Rio de Janeiro: "...tudo isso de Agostinho Barbalho foi um embeléco e vãs quantas promessas ha feito de minas... Deixal-o ir por aquelle caminho, pois não é mal assombrado, o que tem por fim minas de ouro."

Não reapparece Fernando de Camargo, o moço, nos fastos do bandeirismo, ante a escassa documentação contemporanea, durante um largo periodo, o que não exclue o ter elle continuado a sua faina predilecta nos sertões, pois o seu nome foi o segundo lembrado pelo governo-geral num novo appello, a 20 de fevereiro de 1677, desta vez para combater os indios auayós, que infestavam uma e outra margem do rio de São Francisco, allegando-se, como estimulo, o facto dos referidos selvicolas já haverem exterminado varias expedições paulistas.

A proposito desse convite, que foi feito em carta circular a varios potentados paulistas, firmamos aqui a identidade de alguns dos destinatarios.

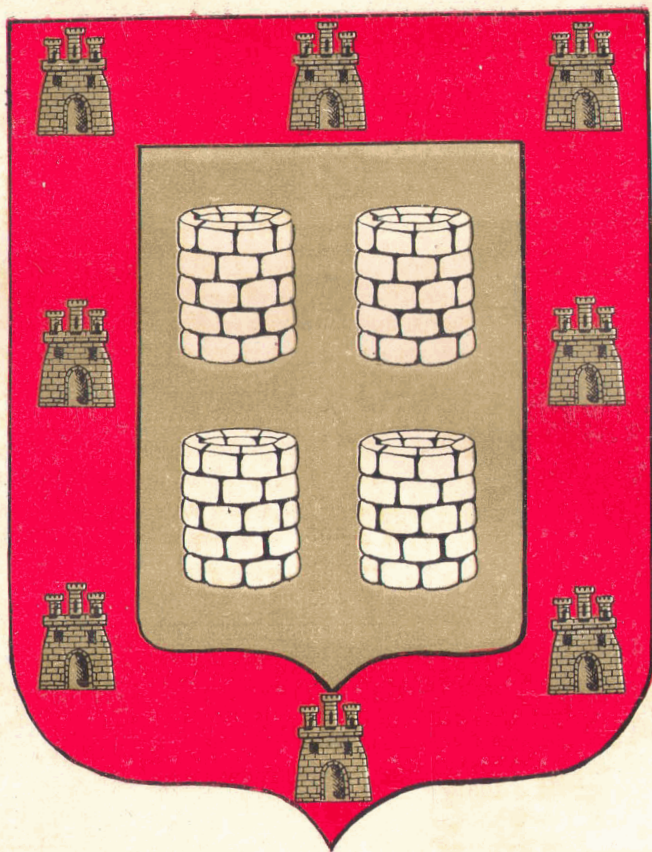
Assim verificamos que foi dirigido a Jeronymo Bueno, o Perna de Pau, ao citado Fernando de Camargo, o moço, a José Ortiz de Camargo, filho de Claudio Furquim Francez, cunhado de Jeronymo Bueno acima e ambos grandes sertanistas, a Balthazar da Veiga, grande potentado, sogro de Jeronyma do Couto de Camargo, a Antonio de Siqueira, sogro de Anna Maria de Camargo, a Francisco Bueno, então ausente, a Bartholomeu Bueno, seu filho e ao vigario da vara padre Matheus Nunes de Siqueira, experimentado pratico dos sertões.

Commenta Taunay que, ao que parece, os instigados a essa jornada não se moveram — e dahi a expedição do sertanista bahiano, sargento-mór Domingos Rodrigues de Carvalho, que teve notavel exito.

E' que os Camargos e os Pires, arrastando a maioria dos potentados paulistas, haviam renovado a esse tempo a luta politica.

Fernando de Camargo, o moço, que havia sido almotacel em 1671, residia então no bairro da Cutia, onde exercia o cargo de capitão de infanteria da ordenança, nomeado por provisão do capitão-mór Thomaz Fernandes de Oliveira, datada de Santos, a 15 de junho de 1677.

Essa nova phase da discordia entre as duas familias, desenhára-se desde 1661 e vinha com periodos de intermitencia, ora aquietada, ora com motins e desordens. Pretendiam uns abolir as normas do alvará do conde de Atouguia e outros conserval-as intactas.

Em fins de 1679, aggravou-se tal situação a ponto de ficar resolvido queimarem-se a pauta e os pelouros da eleição havida, pois os Pires, não concordando com ella e tendo á frente o licenciado Francisco Nunes de Siqueira, cometteram varios desatinos.

SOLAR DO VALLE DE CAMARGO

A camara apressou-se, por meio de seu procurador, o capitão Francisco Pinto Guedes, em requerer devassas e a punição de todos os cabeças das violencias que lhe estavam sendo feitas.

Na mesma occasião, na sessão de 20 de dezembro de 1679, Fernando de Camargo, o moço, protestou contra o que se vinha fazendo, não encontrando motivos para que a camara concordasse na annullação de uma eleição lisamente feita e, tendo sido eleito juiz, se desinteressava do assumpto e não mais queria o seu nome nas listas dos pelouros.

Mas, entre os seus partidarios, nos quaes figuravam Lucas de Camargo Ortiz, João de Camargo, Fernão Pires de Camargo, Pedro de Camargo, José Delgado de Camargo, Domingos da Silva de Santa Maria, Fernão de Aguirre, Pedro Ortiz de Camargo e outros parentes muito chegados, que haviam assignado a acta de annullação da eleição, tal declaração teve tão intensa repercussão que Fernando de Camargo, o moço, se viu obrigado a retiral-a.

A camara então resolveu tomar uma attitude de energia, requerendo devassas a serem remettidas ao desembargador syndicante, o ouvidor-geral João da Rocha Pitta, para determinar o que fosse de direito e accusava de principal cabeça dos attentados ultimos ao licenciado Francisco Nunes de Siqueira.

O ouvidor-geral tomou medidas de extremo rigor contra esse inquieto cabeça dos Pires e a eleição se poude processar na villa sem maior incidente, tendo os camaristas eleitos tomado posse em abril de 1680.

Fernando de Camargo, o moço, não foi eleito, mas em 1682, voltou ao cargo de juiz ordinario. Deixando-o, não se envolveu mais nas agitadas questões politicas que se seguiram até 1688.

Escreveu o seu testamento a 3 de maio de 1685, na villa de São Paulo, onde voltára a residir, vindo a fallecer a 30 de agosto de 1690, sendo sepultado na capella dos Terceiros de São Francisco. Sua mulher, Joanna Lopes, falleceu pouco depois, em 23 de janeiro de 1692, deixando o casal os treze filhos seguintes:

1. — **Estevam Lopes de Camargo**. — Foi casado com Izabel Paes de Siqueira, filha de Matheus de Siqueira de Mendonça e de Antonia Paes de Queiroz.

Exerceu cargos na camara da villa de São Paulo entre os quaes o de juiz ordinario em 1698 e de vereador em 1707, tendo tido patente de capitão de infanteria da ordenança de Cutia, passada em 9 de outubro de 1683, pelo capitão-mór Diogo Pinto do Rego. Por provisão de Arthur de Sá e Menezes, governador do Rio de Janeiro, de 29 de novembro de 1698, foi nomeado capitão de auxiliares.

Como bandeirante, sabemos que em 1685 se encontrava no sertão, com oito praças, á sua custa.

Estevam Lopes de Camargo foi quem, em 1713, removeu a capella de Nossa Senhora do Monte Serrate de Cutia, para o local onde hoje se encontra a igreja daquelle districto, sendo provida como capella curada pelo bispo do Rio de Janeiro, d.Francisco de São Jeronymo, tendo como seu primeiro capellão ao padre Matheus Lahaia de Leão. A primitiva capella e povoação, demoravam cêrca de uma legua distante da actual e foram fundadas por Fernão Dias Paes e Gaspar de Godoy Moreira, em meados do seculo XVII.

Estabelecido com fazenda nesse districto, Estevam Lopes de Camargo foi pessôa da maior consideração em São Paulo, tendo alcançado o posto de coronel e vindo a fallecer em 1723.

Sua esposa, Izabel Paes de Siqueira, falleceu em 1756, ficando do casal oito filhos.

2. — **Maria de Camargo.** — Casou-se anteriormente a 1690, com Bartholomeu Bueno de Siqueira, nascido em São Paulo cerca de 1653, filho de Lourenço de Siqueira de Mendonça e de Maria Bueno.

Lourenço de Siqueira de Mendonça, filho de outro de igual nome e de Maria Rodrigues, foi bisneto, pelo lado materno, de Francisco Pinto, irmão de Ruy Pinto e de Antonio Pinto, cavalleiros fidalgos, dos primeiros povoadores da capitania de São Vicente.

Teve um sitio em Urubúapira e fez varias entradas, sendo que por ultimo, sahindo de São Paulo em setembro de 1665, veiu a fallecer no sertão, dando-se inicio ao seu inventario em São Paulo, a 20 de maio de 1667. Sua esposa, Maria Bueno, era filha de Jeronymo Bueno, bandeirante que falleceu em terras dos indios serranos, em 1644.

Bartholomeu Bueno de Siqueira exerceu na sua villa natal os cargos de almotacel, em 1684 e de vereador, em 1692 e bandeirante como seus ancestraes, já em 1670 o vemos no sertão, á caça de indios, affirmando alguns que attingiu as regiões goyanas. Com seus parentes affins, Camargos, realizou outras entradas, inclusivé uma ultima ao interior de Minas Geraes, em meados de 1694, na qual descobriu officialmente o primeiro ouro dessa região.

Tal descobrimento deu-se na serra da Itaverava e, com minucia, adeante, delle nos occuparemos.

Cumpre, no entanto, deixar aqui registado que Azevedo Marques publica um documento do qual se infére que o principal cabo da bandeira em questão foi Carlos Pedroso da Silveira. Este realmente se distinguiu como activo matteiro e desde 1683 andava com seus amigos Camargos no sertão, provavelmente no de Minas Geraes.

A ser verdadeira a referencia de Azevedo Marques, Bartholomeu Bueno de Siqueira a elle deve ter-se unido em Taubaté, indo ambos desse modo attingir a Itaverava.

Pedro Taques porém dá a entender que Carlos Pedroso não foi na comitiva, fornecendo apenas parte dos elementos para a internação da mesma.

A esse respeito, a noticia que reputamos mais veridica, é a que adeante transcrevemos, dada pelo mestre de campo Rebello Perdigão e que se coaduna com a de Taques.

Azevedo Marques ainda, muito embora incida em varios erros historicos e chronologicos sobre a personalidade de Bartholomeu Bueno de Siqueira, chegando a confundil-o com o seu homonymo, filho do capitão José Nunes de Siqueira e de Maria de Moraes, assegura que foram "Carlos Pedroso da Silveira e Bartholomeu Bueno de Siqueira, os primeiros que, em 1694, depois da noticia do descobrimento do ouro, partiram para Itaverava e alli chegando, remetteram amostras ao governador do Rio de Janeiro, Sebastião de Castro Caldas, pelo que foi Carlos Pedroso nomeado guarda-mór e Bartholomeu Bueno escrivão das minas, a 16 de dezembro de 1695."

Taques, na "Informação sobre as Minas," diz que foram cinco oitavas as que apresentaram a Caldas e que este deu conhecimento a El-Rei em carta de 1.º de março de 1695. O soberano, em carta de 16 de dezembro de 1695, approvou tudo quanto nesse sentido executara o governador do Rio de Janeiro.

Carlos Pedroso da Silveira logo a seguir era porém nomeado provedor dos quintos na casa de fundição de Taubaté, onde mais tarde, após haver galgado altos postos do governo, foi assassinado por um irmão de Domingos Rodrigues do Prado (1720).

Bartholomeu Bueno de Siqueira falleceu pouco depois, no sertão de Minas Geraes, como faz certo um documento que se encontra nos "Papeis pertencentes ás demandas que houve sobre a fazenda de Jeronymo Bueno," existente no Archivo do Estado.

Tal documento é um requerimento do capitão José Ortiz de Camargo, filho de Claudio Furquim Francez, contra Diogo Bueno, curador dos orphãos de Clara Parente, sua sogra, escripto pelo padre Felix Nabor de Camargo, seu filho, e no qual José Ortiz de Camargo allega, entre outros factos, a entrega de "sessenta e tantos mil réis ao defunto seu sobrinho Bartholomeu de Siqueira, para composição do capitão Manuel de Camargo, como consta de sua quitação e declara em seu testamento o mesmo defunto Jeronymo Bueno."

A data dessa petição é de 29 de dezembro de 1695.

Para melhor evidencia deste ponto, de bastante interesse historico, pois vem desfazer muitas duvidas até agora existentes, vamos aqui transcrever na integra todos esses documentos.

Assim, o requerimento acima citado é o seguinte:

> — "Petição e requerimento do capitão José Ortiz de Camargo contra o capitão Diogo Bueno curador dos orfãos. — Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e seiscentos e noventa e cinco annos nesta villa de São Paulo, aos vinte e nove dias do mes de dezembro do dito anno por parte do capitão José Ortiz me foi apresentada a petição ao deante com despacho nella posto do Corregedor da Comarca requerendo-me a autuasse a qual petição tomei autuei e é a que ao diante se segue. Francisco Leão de Sá o escrevi. — Diz o padre Felix Nabor, como procurador de seu pae José Ortiz de Camargo, que seu constituinte se acha prejudicado em excessiva quantia fóra a sexta parte na amigavel composição que fizéram entre si dos bens lançados no inventario de sua sogra Clara Parente de quem era legitima herdeira sua mulher Izabel Ribeiro e pelo concerto subrepticio, que fez seu cunhado Jeronymo Bueno com os herdeiros de sua irmã Maria Bueno dando-lhes na mesma composição cincoenta mil reis de mais como consta do mesmo termo folhas cento e vinte e cinco e perdoando-lhes setenta e cinco mil réis que eram a dever por parte de sua mãe Maria Bueno, que fica a folhas vinte e uma, além de quarenta mil réis, que pagou por seu sobrinho Manuel de Siqueira pelo desobrigar de certo requerimento de casamento o que é publico; e assim mais fez entrega de sessenta e tantos mil réis ao defunto seu sobrinho Bartholomeu de Siqueira para composição do capitão Manuel de Camargo, como consta de sua quitação e declara em seu testamento o mesmo defunto Jeronymo Bueno; além dos bens não lançados no inventario que se não incluem na composição como do mesmo termo consta ser a tal feita dos bens lançados, os quaes não lançados contêm os protestos e requerimentos feitos ao juiz de orfãos Paulo da Fonseca não passasse folhas de partilha... péde e requer a sua mercê, etc..."

A quitação de Bartholomeu Bueno de Siqueira, referida no documento acima transcripto, vem junta ao inventario de Jeronymo Bueno e é a seguinte:

> — "Recebi do testamenteiro o reverendo padre Felix Nabor sessenta e dois mil e quinhentos réis que me era a dever o de-

funto meu tio Jeronymo Bueno. E por verdade lhe passei esta quitação por mim feita e assignada hoje nove de março de 94 annos. — Bartholomeu Bueno de Siqueira." —

A declaração de Jeronymo Bueno em seu testamento, escripto a 12 de outubro de 1693, a que se refere tambem o primeiro documento, é a seguinte:

— "Declaro que meu sobrinho Bartholomeu Bueno por ver socegado a seu cunhado o capitão Manuel de Camargo lhe deu mais do que lhe tocava sessenta e dois mil e quinhentos e vendo eu que o dito meu sobrinho os dava de seu primor lhe disse que havendo quitação em forma lh'os daria e como até o presente m'a não deu corrente lhe não tenho satisfeito, que dando-a, mando se lhe dê, ditos sessenta e dois mil e quinhentos réis." —

No inventario de Jeronymo Bueno, após a quitação de Bartholomeu Bueno de Siqueira, vem o mandado do juiz de orphãos Paulo Bueno da Fonseca, lavrado pelo escrivão Diogo Gonçalves Moreira e datado de 8 de novembro de 1693, para que se notificasse o capitão Manuel de Camargo afim de "passar quitação em forma a seu cunhado Bartholomeu Bueno de Siqueira de como recebeu delle sessenta e dois mil e quinhentos réis que o dito seu cunhado lhe déra do seu primor para o satisfazer." —

Impossivel pois, desse modo, qualquer duvida quanto ao facto de Bartholomeu Bueno de Siqueira já não existir na data de 29 de dezembro de 1695.

De seu casamento com Maria de Camargo, não consta ter deixado geração.

3. — **Marianna de Camargo**. — Foi casada antes de 1690, com Antonio Rodrigues de Arzão, natural da villa de São Paulo, filho de Manuel Rodrigues de Arzão e de Maria Affonso de Azevedo.

Manuel Rodrigues de Arzão foi filho do flamengo Cornelio de Arzon, que veiu a São Paulo em companhia de d.Francisco de Souza, como engenheiro de minas, em 1609 e de Elvira Rodrigues, filha do capitão Martim Rodrigues Tenorio de Aguillar, natural da Espanha e que residiu em Santo Amaro, o qual tambem se interessou num engenho de ferro, sob a invocação de Nossa Senhora de Agosto, alli construido com o auxilio de seu genro Clemente Alvares, mineiro pratico (1607).

Casado cerca de 1642, Manuel Rodrigues de Arzão foi elemento que sobrelevou na villa de São Paulo, onde exerceu cargos de confiança, tendo tido dez filhos de seu casamento e vindo a fallecer muito edoso, em 1700.

Com referencia a seu filho Antonio Rodrigues de Arzão, conta-se que foi quem primeiro revelou o ouro de Minas Geraes, encontrado ao acaso, numa bandeira escravagista que chefiava, com destino á Casa da Casca (1693).

Convém recordar aqui, com minudencia, tal ponto da nossa historia regional.

Assim é que alguns escriptores querem que Manuel de Borba Gato tenha descoberto ouro, em 1678, na região do rio das Velhas, quando da sua jornada com Fernão Dias Paes.

Uma carta régia, porém, de 19 de novembro de 1697, assegura que Garcia Rodrigues Paes, "foi o primeiro que descobriu ouro de lavagem, em 1868, nos ribeiros que correm para a serra de Sabarábossú."

Antonil escreveu que "o primeiro descobridor, dizem que foi um mulato que tinha estado nas minas de Paranaguá e Curityba. Este indo ao sertão com uns paulistas a buscar indios e chegando ao serro Tripuy, desceu abaixo com uma gamella, para tirar agua do ribeiro, que hoje chamam de Ouro Preto; e mettendo a gamella na ribanceira para tomar agua e roçando-a pela margem do rio, viu depois que nella havia granitos da côr do aço, sem saber o que eram, nem os companheiros, aos quaes mostrou o dito granito, souberam conhecer e estimar o que se tinha achado tão facilmente; e só cuidaram que alli haveria algum metal, não bem formado e por isso não conhecido. Chegando em Taubaté, não deixaram de perguntar, que casta de metal seria aquelle. E sem mais exame, venderam a Miguel de Souza alguns destes granitos, por meia pataca a oitava, sem saberem elles o que vendiam, nem o comprador que cousa comprava, até que se resolveram mandar alguns dos granitos ao governador do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Menezes e, fazendo-se exame delles, se achou que era ouro finissimo."

Orville Derby publicou tambem o roteiro da expedição do padre João de Faria Fialho, na qual tomaram parte Antonio Gonçalves Vianna, Manuel de Borba Gato e Pedro de Avos, que, dizem, obteve as primeiras amostras de ouro das Minas Geraes, havidas nos taboleiros do rio Grande, do rio das Mortes e do rio Sapucahy, no anno de 1693.

Recorda no entanto o illustre geologo que a esse respeito, a noticia que teve definitiva entrada na historia, foi a do "Fundamento Historico", do poema Villa Rica, de Claudio Manuel da Costa (1773), o qual se valeu das informações do coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça, confirmadas por correspondencia trocada com o genealogista Pedro Taques "de estimavel engenho e de completo merecimento."

E' assim que narra Claudio Manuel que, dos sertões penetrados pelos paulistas, em busca do gentio bravo, era o mais notavel o da Casa da Casca, nome que haviam dado a uma aldeia selvicola, nas margens do rio Doce.

"Destes sertões se recolhia, na éra de 1693, Antonio Rodrigues de Arzão, natural da villa de Taboaté, com mais cincoenta homens de sua comitiva. Chegado á capitania do Espirito Santo, apresentou ao capitão-mór regente daquella villa, tres oitavas de ouro; a camara os recebeu com agrado e lhes subministrou os viveres e vestuarios de que careciam, segundo as ordens que de El-Rei tinha. Deste ouro se mandaram fazer duas memorias, uma, que ficou ao dito Arzão e outra, que tomou para si o capitão-mór. A denunciação desta limitada porção foi sem duvida a primeira que se fez do ouro que se descobria nas Minas Geraes e a de que se conserva memoria em São Paulo, que é a de Carlos Pedroso da Silveira, por algumas circumstancias discorre o autor ser posterior a ella."

Accrescenta Claudio Manuel, em resumo, que Antonio Rodrigues de Arzão, não podendo juntar no Espirito Santo a gente de que carecia para retornar aos sertões, demandou o Rio de Janeiro por mar e dalli veiu a São Paulo, onde falleceu, deixando porém encarregado de continuar no descobrimento a seu "cunhado", Bartholomeu Bueno de Siqueira. Este, baldo de recursos, pois tudo perdera em jogos, valeu-se de amigos e parentes e formando uma caravana, penetrou os sertões de Minas Geraes, pelos annos de "1697", tendo attingido a serra de Itaverava, onde plantou uma roça, seguindo depois para a região do rio das Velhas, devido á difficuldade no sustento da tropa.

No anno seguinte de "1698", na época da colheita, voltando a Itaverava e começando a minerar, servindo-se de instrumentos rudimentares, viu alli chegar o coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, com uma bandeira escravagista, na qual tambem figurava o capitão-mór Manuel Garcia Velho.

"Quiz então, prosegue Claudio Manuel, Miguel de Almeida, um dos companheiros de Bueno, melhorar de armas e propoz ao coronel Salvador Fernandes Furtado, a troca de uma clavina, dando-lhe por avanço todo o ouro que se achasse nos da comitiva; acceitou o coronel a offerta e dando-se busca ao ouro se não achou entre todos mais que doze oitavas; recebeu-as o coronel e como Manuel Garcia Velho quizesse ter a vaidade de apparecer com aquelle ouro em São Paulo, commetteu ao coronel a venda de duas indias, mãe e filha, a preço das doze oitavas; conveiu este no trato e foram compradas as indias... Despedidos uns sertanistas dos outros, partiu ufano para São Paulo o capitão-mór Manuel Garcia Velho; entrando na villa de Taboaté, ahi o foi visitar Carlos Pedroso da Silveira; e por que lhe não faltava habilidade e engenho para se conciliar com os patricios, houve a si as doze oitavas de ouro; com ellas se passou ao Rio de Janeiro; apresentou-as ao governador Antonio Paes de Sande e foi premiado com a patente de capitão-mór da villa de Taboaté."

Esta narrativa foi logo repetida, em transumpto, por José Joaquim da Rocha, na sua "Descripção da capitania das Minas Geraes" (1781).

E desde então, todos os demais autores, com pequenas variantes, vêm repetindo tal versão, principalmente a lenda do fallecimento de Antonio Rodrigues de Arzão, em 1694 e o encargo deixado por este a Bartholomeu Bueno de Siqueira.

Os pontos que já mereceram correcção, foram os do parentesco affin de Arzão com Bueno, pois certo que eram concunhados, e o facto de se achar como governador do Rio de Janeiro, Sebastião de Castro Caldas. Emendou-se tambem para 1694 a data da bandeira de Bartholomeu Bueno de Siqueira, de accôrdo com a noticia do coronel Bento Fernandes. Achou-se ser ainda a de guarda-mór das minas descobertas, a primeira recompensa dada a Carlos Pedroso da Silveira.

Firmado na mesma base do "Fundamento Historico", Silva Leme, tratando de Marianna de Camargo, escreve que Antonio Rodrigues de Arzão falleceu em 1696, mas não cita o respectivo inventario como de habito faz e, na biographia de Carlos Pedroso da Silveira, resumindo em nota a tradição, corrige:

> "Escrevemos antes o anno de 1696 como a data do fallecimento do capitão Antonio Rodrigues de Arzão, quando é certo que essa é a data do seu inventario, tendo elle fallecido provavelmente em 1694."

Esta affirmativa de Silva Leme não é exacta e elle continúa não citando o inventario. Percebe-se assim que quiz apenas conciliar datas e o seu "provavelmente" é disso attestado.

Rebello Perdigão, coevo dos primeiros descobrimentos aurinos, conta que pelas noticias que deram aos companheiros de Fernão Dias Paes e principalmente "pela dum Duarte Lopes, que fazendo experiencia em certo ribeirão, que disse desaguava no rio Guarapiranga, de que com uma bateia tirava ouro e tanto que chegava em povoado a fazer delle varias peças lavradas para uso da sua casa, se animaram os moradores de todas aquellas villas (de São Paulo) a formarem uma tropa com intento de buscarem e descobrirem a paragem, ou sertão da desejada Casa da Casca, onde diziam era muito e precioso o ouro. Sahiram estes do povoado no verão de 1694, trazendo por seus pri-

meiros cabos, a Manuel de Camargo, seu cunhado Bartholomeu Bueno, seu genro Miguel de Almeida e João Lopes Camargo, seu sobrinho, que ainda hoje existe nestas minas. Chegados a Itaberaba fizeram na sua serra as suas primeiras experiencias e descobriram nella o primeiro ouro; mas como este descobrimento não fosse de grande lucro, proseguiu o dito Manuel de Camargo, com seu filho Sebastião de Camargo, a sua primeira derrota da ideada Casa da Casca, mas antes de chegar a ella teve a infelicidade de o matar o seu gentio, deixando só com vida o filho com alguns negros, com que este retrocedeu a viagem, retirando-se o gentio para o matto, como natural delle."

Esta noticia que tem de merecer o maior credito, pois que além de contemporaneo a esses descobrimentos, o mestre de campo Rebello Perdigão foi o secretario do governador Arthur de Sá e Menezes, coincide no fundo com a do coronel Bento Fernandes e consequentemente com a tradição exposta no "Fundamento Historico", de Claudio Manuel da Costa.

Ambas attribuem o primeiro descobrimento effectivo do ouro das Minas Geraes á bandeira de Bartholomeu Bueno de Siqueira.

A proposito do ribeirão de Guarapiranga, parece facto ter sido ahi descoberto o primeiro ouro.

Assim, Agostinho de Azevedo Monteiro escrevia a El-Rei em 1716, o seguinte:

> "No fim do seculo passado, andando os paulistas á conquista do gentio que aquelles sertões povoavam e eram os escravos de que se serviam, alojando-se á margem de um ribeiro, do territorio de Minas Geraes, presentiram de noite um rumor que acontece haver nas paragens donde ha ouro, por occulta causa até agora de ninguem averiguada; e advertidos que nas collinas do Cururupêba o mesmo observavam ao subsequente dia, se dispuzéram a minerar e acharam o primeiro ouro que se manifestou na serra de Guaripiranga, em tanta copia que lhes teve mais conta comprar com o que tiravam negros, que divertirem-se a cativar indios."

Volvendo a Antonio Rodrigues de Arzão, temos que, si descobriu ouro nas Minas Geraes, em 1693, não deu importancia ao achado, pois não falleceu em 1694 e sim muito posteriormente e nunca cogitou de qualquer proveito, nem fez sobre tal qualquer allegação.

E' assim que o encontramos vivo em São Paulo, a 8 de dezembro de 1700, assignando um termo de dinheiro tomado a juros no inventario de sua avó affin, Catharina da Silva e dando como fiador a seu irmão João Peres Calhamares.

Esse documento necessitamos aqui transcrever na integra e é o seguinte:

> — "Aos oito dias do mez de dezembro de mil e setecentos annos, nesta villa de São Paulo, perante o juiz de orfãos o capitão e governador Manuel Bueno da Fonseca, appareceu o capitão Antonio Rodrigues de Arzão, a quem o dito juiz deu a ganhos, a seu pedimento a quantia de cem mil reis, a oito por cento, como é uso e costume na terra, por tempo de um anno ou pelo tempo que os tivér em seu poder, de que pagará ganhos até real entrega para o que obriga a sua pessôa e bens, assim moveis como de raiz havidos e por haver e para mais segurança apresentou por seu fiador e principal pagador a seu irmão João Peres Calhamares, o qual se obriga assim e da maneira que seu fiado se obriga sem a isso pôr duvida nem contradicção alguma e outrosim tambem apresentou a Fernão Munhoz por seu fiador e principal pagador o qual se obriga assim e da maneira que seu fiado se obriga, ambos os fiadores se obrigam juntos e cada um por si, a tudo dar e pagar principal e ganhos até real entrega de que fiz este termo em que o fiador e o devedor se assignaram eu Diogo Gonçalves Moreira o escrevi. — Manuel Bueno da Fonseca. — João Calhamares. — Antonio Rodrigues de Arzão. — Fernão Munhoz Paes. —"

Antonio Rodrigues de Arzão permaneceu na villa de São Paulo após a partida de Bartholomeu Bueno de Siqueira, sendo de accentuar porém que tanto quanto seus antepassados, era um entendido nas questões de minas e pessôa da maior consideração, tanto que o governo portuguez, em carta datada de Salvaterra, aos 30 de janeiro de 1701, por intermedio do governador do Rio de Janeiro, recommendava-lhe que, si seu velho pae, Manuel Rodrigues de Arzão já houvesse fallecido, ficasse encarregado da escolha da data mineira real e por conta da respectiva fazenda a mandasse lavrar.

O theor completo de tal carta é o seguinte:

> "Antonio Rodrigues de Arzão. — Eu El-Rei vos envio muito saudar. Pela confiança que fazia de vosso pae, Manuel Rodrigues de Arzão, o encarregava da administração das datas na forma que vereis da carta que fui servido escrever-lhe e porque a mesma faço de vossa pessôa, ordeno ao governador dessa capitania que sendo vosso pae já fallecido vos remetta esta carta

com a sua para que a abraes e a executeis como se para vós fosse escripta e tambem ordeno ao mesmo governador que faltando vosso pae depois de haver começado a dar execussão ao que lhe ordeno, vos mande esta carta para que em virtude della continueis tudo o que tinha encarregado o vosso pae e justamente podereis esperar que o serviço que nesta materia me fizerdes ha de ter lugar na minha lembrança." —

Parece que por qualquer motivo não poude Antonio Rodrigues de Arzão desempenhar-se dessa honrosa incumbencia, pois continuou em São Paulo, onde até abril de 1701 encontramos o seu nome em documentos.

Bento Fernandes, ao relatar as expedições reveladoras das riquezas mineraes do Serro Frio (1701) escreve que nellas tomou parte Antonio Rodrigues de Arzão, "parente do descobridor da Casa da Casca." Diogo de Vasconcellos accrescenta ainda, entre os que tomaram parte em taes descobrimentos, ao "coronel Manuel Corrêa de Arzão e Antonio Corrêa de Arzão, sobrinhos do famoso sertanista da Casca, Antonio Rodrigues de Arzão."

Documento publicado na Revista do Archivo Mineiro, liquida porém esse ponto e firma que os descobridores do Serro Frio foram o capitão Antonio Soares Ferreira, Lourenço Carlos Mascarenhas de Araujo, João Soares Ferreira e o capitão Manuel Corrêa de Arzão.

Existe ainda uma referencia, na mesma Revista, de que Antonio Rodrigues de Arzão, com Lucas de Freitas de Azevedo e Balthazar de Lemos e Siqueira, todos partidos de São Paulo, com sequito proprio, andaram em 1717, no descobrimento das esmeraldas.

Com respeito aos dous ultimos, falaremos ao tratar de Izabel de Lemos e Moraes e Mecia de Moraes, mas quanto a Arzão, nada conseguimos.

Do termo de vereação de 15 de junho de 1720, na cidade de São Paulo, apparece o capitão Antonio Rodrigues de Arzão, como um dos homens bons, encarregados da vistoria nas obras da casa do conselho e cadeia, que então se construia.

A ser o descobridor da Casa da Casca, como presumimos, já devera estar bastante idoso e seu fallecimento devia ter-se dado nessas proximidades.

Sua mulher, Marianna de Camargo, ja havia fallecido em 1715 e do casal ficaram quatro filhos.

4. — **Catharina de Camargo.** — Foi casada com José Gonçalves, que acompanhou seu cunhado Antonio Rodrigues de Arzão na bandeira de 1693, á Casa da Casca.

5. — **Victoria de Camargo.** — Foi casada com Fernando Munhoz, filho de André Lopes Maciel e Catharina Paes, esta filha de Fernão Munhoz que falleceu em São Paulo em outubro de 1675.

Fernando Munhoz, que encontramos em documentos antigos assignado Fernão Munhoz Paes, tomou parte nas bandeiras de Antonio Rodrigues de Arzão, á Casa da Casca e na de Bartholomeu Bueno de Siqueira, a Itaverava.

Residiu em São Paulo, onde falleceu em 1723 e sua mulher, no anno seguinte, ficando do casal sete filhos.

6. — **Joanna Lopes de Camargo.** — Foi casada com José Pereira da Rosa, filho de Luiz Pereira da Rosa e de Magdalena Fernandes.

Com o fallecimento de José Pereira da Rosa em 1742, deixou o casal seis filhos.

7. — **Anna Maria de Camargo.**

8. — **Izabel de Camargo.**

9. — **Fernando Lopes de Camargo.** — Nasceu cerca de 1676 e foi casado com Maria de Lima de Siqueira, filha de Luiz Dias Barroso e de Maria de Lima do Prado. Teve sempre alto conceito na villa de São Paulo, onde exerceu os cargos de vereador, em 1711, juiz ordinario, em 1715 e 1719.

Coube a elle mandar retirar do paço, o retrato do licenciado Francisco Nunes de Siqueira, por ordem do corregedor da comarca, o desembargador Manuel Godinho Manso, successo que Pedro Taques narra do seguinte modo:

— "Ao grande zelo, actividade e diligencia de Francisco Nunes de Siqueira, se deve o alvará que concedeu o conde de Atouguia, d. Jeronimo de Athaide, governador geral do Estado, em 24 de outubro de 1655, a favor das duas oppostas familias de Pires e Camargos; e estes receberam mais beneficios pelo perdão geral em nome da Magestade, ás culpas que lhes resultavam das ditas devassas, pelas quaes estavam comprehendidas em pena capital; o que tudo se vê do contexto do mesmo alvará, que o temos copiado, em titulo de Camargos. Por este merecimento, lhe tributou a patria quando se recolheu a ella, vindo da Bahia no dia 25 de dezembro do mesmo anno de 1655, uma obsequiosa lembrança, fazendo-o retratar com verdadeira effigie, do mesmo modo com que fez a sua publica entrada, que foi a cavallo, vestido de armas brancas, em sella jeronyma, com lança ao hombro, bigodes á Fernandina, porque, sahindo da Bahia por caminho de serra e sertão, chegou em breve tempo á

patria, como se vê da data do alvará em 24 de novembro, vencendo em trinta dias uma jornada, que só podia fazer em dois ou tres mezes. A este retrato de Francisco Nunes de Siqueira se via a epigraphe, que dizia Redemptor da Patria. Nós ainda vimos esta copia, que se conserva em casa dos filhos do alferes Sebastião do Prado Cortez, neste anno de 1769."

Fernando Lopes de Camargo falleceu posteriormente a 1699, em São Paulo, tendo deixado de seu casamento onze filhos, e, entre elles, **Monica** de Camargo, casada com o sargento-mór Francisco Aranha Barreto, que foi commandante de Yguatemy, em 1773 e falleceu em 1794, como commandante da praça de Santos. Foi o tronco dos Aranhas de Campinas.

10. — **Pedro Lopes de Camargo.** —

11. — **Thomaz Lopes de Camargo.** — Foi casado com Paula da Costa Paes, filha do capitão Martinho Paes de Linhares e de Izabel da Silva.

Fez parte da bandeira do padre João de Faria Fialho, que foi um dos fundadores de Ouro Preto. Mineirou algum tempo no ribeirão do Carmo e em 1701, acompanhado de alguns mais, seguiu para o norte, encontrando um ribeiro aurifero onde se estabeleceu.

Essa a origem da povoação que ainda hoje conserva o nome de Camargos, em Minas Geraes.

Foi inventariado em São Paulo em 1756, tendo deixado nove filhos, dos quaes sobresahiu José de Camargo Paes, que foi o ouvidor no processo do Caetaninho, em São Paulo.

12. — **Gonçalo Lopes de Camargo.** — Casou-se com Rosa Maria da Silveira, filha de Ignacio Lopes Munhoz e de Maria Cardoso de Almeida. Foi um dos fundadores da povoação de Camargos, em Minas Geraes, onde ficou residindo e deixou geração.

13. — **João Lopes de Camargo.** — Foi casado com Izabel Cardoso de Almeida, filha de Ignacio Lopes Munhoz e de Maria Cardoso de Almeida. Acompanhou, segundo conta Rebello Perdigão, a bandeira de Bartholomeu Bueno de Siqueira, á serra de Itaverava, em 1694, contando então, conforme o inventario de seu pae, cerca de doze annos de idade. Com o alcaide-mór José de Camargo Pimentel e seus irmãos Thomaz e Gonçalo Lopes de Camargo, foi depois dos fundadores da povoação de Camargos.

Diogo de Vasconcellos diz que com Francisco da Silva Bueno, Antonio da Silva Bueno, Thomaz Lopes de Camargo, Felix de Gusmão de Mendonça e o padre João de Faria Fialho, foi tambem dos fundadores de Ouro Preto.

Em 1713, então já casado e com filhos, mudou-se definitivamente para Minas Geraes e a 8 de agosto de 1714 foi nomeado para capitão duma companhia do terço de auxiliares de Pitanguy.

Em 1757 João Lopes de Camargo e sua mulher já eram fallecidos na freguezia de São Sebastião, daquella capitania, deixando o casal dez filhos.

— § 2 —

Francisco de Camargo Santa Maria. — Filho do capitulo primeiro, baptisou-se em São Paulo, em 20 de agosto de 1653, tendo-se casado com Maria de Siqueira e Albuquerque, filha do capitão Duarte Pacheco de Albuquerque, natural de Portugal e de Simôa de Siqueira.

Azevedo Marques engana-se, quando diz que essa Maria de Siqueira foi casada com Fernando de Camargo, o Tigre. Era neta de Aleixo Jorge e de Maria Nunes de Siqueira. Aleixo Jorge era natural da Arrifaina de Souza, em Portugal e tomou parte na bandeira de Lazaro da Costa, aos sertões de Santa Catharina (1615). Estabeleceu-se na serra do Ajuá, em Juquery, onde obteve uma sesmaria por carta de 19 de fevereiro de 1617.

Francisco de Camargo Santa Maria distinguiu-se no bandeirismo, indo como immediato na bandeira de Francisco Pedroso Xavier, á provincia do Itatim, cuja capital era a Villa Rica do Espirito Santo, redução erguida após a destruição do Guayrá, em territorio paraguayo, á margem esquerda do Jejuy.

As doutrinas dessa provincia ficavam quasi todas em terras do baixo Matto-Grosso, podendo ser citadas, entre as mais, as de Xerez, Tarem, Mboi-Mboi, Terecani, Maracajú, Caaguassú, Ypané, Guarambaré, Atira e Nossa Senhora da Fé.

Essa região fôra attingida por varias expedições paulistas desde 1632, sendo destruidas diversas reduções. Uma das mais importantes que alli esteve foi a de Antonio Raposo Tavares, em 1648, que arrazou aldeias formadas de indios guaycurús.

A empreza de maior vulto que se seguiu a esse ataque, foi a mencionada bandeira de Francisco Pedroso Xavier, filho de João Pedroso de Moraes, denominado o Terror dos Indios.

Sahiu de São Paulo, segundo Azevedo Marques, em 14 de fevereiro de 1675, tendo atacado as reduções de Terecani, São Francisco de Ibiraparíyara, Candelaria, Maracajú e Santo André, aprisionando grande numero de indios e causando grandes damnos. Dirigiu-se depois sobre a Villa Rica do Espirito Santo, que occupou a 17 de fevereiro de 1676.

Contava essa expedição com um verdadeiro exercito regular. — "Os brancos são todos mancebos, descalços de pé e pernas, armados de escopetas e alfanges, armas que tambem trazem os mamelucos que os acompanham e os indios, escudos, tacapes, arcos e flexas." — Era uma centena de brancos e cêrca de quinhentos indios tupys. Entre os primeiros se achavam Francisco de Camargo Santa Maria, lugar tenente ou alferes-mór, capitães João de Lima e Gaspar de Godoy, alferes José das Neves e Balthazar de Godoy, e capellão, o carmelita frei Balthazar de Godoy.

Com a preza de indios e o producto do saque nas reduções, retirou-se Francisco Pedroso Xavier combatendo as forças espanholas que acudiram, dirigidas pelo sargento-mór João Dias Andino, até a serra de Maracajú, onde as repelliu de vez, conseguindo chegar a salvo em São Paulo.

Referindo-se a Francisco de Camargo Santa Maria, diz Pedro Taques que a 8 de agosto de 1672 os officiaes da camara de São Paulo, Paschoal Rabello e Estevam Fernandes Porto, encarregaram-no de penetrar o sertão com sua tropa, a descobrir minas de ouro, prata e pedras preciosas, "para assim darem os paulistas a conhecer o intento que desejavam empregar-se no serviço de Sua Alteza, pela carta, que havia escripto aos officiaes da dita camara e acceitou esta conducta o dito Camargo."

Aqui nos parece ter havido um engano de Taques, pois nas "Actas" se verifica que em tal occasião o que se deu foi a interpellação da camara a Fernando Dias Paes, sobre o que tinha por certo com referencia ao descobrimento da Sabarábossú, tendo o mesmo declarado que "elle ia aventurar, pelas informações dos antigos."

Na vida politica exerceu Francisco de Camargo Santa Maria os cargos de almotacel, em 1682, de vereador, em 1690 e de juiz em 1696.

Falleceu na villa de São Paulo, no anno de 1714, deixando de seu casamento os seis filhos seguintes:

1. — **Antonio de Camargo Ortiz e Albuquerque.** — Casou-se com Maria Bueno, filha de Francisco Cubas de Mendonça e de Anna Ribeiro da Luz.

Acreditamos ter sido Antonio de Camargo Ortiz e Albuquerque o que teve nos primeiros annos do seculo XVIII em São Paulo, grande prestigio e influencia politica, tendo exercido na respectiva camara os cargos de almotacel, em 1716, vereador, em 1720 e juiz ordinario, em 1724.

Em 1717 teve patente de posto de capitão das ordenanças e em 1728 foi nomeado superintendente das minas de ouro do Paranapanema, provido pelos desembargadores ouvidores, Francisco da Cunha Lobo e Francisco Galvão de Affonseca.

A historia o regista como potentado violento e desabrido, "homem de rigoroso excesso", como o classificavam os antigos documentos.

Silva Leme annota apenas que terminou seus dias no posto de mestre de campo.

2. — **Anna Maria Ortiz de Camargo.** — Foi casada com Cosme Duarte Ferreira e falleceu em 1765, sem deixar geração.

3. — **Felippa de Siqueira de Albuquerque Camargo.** — Casou-se com Salvador Rodrigues do Prado, irmão de Domingos Rodrigues do Prado, filhos de Domingos Rodrigues do Prado, o Longo, e de Violante Cardoso de Siqueira.

Falleceu Salvador Rodrigues do Prado, quando de viagem para as minas de Goyaz, em 1752 e sua mulher posteriormente a 1769, deixando o casal um filho unico.

4. — **Leonor de Siqueira e Albuquerque.** — Foi casada com Claudio Furquim de Abreu, filho de Estevam da Cunha de Abreu e de Mecia da Silva e Castro.

Claudio Furquim de Abreu occupou cargos de relevo na villa de São Paulo e foi sargento-mór de auxiliares.

Falleceu Leonor de Albuquerque depois do anno de 1769, deixando geração de seu casamento.

5. — **João de Camargo Santa Maria.** — Casou-se com Maria de Oliveira, filha de Mathias de Oliveira Velho e de Anna de Meira. Foi João de Camargo almotacel em 1684 e com a descoberta de ouro em Minas Geraes, foi residir algum tempo na povoação de Camargos.

Sua mulher falleceu em 1749, ficando do casal oito filhos.

6. — **Francisco de Camargo Ortiz.** — Foi casado com Maria da Cunha Lobo, filha de Francisco da Cunha Lobo e de Leonor de Siqueira. Foi vereador á camara de São Paulo em 1718 e falleceu assassinado em 1738, deixando de seu casamento seis filhos.

— § 3 —

José de Camargo Ortiz. — Filho do capitulo primeiro, casou-se com Maria das Neves Pires, filha de Antonio das Neves e de Mecia Pires Rodrigues.

José de Camargo Ortiz apenas apparece exercendo cargos de eleição na villa de São Paulo, tendo sido almotacel em 1680, vereador, em 1681 e juiz ordinario successivamente em 1675, 1677 e 1693.

Falleceu em São Paulo a 22 de junho de 1713 e Maria das Neves Pires, com testamento, a 2 de julho de 1694, deixando o casal os oito seguintes filhos:

1. — **Fernando de Camargo Pires.** — Casou-se com Izabel Borges da Silva, filha de Sebastião Borges da Silva e de Maria da Silva. Deixou geração.

2. — **Antonio de Camargo Pires.** — Foi casado com Maria de Moraes. Exerceu o cargo de vereador á camara de São Paulo, em 1722. Teve tambem patente passada por d.Pedro de Almeida Portugal, do posto de capitão da ordenança do districto de Tietê, em data de 25 de setembro de 1717. Falleceu em 1744, em Atibaia, deixando de seu casamento, seis filhos.

3. — **José de Camargo Neves.** — Foi casado com Marianna Bueno, filha do capitão Bartholomeu Bueno Moreira e de Izabel da Silva de Abreu. Sabemos delle apenas que foi vereador á camara de São Paulo, em 1717. Sua esposa falleceu em 1758 e do casal ficaram oito filhos.

4. — **Anna Maria de Camargo.** — Casou-se com Fernando de Godoy Moreira, filho de Sebastião da Fonseca Pinto e de Leonor Jorge de Godoy. Ficou geração do casal.

5. — **Izabel de Camargo.** — Foi casada com Pedro Borges da Silva, filho de Sebastião Borges da Silva e de Maria da Silva. Falleceu Izabel de Camargo em São Paulo, em 1726, ficando geração de seu casamento.

6. — **Mecia de Camargo.** — Foi beata carmelitana.

7. — **Marianna de Camargo.** — Foi beata carmelitana.

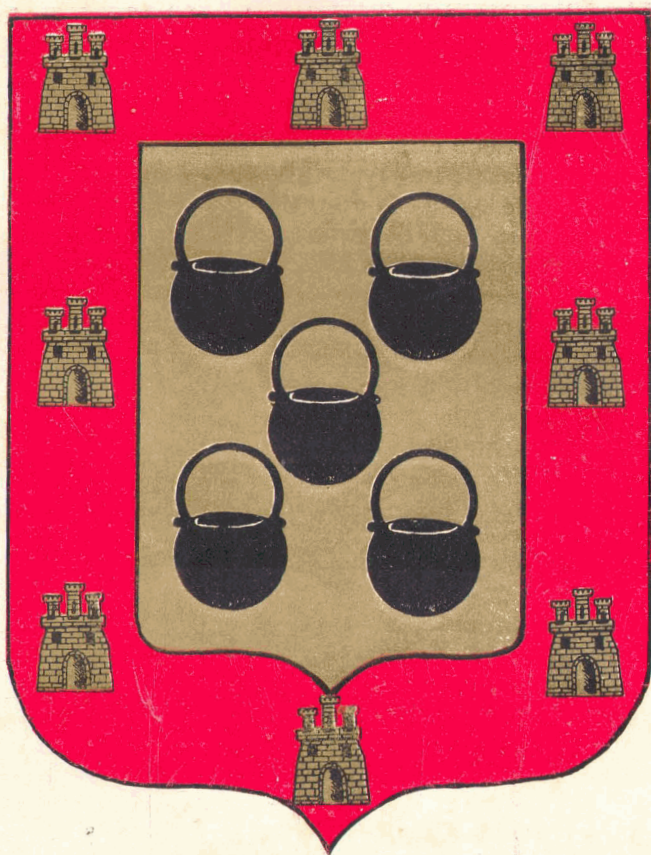
8. — **Anna de Camargo.** — Falleceu solteira.

— § 4 —

João Ortiz de Camargo. — Não foi este filho de Fernando de Camargo, o Tigre, bandeirante, nem occupou cargos de confiança no governo da villa. Casou-se com Mecia Rodrigues, filha do velho João Pires.

Possuiu uma casa na rua Direita de São Bento e um sitio em Tremembé, com engenho de canna, onde tinha trinta e quatro escravos indios.

No seu testamento datado de 25 de agosto de 1671, mencionou ter duas "espingardas alugadas no sertão, uma a um Bartholomeu Bueno, sem clareza e outra a Miguel Rodrigues Betim."

Falleceu a 3 de setembro de 1671, em São Paulo, sendo enterrado na igreja do Carmo, na sepultura de seu avô, Jusepe de Camargo.

RAMO DA ESTREMADURA

Mecia Rodrigues tambem fez testamento a 26 de agosto de 1687, que foi escripto por seu irmão João Pires Rodrigues e nelle declarou que seus filhos, Fernão Pires de Camargo, maior e José Pires de Camargo, com dezenove annos, se achavam no sertão com quatro negros, para o que tomára de emprestimo a Antonio Rodrigues, para aviamento, cincoenta mil réis, recommendando que quando voltassem, "todo o que trouxessem repartirão entre todos, irmãmente."

Falleceu no dia seguinte ao mencionado, sendo sepultada na igreja do Carmo de São Paulo. Do casal ficaram os filhos seguintes:

1. — **Fernando Pires de Camargo.** — Foi bandeirante que figurou numa entrada de 1687. Teve o exercicio de varios cargos em São Paulo, entre os quaes o de capitão de auxiliares, por patente de 27 de novembro de 1698, e de juiz ordinario, em 1702 e de almotacel, em 1712.

2. — **João Ortiz de Camargo.** — Casou-se em Nazareth, em 1709, com Maria de Estradas, viuva primeira vez de Domingos Pereira de Avelar e segunda vez de José Nunes de Siqueira.

Seguiu em 1722 numa bandeira para as minas de Cuyabá, logo após terem sido descobertas e falleceu naquelles sertões, um anno depois, sendo seu inventario aberto em São Paulo a 31 de outubro de 1724. Teve de seu casamento cinco filhos.

3. — **José Pires de Camargo.** — Nasceu cerca de 1668 e foi casado em 1705, com Izabel da Silva de Abreu, viuva de Bartholomeu Preto Moreira e filha de Gaspar da Cunha de Abreu e de Maria Cardoso. Assignava ás vezes José de Camargo Pires. Fez parte duma bandeira ao sertão, em 1687 e falleceu deixando geração de seu casamento.

4. — **Anna Maria Pires de Camargo.** — Foi casada com Manuel das Neves da Silva, natural de Cananéa. Deixou geração.

5. — **Joanna Pires de Camargo.** — Casou-se em 1697, com Salvador de Miranda do Prado, filho de Antonio de Almeida de Miranda e de Catharina Dias. Era Salvador de Miranda bisneto de Miguel de Almeida de Miranda, grande sertanista e potentado, o qual tomou o partido dos Pires contra os Camargos, como sogro dos irmãos Henrique da Cunha Gago, o neto e João da Cunha Lobo, os quaes pertenciam á familia dos Pires.

Do casamento de Salvador de Miranda com Joanna Pires de Camargo, ficou geração.

— § 5 —

Manuel Ortiz de Camargo. — Filho do capitulo primeiro, foi casado com Maria Bueno de Siqueira, filha de Lourenço de Si-

queira de Mendonça e de Maria Bueno, os quaes foram tambem paes de Bartholomeu Bueno de Siqueira, casado com Maria de Camargo, sobrinha de Manuel Ortiz de Camargo.

Este ultimo em 1678 exerceu na villa de São Paulo o cargo de almotacel e no mesmo anno, por patente dada pelo capitão-mór Thomaz Fernandes de Oliveira, exerceu o posto de capitão de cavallaria.

Em 1685, foi nomeado capitão de uma aldeia de indios guarulhos, em Conceição de Itanhaen, pelo capitão-mór Pedro Taques de Almeida, e na sua patente se faz referencia que exerceu muitos cargos honrosos em toda capitania, "com os quaes se mostrou sempre mui fervoroso no serviço de Sua Magestade".

Em 1686 foi Manuel Ortiz de Camargo eleito juiz ordinario em São Paulo. Renovando-se no anno seguinte, por occasião das eleições, as contendas entre os Pires e Camargos, conservou a vara, no que foi applaudido pelo ouvidor da capitania, Diogo Arias de Araujo.

Da mesma opinião não foi porém o ouvidor-geral, Thomé de Almeida e Oliveira e a sua consequente intervenção, desviada da letra da provisão do conde de Atouguia, ia dando azo a serias desordens na villa, atalhadas por ter o ouvidor-geral cedido, conseguindo-se as eleições em fins de 1687.

A esse proposito dirigiu-se Manuel Ortiz de Camargo a El-Rei, que por provisão de 28 de dezembro de 1688, mandou que se observassem fielmente as normas dadas pelo conde de Atouguia, para as eleições na villa de São Paulo. Da referida provisão consta que "Manuel de Camargo me reprensentou que estando o ouvidor-geral Thomé de Almeida em correição na dita villa de São Paulo, em occasião de se fazer eleição, não quizera dar cumprimento as ditas provisões por cuja causa se ia amotinando e rompendo as pazes com que as ditas familias se tratavam, do que movido o dito ouvidor-geral tratára de fazer a eleição guardando as ditas provisões, e porque podia succeder haver outro ouvidor que quizesse intentar o mesmo, me pedia mandasse passar provisão em que confirmasse de novo os ditos privilegios concedidos áquellas familias, e ordenar ao governo do Rio de Janeiro fizesse dar cumprimento a ellas, e no caso que algum ouvidor-geral não quizesse guardar o fizesse fazer. E tendo a tudo consideração, e ao que respondeu o meu Procurador da Corôa, a quem se deu vista: Hey por bem, etc...".

A questão de tal privilegio alongou-se porém até aos primordios do seculo XVIII, como em outro lugar pormenorizamos.

Manuel Ortiz de Camargo, que costumava assignar Manuel de Camargo Velho, distinguindo-se assim de outro homonymo e contemporaneo, foi tambem sertanista e em 1693 esteve nas minas de Paranaguá. Em 1695 achava-se em São Paulo e seguiu depois a

unir-se com a bandeira de Bartholomeu Bueno de Siqueira, que fôra em demanda do ouro na Casa da Casca.

Bartholomeu Bueno de Siqueira no entanto, attingindo a Itaverava e ahi revelando ouro, dirigira-se para os lados do rio Paraopeba, onde falleceu. Manuel de Camargo então, acompanhado de seu filho Sebastião Preto de Camargo, enveredou pelo roteiro de Antonio Rodrigues de Arzão, procurando sozinho o rio da Casca, mas foi detido no caminho pelo gentio daquella região, perecendo num embate havido, regressando seu filho a Itaverava, com os destroços da bandeira (1699).

De seu casamento, teve Manuel de Camargo os seguintes filhos:

1. — **Sebastião Preto de Camargo.** — Acompanhou seu pae, ao encontro da bandeira de Bartholomeu Bueno de Siqueira, nas Minas Geraes, parecendo ter fallecido naquelles sertões.

2. — **Izabel Bueno de Camargo.**

3. — **Clara Bueno de Camargo.** — Com a anterior ou com esta filha de Manuel Ortiz de Camargo, foi casado Miguel Garcia de Almeida e Cunha, natural de Taubaté, filho de outro de igual nome e de Maria Vieira da Maia.

Miguel Garcia acompanhou o sogro no rastro de Bartholomeu Bueno de Siqueira e, separando-se delle já em terras de Minas Geraes, foi ter á serra do Itatiaia, onde encontrou ouro e, fraldeando-a depois, conseguiu o importante descobrimento do Gualacho do Sul, que a principio tomou o seu proprio nome. Taques conta que foi morto nessas diligencias, pelo gentio bravo da região.

De uns apontamentos deixados por Pedro Taques, consta que Maria Vieira da Maia, natural de Taubaté, era filha de Antonio Vieira da Maia, natural de Guimarães, que foi capitão e juiz de orfãos em Taubaté em 1658 e de sua mulher Maria Cardoso Cabral, natural de São Paulo, com quem se casou a 22 de setembro de 1642 e ambos fallecidos em Taubaté, o primeiro a 25 de maio de 1672 e a segunda, a 2 de março de 1721. Estas datas não combinam com as mencionadas por Taques em 1769 e que figuram no titulo dos Prados, que escreveu na sua "Nobiliarchia."

4. — **Maria Bueno de Camargo.** — Foi casada com Antonio Antunes de Moura, filho de Leonardo Rodrigues Setubal e de Catharina Corrêa Perestrello. Deixou geração de seu casamento.

— § 6 —

Lucas de Camargo Ortiz. — Baptisado em 1642, em São Paulo, foi casado com Izabel Rodrigues, filha de Balthazar de Godoy e de Antonia Preto.

Na camara de São Paulo exerceu Lucas de Camargo o cargo de almotacel em 1675 e 1692. A 1.º de fevereiro de 1681, sendo vereador, declarou em sessão que "a elle se lhe offerecia ir buscar remedio no sertão, que é o trato ordinario desta terra, pelo que requeria o eximissem da assistencia na camara, sendo eleito outro em seu lugar".

Por esse tempo andava em São Paulo, nos preparativos para a jornada de Sabarábossú, o administrador geral das minas, d. Rodrigo de Castel-Blanco. A dezeseis de fevereiro, já se achava Lucas de Camargo Ortiz internado no sertão, possivelmente na mesma directriz, pois a sua bandeira não devia ser em região proxima, tanto que a acta de dezesete seguinte, referia a necessidade da eleição de outro vereador "em lugar de Lucas de Camargo Ortiz, por ser ausente de longa ausencia."

Em 8 de abril de 1686, tinha Lucas de Camargo patente de capitão da infanteria da ordenança do bairro de Tietê, passada pelo capitão-mór Pedro Taques de Almeida.

Em 1699 foi eleito juiz ordinario e veiu a fallecer nos primordios do seculo XVIII, deixando os filhos seguintes:

1. — **Lucas de Camargo Ortiz.** — Casado com Maria de Pontes Pires, filha de José Domingues de Pontes e Anna Maria das Neves Pires. Foi vereador á camara de São Paulo em 1726 e falleceu deixando geração.

2. — **Maria Jorge de Camargo.** — Casou-se com João de Lima do Prado, filho de Manuel de Lima do Prado e de Anna Vidal de Siqueira. Falleceu Maria Jorge antes de 1712 e seu marido em 1734, ficando do casal uma filha unica.

3. — **Manuel Ortiz de Camargo.** — Foi casado em 1698, em Ytú, com Maria Corrêa de Arzão, filha do capitão Cornelio Rodrigues de Arzão e de Catharina Gomes Corrêa. Falleceu no mesmo anno do seu casamento.

4. — **Anna Maria Ortiz de Camargo.** — Casou em 1699 com Bartholomeu Bueno de Azevedo, filho de Francisco Bueno de Camargo e de Marianna de Freitas de Azevedo. Exerceu Bartholomeu de Azevedo em São Paulo, os cargos de almotacel em 1700 e de vereador em 1716, tendo fallecido na villa de Juquery, onde residia, em 1725, deixando geração de seu casamento.

5. — **Felippa do Prado de Camargo.** — Ultima filha de Lucas de Camargo Ortiz, casou-se com Francisco Pedroso da Cunha, filho de Christovam da Cunha e de Maria de Moraes Barros. Deixou geração.

— § 7 —

Domingos de Camargo. — Foi baptisado em São Paulo, a 29 de dezembro de 1647 e teve ordens para ecclesiastico. Nos seus papeis de genere, existentes no Archivo da Curia de São Paulo, datados de 1679, declara que seu avô paterno era Jusepe de Camargo, "castelhano de nação."

— § 8 —

Anna Maria de Camargo. — Foi baptisada na matriz de São Paulo a 28 de março de 1644 e casou-se com Manuel da Costa Duarte, pessôa de prestigio na capitania, que foi vereador em 1669, juiz ordinario em 1675, ouvidor das minas e vedor do corpo militar que acompanhou o tenente general Jorge Soares de Macedo, natural de Obidos e primo irmão de d. Rodrigo de Castel-Blanco, na sua missão reservada e conjuncta com o governador do Rio de Janeiro, d. Manuel Lobo, de que resultou a fundação da Colonia do Sacramento.

Pedro Taques não teve exacto conhecimento da finalidade de tal diligencia, pois a expedição de Jorge Soares de Macedo se uniu como disfarce e por determinação régia de 1677, á do administrador-geral das minas, d. Rodrigo de Castel-Blanco, parecendo assim se tratar de simples pesquiza de minerios.

Uma consulta do Conselho Ultramarino, de 8 de janeiro de 1693, esclarecia no entanto que: "perdida a esperança de achar minas em nossa conquista, parecera bem fazer caminho pela nova Colonia, a aproveitar-nos das de Castella e, se então fôra conveniente dar principio áquella fundação, ninguem podia duvidar que agora conserval-a era conveniencia e credito."

Conta Pedro Taques que, embarcando Jorge Soares de Macedo e d. Rodrigo de Castel-Branco na Bahia e fazendo escala no Rio de Janeiro, d. Rodrigo chegara a Santos em 25 de novembro de 1678 e, antes delle, Jorge Soares de Macedo, que subira a São Paulo, a receber auxilios e angariar gente para seguir por mar, aos sertões do sul "para descobrimento das minas de ouro e prata, até o rio de Buenos-Ayres."

Tiveram patente para seguir nessa expedição, Braz Rodrigues de Arzão, como capitão-mór e Antonio Affonso Vidal, como sargento-mór. Fretaram-se sumacas para transporte da diligencia e expediram-se as patentes dos commandantes, entre os quaes Thomaz de Souza Rios, João Taques e Vicente Rondon. Tomavam tambem parte da léva os irmãos Francisco, José e Manuel Dias Velho, serta-

nistas que desde 1651 já vinham tentando estabelecer-se nas regiões de Santa Catharina.

Partiu de Santos Jorge Soares de Macedo, a 10 de março de 1679, com os officiaes maiores citados, uma companhia de infantes pagos, sob o commando do alféres Mauricio Pacheco Tavares, uma milicia sob o commando dos capitães Francisco Dias Velho, José Dias Franco Pires e João Freire Farto, dous capellães, duzentos indios soldados, o vedor do corpo militar, Manuel da Costa Duarte e escrivão da receita e despeza, Antonio Pereira.

"Fez-se véla essa fróta, escreve Taques, a demandar o rumo para o Rio da Prata; porém, açoutada de contrarios ventos e tormentas do sul, foi toda ella, por duas vezes, arribada até a barra de Santos; e tornando a seguir o rumo do seu destino, encontrou terceira tormenta, que separou as embarcações do corpo da fróta, da qual foram tres sumacas arribadas e destroçadas á ilha deserta de Santa Catharina e quatro com o tenente de mestre de campo general, viéram arribadas e destroçadas, mas ainda nos termos de tomarem a barra de Santos e dar fundo no porto dessa villa. Depois houve noticia das tres sumacas que se achavam na ilha de Santa Catharina; e com essa certeza, se dispoz o dito tenente de mestre de campo general a seguir o caminho de terra até Paranaguá e dalli ao Rio de São Francisco, para chegar á Ilha de Santa Catharina, com toda gente, que desembarcára em Santos."

A carta de Jorge Soares de Macedo, datada de Buenos Aires, a 15 de dezembro de 1682, explica mais claramente o facto:

> "Senhor. — Antes que partisse da ilha de Santa Catharina, dei conta a V. A., das razões que me obrigaram para ir aquella parte, depois dos encontrados successos que tive naquelle tempo para não poder chegar ao Rio da Prata, como V. A., me havia mandado: — considerando que para o intento que nelle se pretendia, era aquella ilha de grandes utilidades, razão que me obrigou a situar alli a gente que commigo levava: visto o impossivel de poder adiantar-me a obrar outra cousa. Tambem fiz aviso a V. A., que o governador d. Manuel Lobo, com quem V. A. me mandou ajuntar no Rio de Janeiro, para com elle fazer a viagem que estava determinada, estando já em caminho para pôr em execução a ordem de V. A., me escreveu fazia a V. A. muito maior serviço na assistencia da ilha, encommendando-me que nella mandasse fazer cal, telha, tijolo, cestas, carvão, herva proveitosa, canôas e carrinhos de fortificação, com toda a madeira lavrada e taboado que fosse possivel, tudo necessario á Colonia, que se havia de situar nas ilhas de Gabriel, o que se poz logo em execução."

Dom Manuel Lobo avisou Jorge Soares de Macedo que o viria buscar alli com os navios, o que não realizou devido a ser perigoso correr a costa com náos de grande calado e assim, fez-se ao mar largo, mandando que Jorge Soares de Macedo a elle se unisse, na povoação nova de São Gabriel.

Na Ilha de Santa Catharina deixou então Jorge Soares de Macedo os indios que trouxéra de São Paulo, os irmãos Dias Velho com alguns soldados da companhia de infantes e encarregou do commando desse novo arraial, ao capitão Manuel da Costa Duarte, embarcando-se numa sumaca para ir ter com d. Manuel Lobo. Os successos posteriores dessa expedição, são sabidos: Jorge Soares naufragou, conseguindo salvar-se. Marchou assim por terra, indo ter á vista da denominada Ilha das Flores. Aprisionado nesse local com os seus maiores, por uma guarda da redução jesuitica dos Reis Magos, foi remettido para Buenos Aires, á presença do governador d. José Garro e mandado recolher a um calabouço.

De Buenos Aires, mandaram-no para o Chile, onde esteve preso até quando poude regressar a Cordova e depois novamente a Buenos Aires, de onde escreveu ao governo portuguez a carta citada e uma outra datada de 20 de janeiro de 1683.

Na primeira dessas, conta que tambem escreveu ao administrador geral das minas, d. Rodrigo de Castel-Blanco "visse o meio que podia haver para a gente que ficára na ilha de Santa Catharina, se pudesse alli conservar até ordem de V. A., respeitando a utilidade que havia em a ilha estar povoada para a conservação das povoações que se intentavam desta banda."

Mas o estabelecimento da ilha de Santa Catharina, já ia disperso, como faz certo a seguinte declaração do vedor capitão Manuel da Costa Duarte, na camara de São Paulo, a 13 de março de 1681:

> "Que elle se recolhêra do areal de Santa Catharina aonde estava, por ordem do doutor syndicante João da Rocha Pitta, com tresentas e tantas almas, afóra as que foram ás ilhas de São Gabriel, aonde estava o governador d. Manuel Lobo e obedecendo o dito vedor, o capitão Manuel da Costa Duarte á ordem do dr. João da Rocha Pitta, se partiu da dita ilha com infantaria e indios, sem mantimentos, e chegando ao Rio de São Francisco, não achando mantimentos, se desencaminharam a maior parte dos indios, e o mesmo foram fazendo por todas as demais villas por onde vinham passando e sómente chegaram em sua companhia nove, dos quaes seis mandára com dous soldados adeante."

Em Santa Catharina porém permaneciam, como verdadeiros paulistas do tempo, ainda depois da prisão dos fundadores da Colonia

do Sacramento, inclusivé o governador d. Manuel Lobo, os irmãos Dias Velho, escrevendo dalli José Dias Velho, em carta de 6 de agosto de 1682, a seu cunhado Pedro Jacome Vieira, que a terra era bôa e de tal fertilidade que "se não pode crêr."

Jorge Soares de Macedo retornou á capitania como governador da praça de Santos, tendo tido patente régia de mestre de campo, datada de 26 de janeiro de 1700. Em 1707, por ordem de d. Francisco de Lancastre, foi examinar umas bétas, nas minas de ouro de Cataguazes. Velho e doente, nesse mesmo anno retornou ao reino, onde falleceu.

Manuel da Costa Duarte, ainda em 1690, tendo como seu procurador a Pedro de Camargo Ortiz, prestava contas da sua malaventurada jornada a Santa Catharina.

Falleceu em São Paulo, em 1701, deixando de seu casamento os filhos seguintes:

1. — **Izabel da Costa de Camargo.** — Casada com Antonio das Neves, filho de outro de igual nome e de Mecia Pires Rodrigues.

2. — **José da Costa Camargo.** — Foi casado com Anna Bueno de Albuquerque, filha de Francisco Bueno de Mendonça e de Anna de Siqueira de Albuquerque.

Residiu no bairro da Penha e falleceu em 1763, deixando geração.

3. — **Anna da Conceição Camargo.**

4. — **Marianna da Natividade Camargo.**

5. — **Catharina da Costa Camargo.**

6. — **Manuel da Costa Camargo.**

— § 9 —

Gabriella Ortiz de Camargo.

— § 10 —

Maria de Camargo. — Filha do capitulo primeiro, foi casada com Manuel das Neves Gil, fallecido em 1659. Teve o casal as duas filhas:

1. — **Anna Gil de Camargo.** — Foi casada com Manuel das Neves Pires, filho de Antonio das Neves e de Mecia Pires Rodrigues.

Falleceu Anna Gil em 1728, deixando geração.

2. — **Maria Gil de Camargo.** — Casou-se com José Neves Pires, irmão de Manoel das Neves Pires. Deixou geração.

— § 11 —

Leonor Domingues de Camargo. — Foi casada com Antonio da Costa, filho de Pedro Collaço, em fevereiro de 1639, como faz certo um termo existente no livro primeiro de casamentos do Archivo da Curia de São Paulo. Cita Silva Leme apenas o casamento da mesma, que então seria em segundas nupcias, com Matheus de Leão, pessôa de grandes haveres na capitania, que occupou na villa de São Paulo os cargos de almotacel em 1677, procurador do conselho, em 1678 e 1688, tendo fallecido em 1698.

Quando duma sua eleição para procurador do conselho, não quiz Matheus de Leão tomar posse do cargo, desobedecendo a uma notificação do ouvidor-geral Thomé de Almeida e Oliveira, pelo que foi condemnado a um anno de prisão, que possivelmente tambem não cumpriu.

Do casal ficaram os doze seguintes filhos:

1. — **Matheus Lahaia de Leão.** — Foi clerigo do habito de São Pedro e capellão do arraial de Cutia.

2. — **João Lahaia de Leão.** — Teve posto de capitão.

3. — **Marianna de Leão.** — Casou-se com Guilherme de Oliveira Lara, filho de Tristão de Oliveira Lobo e de Maria Pedroso. O casal foi residir no rio das Mortes, em Minas Geraes, onde deixou geração.

4. — **Lucas de Lahaia de Leão.** — Foi casado com Izabel Paes de Lira, filha de Manuel João de Oliveira e de Francisca de Lira e Moraes. Teve patente de capitão e foi morador em Guaratinguetá, onde deixou geração.

5. — **Jeronyma do Couto de Camargo.** — Casou-se em 1702, em São Paulo, com Miguel Bueno da Veiga, filho do potentado e bandeirante fundador de Tremembé, Balthazar da Costa da Veiga e de Maria Bueno de Mendonça. Deixou geração.

6. — **Felippa de Leão.** — Foi casada com Heitor Mendes.

7. — **Marcos de Leão.**

8. — **Anna.**

9. — **Maria.**

10. — **Helena.**

11. — **Catharina.**

12. — **Estevam.**

— § 12 —

Pedro Ortiz de Camargo. — Filho do capitulo primeiro, casou-se na matriz de São Paulo, a 11 de junho de 1696, com Maria

de Campos, filha de Francisco Cardoso e de Maria Bicudo de Campos, não tendo deixado geração deste casamento.

Potentado com grande numero de gentio conquistado ao sertão, Pedro Ortiz de Camargo ficou conhecido na historia da villa paulistana como homem violento e sedicioso.

Em 1682 envolveu-se num tumulto originado em protesto duma finta lançada sobre indios adquiridos em armações. Em 1683, tomou parte na rebellião que tentou impedir a vinda a São Paulo dos magistrados encarregados de fazerem executar a lei sobre liberdade dos selvicolas, muito embora o seu nome figurasse numa representação posterior para a permanencia dos jesuitas no collegio de São Paulo, que, por tal motivo, tentavam abandonar.

Na camara dessa villa exerceu os cargos de almotacel, em 1680 e juiz ordinario, successivamente em 1684, 1692 e 1697.

Neste último anno, Pedro Ortiz de Camargo chefiou um movimento contra a alteração da moeda. Tal questão vinha causando desde annos anteriores, disturbios nos quaes se envolveram principalmente José de Camargo Pimentel e Pedro Ortiz de Camargo. Este ultimo, já desde 1692, fôra o iniciador de tal agitação na villa.

No anno de 1696, os officiaes da camara, com o procurador Domingos de Amores de Almeida á frente, sensatamente diziam: "Nesta camara está registada uma lei de S.M., que ordena corra a moeda e dinheiro a pezo, a qual foi observada em todo o Brasil, excepto os miudos que correrão pelo valor que S.M., permittir e só nesta villa e nas demais de cima se desobedeceu a esta lei e com este procedimento escandalizamos todas as praças do Brasil e adquirimos com muita razão o nome de rebeldes."

A que se observasse essa lei se oppoz Pedro Ortiz de Camargo, cabeça dos que desejavam a transformação do dinheiro, conseguindo para tal a amotinação do povo. Ante a gravidade da situação, a camara contemporisou até que a 20 de maio do mesmo anno, decretava subita baixa á moeda.

Pedro Ortiz de Camargo, vencido, abriu luta cerrada contra o partido vencedor, no qual se achavam Manuel Lopes de Medeiros, Domingos Dias da Silva, Gaspar de Godoy Collaço e outros.

Potentado temivel, Pedro Ortiz de Camargo se alliára a outro realmente facinoroso, Bartholomeu Fernandes de Faria. A luta assim se desenhava com negras previsões.

Os vencedores começaram então a convocar insistentemente ao governador do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Menezes, imprecando Pedro Ortiz de Camargo o delegado régio a que viésse a São Paulo, depondo á guiza de desafio, ao capitão-mór, governador da capitania, Gaspar Teixeira de Azevedo.

Arthur de Sá e Menezes, ante taes ameaças, resolveu vir a São Paulo por terra, com um escolhido corpo de soldados, chegando á villa em principios de novembro de 1697. A carta que escreveu a El-Rei, datada de 1.º de junho de 1698, dá conta do que então alli já havia succedido.

> " ... chegado que fui a São Paulo, achei morto ao sobredito Pedro de Camargo, servindo nesse mesmo tempo de juiz ordinario; violentamente o mataram com um seu mesmo bacamarte, ao meio dia e foi cousa prodigiosa, porque o matador é um dos melhores homens que ha naquellas capitanias, tanto pelo seu modo de vida, como por ser muito observante de todos os preceitos e ordens de V. Mde., extranhando sempre o não se lhe dar aquella devida execução que merecem. Com que parece que foi Divina Providencia, que o melhor homem matasse ao mais tyrano e inobediente vassallo e como lhe faltava o castigo, que por tantos titulos merecia, quiz Deus que pagasse a enormidade dos seus delictos, porque depois de lhe atirarem, foi dando mais de cem passos com o coração passado com duas balas e foi cahir ao pé do pelourinho, aonde merecia ser justiçado, porque tinha feito quatro mortes violentas, fóra muito mais crimes de latrocinio e violencias que não tem numero. E achando estas familias em forma de se darem batalha, mediei este negocio de sorte que ficou tudo socegado, retirando-se o matador para outra villa".

O matador foi Gaspar de Godoy Collaço, bandeirante de prol, com varias entradas na região do Matto-Grosso. A politica de Arthur de Sá e Menezes nessas questões violentas, era a de tolerancia. Desse modo procedeu com Gaspar de Godoy Collaço, como já havia procedido com Manuel de Borba Gato e outros sertanistas que as circumstancias haviam levado a commetterem um homicidio. Deu-lhe simplesmente uma missão no sertão.

— § 13 —

Marianna de Camargo. — Filha do capitulo primeiro, foi baptisada em São Paulo a 8 de janeiro de 1641.

— § 14 —

Felippa de Camargo. — Ultima filha de Fernando de Camargo, o Tigre, foi baptisada em São Paulo, no anno de 1642.

II

José Ortiz de Camargo, o moço.

CAPITULO SEGUNDO

José Ortiz de Camargo, o moço. — Segundo filho do castelhano Jusepe de Camargo, foi casado **antes** de 1630, com Maria Antunes, filha de Innocencio Preto e de Maria Moreira.

Innocencio Preto era natural de Portugal, exerceu na capitania o cargo de ouvidor e obteve, em 1637, duas sesmarias do capitão-mór Pedro da Motta Leite, uma das quaes, "em Jucury, cortando pelo caminho que vae para a fazenda velha que havia sido de seu irmão Manuel Preto, que Deus tem e pelos muitos serviços prestados a S.M., em muitas occasiões, accudindo com suas armas e gentio á sua custa, contra os rebeldes inimigos." Falleceu em São Paulo, em 1647.

Maria Moreira era filha de Suzana Moreira e de Pedro Alvares Cabral, natural da ilha de São Miguel, descendente da casa de Belmonte e que se havia distinguido em guerras da Africa.

As primeiras emprezas em que apparece o nome de José Ortiz de Camargo, o moço, são as do bandeirismo e vemol-o figurando na campanha aos araxans, no Rio Grande do Sul, no troço de Diogo Coutinho de Mello. Esta bandeira foi commandada por Antonio Raposo Tavares e foi a segunda lançada pelos paulistas no plano da destruição das reducões jesuiticas do Tapé.

Sahiu de São Paulo em janeiro de 1636, com cento e vinte brancos e mil indios. Em fins de novembro desse anno, estava no sertão dos tapés e a tres de dezembro, attingia e atacava a doutrina de Jesus Maria, á margem do Jacuhy. A peleja durou seis horas, tomando a bandeira alfim a redução, fazendo innumeros prisioneiros. Dahi proseguiram os paulistas, assaltando as missões de São Christovam e Sant'Anna, pelo natal desse anno e retornando com as prezas a São Paulo, em meados de junho de 1637.

O padre provincial Diogo de Borôa foi testemunha presencial de taes ataques e, em carta a El-Rei, datada de 11 de setembro de 1639, fazia um insistente appello para que o governo energicamente providenciasse afim de pôr côbro ás avançadas paulistas.

Na campanha do Tapé, seguindo a tactica guerreira já usada no Guayrá, as tropas iam divididas em companhias, dispersas em varios pontos, guardando porém entre si perfeita unidade de acção. Assim, nessa expedição, a companhia em que figurava José Ortiz de Camargo, o moço, ia ao mando do capitão Diogo Coutinho de Mello e ficou agindo no sertão "dos carijós chamados araxans."

A figura de José Ortiz de Camargo, o moço, se destaca porém vivamente no scenario politico de São Paulo, como cabeça principal da secular desavença entre as familias dos Pires e Camargos.

Tal luta surge na historia paulista, imprevistamente, como de um mysterio.

O genealogista Pedro Taques silencia as suas causas e narra, ex-abrupto, na biographia de Pedro Taques de Almeida, um sangrento conflicto nas ruas da villa paulistana, em 1640, promovido por Fernando de Camargo, o Tigre, e seus parciaes, contra um bando sectario dos Pires, tendo á frente o primogenito do flamengo Pedro Taques.

E ao tratar do assassinato de Leonor de Camargo Cabral, por esse mesmo tempo, executado por seu marido Alberto Pires, esfuma todo o drama no qual transparece no entanto um violento odio entre as duas citadas familias.

Coincidiu que taes hostilidades se esboçaram ao mesmo tempo que eram expulsos da villa de São Paulo os jesuitas, sendo cabeça desse movimento, Fernando de Camargo, o Tigre. Por isso, alguns historiadores querem vislumbrar em tal facto, o movel da luta.

Argumentam que os Camargos e os Buenos, oriundos de espanhoes, eram radicalmente escravocratas e não admittiam no assumpto a interferencia da Companhia de Jesus.

Contrariamente, os Pires e os Lemes, procedentes de portuguezes, eram mais tolerantes, mais chegados aos jesuitas e dahi o antagonismo politico que originou o dissidio.

O drama intimo em que foi figura central Alberto Pires, parece ter contribuido para que tal luta, desde o inicio, se apresentasse com rasgos de exterminio e de sangue e se prolongasse mais do que propriamente o exigiam os interesses partidarios de ambos os grupos.

Do choque de 1640 entre as facções dos Pires e Camargos, que vem descripto por Taques, resultou a derrota dos primeiros, que tiveram quasi todos de se mudar da villa de São Paulo, menos Lourenço Castanho Taques, que se apoiava numa força numerosa.

Silva Leme entende que o assassinato de Pedro Taques de Almeida, que se seguiu a esse conflicto, firmou a luta nascente contra os Pires, sendo complemento duma conspiração dos partidarios dos Camargos, taes como Pedro Leme do Prado, Miguel de Almeida de Miranda, Henrique da Cunha Gago e outros.

Chegamos assim á conclusão de que o motivo privado, a morte de Leonor de Camargo Cabral, cerca de 1640, antecedeu de pouco ás questões politicas entre as duas familias e de ambos esses moveis, acirrados por varios assassinatos de parte a parte, nasceu a luta que se estabilisou na conquista do dominio politico local e que perdurou até o seculo XVIII.

Do lado dos Pires estavam João Pires, o velho, Fernão Dias Paes, Garcia Rodrigues Velho, Lourenço Castanho Taques, a viuva Ignez Monteiro de Alvarenga, Francisco Nunes de Siqueira, os Lemes e outros.

Do lado dos Camargos estavam, além dos já citados, Bernardo Sanches de Aguillar, Domingos Barbosa Calheiros, os Buenos e outros.

José Ortiz de Camargo, o moço, apparece no campo politico da villa, como almotacel em 1629 e 1633, como juiz ordinario em 1651 e como ouvidor da capitania, nomeado por provisão do governador-geral João Rodrigues de Vasconcellos e Souza, conde de Castello-Melhor, a 5 de abril de 1652.

Escasseiam os documentos para um perfeito historico da pendencia politica com os Pires, no seu primeiro decennio.

Em 1651, apparece José Ortiz de Camargo, o moço, tendo questão com seus companheiros da camara, principalmente contra o juiz ordinario Paulo do Amaral, a facção dos Pires. No anno seguinte, José Ortiz consegue occupar o cargo de juiz ordinario e obter a amizade do conde de Castello-Melhor, governador-geral do Brasil.

Em principios de 1653, os sectarios dos Camargos recusam-se a entregar o governo municipal aos officiaes designados na abertura dos pelouros. Os Pires protestaram ante o ouvidor-geral da repartição do sul, dr. João Velho de Azevedo, então na villa de São Paulo.

Este, francamente partidario dos Pires, mandou arrombar as portas do paço municipal e formou a camara, depondo José Ortiz de Camargo, o moço, do seu cargo de ouvidor da capitania.

Entregue assim o governo da villa inteiramente aos Pires, resolveram os Camargos fugir e José Ortiz de Camargo, o moço, ir á Bahia, em companhia de seu irmão Fernando de Camargo, o Tigre, afim de se valerem do governador-geral.

Annullada por essa providencia a acção do ouvidor-geral, no anno seguinte de 1654, appareceram os Camargos na villa, com grande séquito armado, exigindo José Ortiz de Camargo, o moço, fôsse novamente empossado no cargo de ouvidor da capitania.

Os Pires reuniram por sua vez grande léva de correligionarios e ter-se-ia dado um grande choque entre as duas facções, si não tivesse

havido a intervenção do clero, tendo á frente o padre Simão de Vasconcellos.

Negociou-se então um accôrdo, empossando-se José Ortiz, com a condição deste respeitar os capitulos deixados pelo ouvidor-geral.

Nesse meio tempo porém, o conde de Castello-Melhor era substituido pelo conde de Atouguia, no governo-geral do Brasil e o governo da Metropole desautorisava, em tal assumpto, todos os actos daquelle, pela carta régia de 11 de novembro de 1654.

Ficaram desse modo os Camargos inteiramente desarmados e o ouvidor-geral da repartição do sul não tardou destituir novamente a José Ortiz de Camargo, nomeando para o seu lugar a Miguel de Quebedo de Vasconcellos. Não satisfeito, o ouvidor-geral abriu sevéra devassa de todos os factos succedidos até então e nos quaes haviam tomado parte as duas familias litigantes e os seus partidarios. Tal devassa, remettida á Bahia, teve como consequencia a ida áquella capital de representantes de ambos os partidos, além do proprio procurador da camara da villa de São Paulo.

Foi então que d. Jeronymo de Athayde, conde de Atouguia, plenamente inteirado da questão, resolveu nella intervir, baixando a provisão de 24 de novembro de 1655, na qual conta que — "Francisco Nunes de Siqueira, procurador da familia dos Pires e José Ortiz de Camargo, da dos Camargos, moradores uns e outros na mesma villa, me apresentaram differentes papeis e queixas de ambas as partes, assim sobre os tumultos e sedições que haviam resultado da eleição da camara, que naquella villa havia feito o ouvidor-geral do Rio de Janeiro, João Velho de Azevedo, como sobre outros procedimentos seus de que se havia occasionado chegarem aquellas duas familias a tomarem as armas, com numeroso sequito de indios e quasi rompimento de batalha, se os prelados das religiões que alli se achavam, a não advertissem, evitando a ultima ruina daquella praça, emquanto se requeria a este governo, para nelle se determinar o que mais conviesse ao serviço de Sua Magestade e quietação daquelle povo; desejando eu reduzil-os a uma universal concordia..."

Segue-se então a estipulação de que cada anno só servissem na camara de São Paulo numero igual de vereadores de cada uma das familias em discordia e um neutral. Nessa provisão, usando do nome real, o governador-geral concedeu o perdão aos implicados na devassa do ouvidor-geral, dr. João Velho de Azevedo.

Com essa norma, chegaram a São Paulo cartas do conde de Atouguia, ao capitão-mór de São Vicente, Gonçalo Couraça de Mesquita, ao ouvidor Miguel de Quebedo de Vasconcellos, á camara, a João Pires, o velho, a Domingos Barbosa Calheiros, a Henrique da Cunha Lobo e a Ignez Monteiro de Alvarenga.

Taes cartas, recommendando o apaziguamento, foram repetidas aos mesmos no anno seguinte de 1656 e mais a Francisco Nunes de Siqueira e a José Ortiz de Camargo, o moço, que o conde de Atouguia tinha "por sujeito mui benemerito de todo favor que se lhe fizér, pelo zelo com que passou duas vezes a esta praça a solicitar remedio de quietação á capitania". A renovação dessas missivas originou-se da obstinação de Ignez Monteiro de Alvarenga, que de modo algum desejava accommodar-se.

Concomitantemente escrevia o governador-geral a El-Rei, dando de tudo noticia e pedindo approvação de seus actos.

Dessa carta, datada de 24 de janeiro de 1656, vê-se que os Pires é que haviam iniciado as desordens e assassinatos e que os Camargos "ainda que menos numerosos, constituiam a familia paulista de mais qualidade e poder na villa."

Os dotes pessoaes e politicos de José Ortiz de Camargo, o moço, deviam ser seguramente elevados, pois constata-se que grangeára seguidamente a amizade e o apoio de dous governadores-geraes, os condes de Castello-Melhor e de Atouguia.

Não apagaram porém essas duas familias paulistas o profundo odio que as desunia. Em dezembro de 1657, recebia o capitão-mór, Jeronymo Pantoja Leitão, ordem do governador-geral, Francisco Barreto de Menezes, para intervir em novas e graves occorrencias na villa de São Paulo.

Os Camargos, no entanto, attendiam a um appello do governador-geral, para um soccorro contra os selvicolas do reconcavo bahiano e enviavam á testa da tropa, Domingos Barbosa Calheiros, que a 14 de outubro de 1658 desembarcava na Bahia.

Na villa de São Paulo, recrudesceram nesse intervallo os motins e assassinatos, cahindo a camara nas mãos dos Pires. A acta de 24 de dezembro de 1658 consigna que, desde agosto desse anno, não se reuniam "pelos muitos tumultos e sedições que haviam, os moradores uns com os outros."

O governo-geral ordena então em um alvará, que os camaristas observem com fidelidade a provisão do conde de Atouguia, o que não teve effeito, pois na eleição a seguir, nos primordios de 1659, a desordem se manifesta na villa ainda maior.

O vereador Fernão Munhoz, parcial dos Camargos, se desavem com o juiz Roque Furtado Simões e é intimado a deixar o cargo. Appellando para o ouvidor-geral, dr. Pedro de Mustre Portugal, que succedera no cargo ao ouvidor dr. João Velho de Azevedo, por provisão de 29 de dezembro de 1656, aquelle, antevendo a gravidade da situação, resolve vir a São Paulo. E então, com a presença desse ma-

gistrado, é assignado, a 25 de janeiro de 1660, um novo accôrdo entre as familias em luta e seus partidarios.

Achavam-se presentes o capitão-mór Antonio Ribeiro de Moraes e o ouvidor de São Vicente, Antonio Lopes de Medeiros, officiaes da camara, representantes do clero e tendo os contendores como representantes "por serem as principaes pessôas e cabeças dos bandos e familias entre si oppostas", a Fernão Dias Paes, José Ortiz de Camargo, o moço e Henrique da Cunha Gago.

No assento lavrado se lê que "na villa, se achavam desavindas e quebradas na paz e amizade em que antigamente se conservavam, as pessôas, casas e familias... com tanto excesso, que por vezes haviam chegado a rompimentos, insultos e latrocinios, assim entre os mesmos moradores, como no gentio que cada qual dos ditos bandos a si tinham aggregado e ultimamente achando esta villa no mais miseravel estado que se podia considerar, porquanto a maior parte dos moradores a tinham desamparado e se iam mettendo no sertão e mattos, fazendo novas povoações e domicilios, vivendo sem socego..."

Este auto de conciliação foi tambem registado no "Livro de Accôrdos", da camara da Ilha Grande, aberto em 1664, a folhas 79, para perpetuidade de tal facto.

Demorou-se o ouvidor geral em São Paulo até fins de março de 1660 e com sua acção tranquilla e imparcial conseguiu uma relativa harmonia entre os grupos em litigio. Entendemos porém que contribuiu tambem grandemente para tal, a capacidade politica dos Camargos, que já desde a questão com Salvador Corrêa de Sá e Benevides, se haviam furtado a tomar parte no protesto de 2 de novembro do anno acima, assignando em massa o elogio ao mesmo governador, como consta da acta de 2 de março de 1661.

Em dezembro desse anno, apparece claro que devido a essa habilidade, os Camargos haviam ganho para si a maioria dos Pires, menos a aspera d. Ignez Monteiro de Alvarenga, como prova a acta de 26 de dezembro de 1661, na qual se lê que "na dita camara veiu o capitão Francisco Dias Velho, o qual requereu que até agora se havia feito a eleição, por parte da familia de Ignez Monteiro e da outra, os da familia dos Camargos, e que não negava haver outros Pires, porém que os outros se têm inclinado á familia dos Camargos". Assim, não desejava a eleição como a queria "o ouvidor da capitania, Antonio Lopes de Medeiros, que tambem era Pires."

Daqui se vê porque El-Rei chamava d. Ignez Monteiro de Alvarenga "a mais rija parte que havia nessa luta." Não queria e protestava contra seu parente Antonio Lopes de Medeiros, pelo facto delle procurar metter "os Pires parciaes dos Camargos, na parte dos Pires."

Para decidir essa nova questão levantada por d. Ignez Monteiro de Alvarenga e oriunda da maior comprehensão politica dos Camargos, resolveu-se não fazer a eleição e convocar-se na villa a presença do ouvidor-geral da repartição do sul.

Ainda em 1663, a eleição não se realisára e "havia muitas dissenções entre os moradores." Nesse anno fallecia José Ortiz de Camargo, o moço e o apaziguamento da nova situação só se obtinha annos após.

Commenta Azevedo Marques que os magistrados contemporisaram por muitos annos tal estado de cousas, pelos proventos que dahi auferiam. Disso são provas as provisões de 23 de julho de 1674 e de 28 de dezembro de 1688, confirmando e ratificando o perdão geral dado a 24 de novembro de 1655.

E secularmente ficou prevalecendo essa norma do conde de Atouguia para as eleições em São Paulo. Vemol-a renovada ao tempo do governador Rodrigo Cezar de Menezes, por provisão real datada de Lisbôa a 27 de abril de 1722, em virtude do seguinte requerimento dos moradores paulistanos:

> "Senhor. — Dizem os moradores da cidade de São Paulo e sua comarca, das familias dos Pires e Camargos, que para se evitarem as discordias, que continuamente havia entre estas duas familias, com mortes e grande prejuizo do serviço de V.M., e da republica, lhes mandou o conde de Atouguia, governador e capitão general do Brasil, passar provisão aos 24 dias do mez de novembro de 1655, porquanto ordenou que nas eleições dos juizes, vereadores e mais officiaes de camara da mesma cidade, se observasse dahi por deante a forma declarada na mesma provisão que apresentam por traslado para que em um anno fôsse um juiz e dous vereadores da familia dos Pires e outro juiz e um vereador e o procurador da familia dos Camargos e no anno seguinte fossem desta o juiz e dous vereadores e da outra o outro juiz, vereador e procurador, e havendo pessôas capazes de servir os mesmos cargos de outras familias, se mettessem tres somente em cada eleição ou triennio para vereadores e tres para procuradores do conselho e esta provisão foi confirmada por outra do senhor Rey dom Pedro Segundo, que santa gloria haja, dignissimo pai de V.M., passada a 23 de julho de 1674 e segunda vez por outra que lhes mandou passar em 28 de dezembro de 1688 e dellas tem resultado o bom effeito de viverem com o sossego e união; e porque... desejam fazer, lhe seja servido mandar-lhes passar outra porque a confirme para que se observe inviolavelmente, etc."

Em 1737, narra o linhagista Pedro Taques, Pedro Taques Pires, filho de João Pires Rodrigues, foi preso por ter embargado a posse dos officiaes da camara, eleitos em desaccôrdo com as provisões regias acima mencionadas. O ouvidor dr. João Rodrigues Campelo, tambem corregedor da comarca, foi o autor da não observancia da norma secular, pois fez eleger para vereadores de barrete, Bartholomeu de Freitas Esmeraldo, André Alves de Castro e Francisco Pinheiro e Cepeda, os quaes não eram de quaesquer das familias em questão. Pugnou Pedro Taques Pires pelo cumprimento das provisões regias que haviam firmado esse assumpto e o mestre de campo João dos Santos Ala, governador da praça de Santos, que estava substituindo o governador conde de Sarzedas, ausente em Goyaz, deliberou attendel-o, intervindo resolutamente em favor das duas tradicionaes familias.

Os parciaes do ouvidor engendraram então umas culpas a Pedro Taques Pires, que foi preso e sómente solto por intervenção do novo governador de São Paulo, Gomes Freire de Andrade, em novembro de 1737, o qual fez serenar a tempestade, repondo nos seus cargos os vereadores das familias dos Pires e Camargos.

Em 1752, em Minas Geraes, escrevia d. Marianna de Freitas ao guarda-mór Maximiano de Oliveira Leite: "Em São Paulo, me lembro e melhor o ha de V.Mcê saber, que logramos o privilegio de Pires e Camargos não poderem ser presos em cadeias publicas sem terem crimes de mór ou contra lesa magestade e não serem obrigados para soldados, senão para defenderem a villa de Santos e recentemente este nosso Rey, o tem confirmado." —

Ainda em 1761, a camara de Atibaia invocava tal privilegio, o que em resumo mostra que sobre a luta dos Pires e Camargos e as suas profundas e duradouras consequencias na capitania, ainda muito se poderá escrever, além do rapido apanhado que aqui esboçamos.

José Ortiz de Camargo, o moço, ditou o seu testamento, num dos agudos periodos da luta que sustentava com os Pires — a seis de janeiro de 1658. Esse documento inédito consigna que desejava ser sepultado no convento do Carmo, no jazigo de seu pae Jusepe de Camargo, tendo sido escripto e assignado pelo reverendo padre Matheus Nunes de Siqueira.

Falleceu no entanto em São Paulo, a 23 de julho de 1663, e do corpo do seu inventario conclue-se que foi homem riquissimo, tendo varias propriedades, inclusive uma fazenda em Bitarulaia, no municipio de Jundiahy e onde commummente residia. As terras dessa fazenda, como verificamos, passaram ao depois a se denominar de Buturucaia, nome que por sua vez se transformou hoje no de Buturujú.

Em 1642 obtivera José Ortiz do capitão-mór João Luiz Mafra, uma sesmaria "no contorno da villa de Juquery, nas cabeceiras de Salvador de Paiva, por ser natural da villa de São Paulo, filho e neto de povoadores e conquistadores della e que os ditos seus paes e avós, haviam servido a Sua Magestade."

Na villa de São Paulo, possuia dous immoveis, "uma casa de sobrado e uma casa de um lanço."

A casa da fazenda, em Jundiahy, era de "taipa de mão, de tres lanços e dous corredores de uma banda e de outra, com sete portas e quatro telhaduras, a qual é coberta de telha e a camara assoalhada de taboado em sua avaliação de vinte mil réis."

Do inventario ainda se conclúe que José Ortiz de Camargo, o moço, devera ter sido commerciante por grosso, pois ahi se faz referencia a quantidade de mercadorias como: fazendas, azeite, chapeus e annotam-se vendas de polvora e chumbo a bandeirantes no sertão, como entre outros, ao "defunto Paschoal Ribeiro."

Como indice do caracter desse proeminente chefe da luta com os Pires, citamos aqui uma curiosa referencia do seu testamento: — "Declaro que me deu um homem forasteiro que não conheço e na villa de Santos, um barril de azeitonas para que o trouxesse para riba e mandei vender e se fizéram nelle dezoito patacas, o qual homem, procurando por elle, não appareceu até o dia de hoje, assim visto nem se saber o nome do homem, nem para onde foi e haver já uns annos, se disporá deste dinheiro conforme o direito e Deus, Nosso Senhor, mandar." —

Não necessitamos aqui repetir que consideramos José Ortiz de Camargo, o moço, como o principal mentor da denominada guerra entre os Pires e os Camargos.

O segundo cabeça dessa luta foi incontestavelmente Francisco Nunes de Siqueira, sobrelevado pelo genealogista Pedro Taques, que lhe attribuia a paz ephemera de 1655, perpetuando-lhe por isso um retrato de "Redemptor da Patria", a cavallo, em sella jeronyma, com lança ao hombro e bigodes á Fernandina.

Francisco Nunes de Siqueira foi realmente um curioso typo de letrado, de contendor e de desabrido politico. Era filho de Antonio Nunes e de Maria Maciel e foi casado com Maria Rodrigues, filha do velho João Pires, por supposto, o chefe do partido desse appellido.

Licenciado em direito, Francisco Nunes de Siqueira exerceu na villa de São Paulo os cargos de almotacel, em 1650, de juiz ordinario, em 1653 e de procurador da corôa, em 1666.

Na tumultuosa arena da luta com os Camargos, ao lado da altiva d. Ignez Monteiro de Alvarenga, a Matrona, nem uma só vez arre-

dou pé até o seu fallecimento. Este se verificou pouco tempo após os successos de 1679.

Relembremos mais uma vez que a discordia entre as duas poderosas familias paulistas, depois do convenio pacificador de 1655, renascera desde 1661, e, em fins de 1679, attingia ao seu periodo agudo.

Resolveu-se então a queima da pauta e dos pelouros pois os Pires, por essa occasião, não concordando com a eleição havida e tendo á frente o resoluto licenciado Francisco Nunes de Siqueira, com todo o turbulento bando de seus apaniguados, armaram grandes desordens e commetteram varios attentados.

Fernando de Camargo, o moço, que fôra eleito juiz, nessa eleição annullada, assumiu uma attitude que desagradou a varios de seus chegados parentes — e o facto é que a camara teve de empregar o maximo da sua energia para evitar males maiores.

Pelo seu procurador, o capitão Francisco Pinto Guedes, requereu devassas, a serem remettidas ao desembargador syndicante, o ouvidor-geral João da Rocha Pitta, para determinar o que fosse de direito, accusando de principal responsavel por todos os desatinos havidos, ao licenciado Francisco Nunes de Siqueira.

O ouvidor-geral, julgando o caso, comminou-lhe pena de desterro com distancia minima de sete ou oito leguas da villa de São Paulo, emquanto perdurasse a nova eleição a ser feita e, si não observasse tal, fosse preso e remettido para a cadeia do Rio de Janeiro.

Não seria a primeira vez que, no decorrer da luta, soffresse elle a pena de carcere. No seu testamento, menciona que se endividára, consequentemente á sua prisão "de tres annos e meio e no Rio de Janeiro, um anno."

Desta vez deve ter cumprido a imposição do ouvidor-geral, pois veiu finar tranquillo em seu sitio de Piratininga e a nova eleição se processou na villa sem maior incidente, tendo os camaristas eleitos tomado posse em abril de 1680.

O testamento de Francisco Nunes de Siqueira é uma peça inédita e que infelizmente se encontra quasi inutilisada, faltando-lhe ás vezes grandes espaços.

Escreveu-o a 25 de janeiro de 1681, com sua propria letra, uma das mais perfeitas do talho seiscentista. Falleceu mezes após, a 8 de setembro de 1681.

Achava-se então no seu sitio de Piratininga, terras que haviam sido de seus tios José Alvares e Paulo Fernandes e que lhe haviam sido conferidas legalmente pelo capitão-mór Gaspar Collaço Villela.

Todos as disposições do seu testamento vêm enumeradas em paragraphos, que sommam dezoito. Do primeiro ao sexto, se encontram as encommendações religiosas, que são notavelmente abundantes.

Seguem-se as declarações, entre as quaes menciona a sua livraria, talvez a maior da época em São Paulo, pois contava cêrca de trinta obras, quasi todas sobre direito e religião.

E como remate destas indicações sobre esse notavel paulista, lembramos que no bojo do seu inventario encontramos arrolados "um painel do cavallo russo" e "uma lança".

Fica-se assim cuidando na allegoria do "Redemptor da Patria", descripta por Pedro Taques e inteiramente perdida para os nossos tempos...

Mas é tempo de concluirmos os dados sobre José Ortiz de Camargo, o moço, assignalando que do seu casamento com Maria Antunes, fallecida em 1674, ficaram, segundo o seu inventario, cinco filhos, accrescentando no entanto Silva Leme um sexto, por nome Innocencio, que vem de facto mencionado no testamento do referido José Ortiz, mas que não consta dos inventarios abertos por morte do casal.

Assim, desses inventarios, verificamos constarem apenas os seguintes:

§ 1. — Miguel de Camargo Ortiz.
§ 2. — Leonor Domingues de Camargo.
§ 3. — Anna Maria de Camargo.
§ 4. — Maria Antunes de Camargo.
§ 5. — José Ortiz de Camargo.

— § 1 —

Miguel de Camargo Ortiz. — Nasceu cerca de 1645 e casou-se duas vezes. A primeira com Maria Pires Rodrigues, filha do velho João Pires e de Mecia Rodrigues. Segunda vez casou-se com Izabel de Lara, fallecida em 1758, filha de Tristão de Oliveira Lobo e de Maria Pedrosa.

Escreve Pedro Taques que foi Miguel de Camargo Ortiz um nobre cidadão de São Paulo e de grande respeito e serviu muitas vezes os cargos da republica. Constatamos ter sido almotacel em 1675, juiz ordinario em 1683, e procurador do conselho em 1692.

Por occasião dos tumultos havidos na villa de São Paulo, encabeçados por João do Prado da Cunha, João Amaro Maciel Parente, Pedro Taques de Almeida, Pedro Ortiz de Camargo e outros, em 1683, devido a uma finta lançada sobre indios então advindos das ultimas bandeiras, imposto cujo destino era servir ao patrimonio do bispado do Rio de Janeiro, Miguel Ortiz de Camargo, então juiz ordinario, foi preso na rua de São Francisco e levado á sala das sessões da camara e intimado a fazer vereança.

Houve-se com grande calma e prudencia, aconselhando a todos que seria mais razoavel que expuzessem por escripto as suas queixas, com que conseguiu serenar em parte os animos exaltados.

As desordens renovaram-se nos mezes a seguir, nellas tomando parte o terrivel Bartholomeu Fernandes de Faria. Culpavam essencialmente os jesuitas e, estes, com a antiga experiencia que haviam adquirido dos paulistas, deliberaram abandonar a villa (1684).

Houve nessa altura a intervenção de varios potentados, oppondo-se a tal designio dos membros da Companhia de Jesus e, com outras medidas que tomaram, restabeleceram a quietude na villa.

Deixou Miguel de Camargo Ortiz geração apenas do seu primeiro casamento e que consta dos oito seguintes filhos:

1. — **Anna Pires de Camargo.** — Foi casada em 1722, em São Paulo, com o capitão de ordenanças Francisco Rodrigues da Guerra, filho de Agostinho Rodrigues da Guerra e de Maria Leite de Miranda. Moretzon de Castro escreve que Agostinho tinha como sobrenome, Leme da Guerra. Andou elle em descobrimentos nas Minas Geraes e falleceu posteriormente a 1740.

2. — **José de Camargo Pires.** — Foi casado com Catharina Cardoso, depois chamada Maria Paes de Oliveira, filha de Ignacio Lopes Munhoz e de Maria Cardoso de Almeida. Exerceu José de Camargo Pires os cargos de almotacel em 1695, 1705 e 1712 e de vereador, em 1713.

3. — **João de Camargo Pires.** — Casou-se com Potencia Leite, filha de João Leite de Miranda e de Anna da Silva.

Exerceu João Pires, na camara de São Paulo, os cargos de almotacel, successivamente em 1702, 1715 e 1716; de vereador em 1716 e de juiz ordinario em 1722.

Potencia Leite falleceu em estado de viuva, em 1752, e do casal ficou geração.

4. — **Francisco de Camargo Pires.** — Casou-se em Parnahyba, em 1706, com Anna Ribeiro, filha de Manuel Bicudo de Brito e de Thomazia de Almeida.

5. — **Maria Antunes.** — Foi casada com Antonio de Lima do Prado, filho de João de Lima do Prado e de Maria de Siqueira de Camargo. Falleceu Maria Antunes em 1711, deixando geração de seu casamento.

6. — **Miguel de Camargo Pires.**

7. — **Innocencio Preto de Camargo.** — Foi padre.

8. — **Alberto Pires de Camargo.** — Falleceu solteiro.

— § 2 —

Leonor Domingues de Camargo. — Foi a segunda filha de José Ortiz de Camargo, o moço e de Maria Antunes, tendo sido casada com Jeronymo de Lemos e Moraes, filho de d. Francisco de Lemos e de Izabel de Moraes. Jeronymo de Lemos e Moraes falleceu em 1680 e do casal ficaram os seguintes filhos:

1. — **José de Lemos e Moraes.** — Foi casado com Marianna Domingues de Camargo.

2. — **Jeronymo de Lemos.**

3. — **Izabel de Lemos.**

4. — **Maria de Moraes.** — Casou-se em 1697 em Parnahyba com Bartholomeu Bueno da Silva, o celebre primeiro Anhanguéra, já de avançada idade.

— § 3 —

Anna Maria de Camargo. — Foi baptisada na matriz de São Paulo a 4 de novembro de 1640 e casou-se com Bento de Siqueira de Mendonça e de Anna Vidal.

Antonio de Siqueira de Mendonça, natural de São Paulo, onde nasceu cêrca de 1611, foi potentado e sertanista de valor e um dos que receberam convite para ir combater os anayós na Bahia, por carta de 20 de fevereiro de 1677. Exerceu na camara de São Paulo os cargos de juiz em 1665, procurador do conselho em 1675, almotacel em 1678, além de outros.

Anna Maria de Camargo falleceu no estado de viuva, tendo feito testamento a 23 de março de 1707. Teve os filhos:

1. — **João de Siqueira Preto.** — Casou-se duas vezes, a primeira com Izabel Barbosa, filha de Diogo Barbosa do Rego e de Maria Rodrigues e a segunda vez em 1728, com Maria Bueno de Oliveira, filha de João de Moura Camello e de Anna da Ribeira. Não deixou geração.

2. — **José de Camargo e Siqueira.** — Casou-se em 1697, em Parnahyba, com Domingas Franco de Brito, filha de Manuel Franco de Brito e de Maria da Rocha do Canto. Foi almotacel na camara de São Paulo em 1700 e falleceu a 12 de setembro de 1716 e sua mulher a 26 de junho de 1734, ficando do casal geração.

3. — **Antonio de Siqueira de Mendonça.** — Foi casado com Maria Pedroso Corrêa, filha de Pantaleão Pedroso Bayão e Maria Rodrigues.

Porta da Igreja de Santa Clara. em Placencia, Ca'ceres, sobre a qual se vê os escudos de Sevilla, Lopes de Carvajal e Alonso Ruiz de Camargo. — Photo. G. Lorente, C. M. F. —

4. — **Maria de Siqueira e Camargo.** — Casou-se com Henrique Soares da Cunha, filho de Gaspar Soares Ferreira e Anna Maria da Cunha.

5. — **Margarida de Siqueira.** — Ultima filha de Anna de Camargo, falleceu solteira, anteriormente a 1707.

— § 4 —

Maria Antunes de Camargo. — Foi casada com Francisco Cordeiro, filho de Domingos Cordeiro, natural de Espinhel e de Anna de Paiva. Francisco Cordeiro tomou parte numa bandeira em que foi commandante Antonio Domingues, a qual se achava em sertão indeterminado a 5 de junho de 1648.

Falleceu na villa de Jundiahy, em 1678, sem deixar geração.

— § 5 —

José Ortiz de Camargo. — Ultimo filho do capitulo segundo, por occasião da morte de seu pae homonymo, em 1663, tinha vinte e um annos de idade.

III

Francisco de Camargo.

CAPITULO TERCEIRO

Francisco de Camargo. — Terceiro filho do tronco, casou-se em São Paulo, a 3 de agosto de 1637, com Izabel de Ribeira, filha de Bartholomeu Bueno, o sevilhano e de Maria Pires.

Escreve o linhagista Pedro Taques que este Bartholomeu Bueno passou da Espanha para São Paulo, em 1571, na companhia de seu pae, Francisco Ramires de Porros, pertencente a uma nobre familia de Sevilha.

Um manuscripto da Bibliotheca Nacional, relativo ao casamento do desembargador Manuel Pereira Ramos de Azeredo Coutinho Ramalho, e attribuido ao conde de Arganil, conta que Bartholomeu Bueno pertencia á familia de appellido Ribeira, linhagem da Andaluzia, e que "viajando para as Indias da Espanha, com seu pae Francisco Ramires de Porros, naufragou na costa de São Vicente e subiu a São Paulo, para ir por terra ao seu destino, mas agradando-se do lugar, nelle se fixou pelo casamento."

Attribue assim a ascendencia desse Bartholomeu Bueno, á casa de Bascones, nobres de solar erguido desde o seculo XII, na Espanha.

Já mencionamos que Bartholomeu Bueno, o sevilhano, vinha como carpinteiro pago na armada de d.Diogo Flores de Valdés e ficou entre os outros muitos tripulantes da mesma esquadra deixados pelos portos do Rio de Janeiro, de Santos e de Santa Catharina (1583).

Que era carpinteiro, vem declarado em mais de uma acta da camara de São Paulo, onde apparece a primeira vez, em 1585. Em 1587 já era considerado "homem bom." Foi incontestavelmente uma grande figura do nosso meio quinhentista e a sua nobreza, si a não tinha em pergaminho, revelou-a pelo seu caracter e por suas acções.

Francisco de Camargo não teve o destaque dos seus dous primeiros irmãos, quer nas lutas politicas, quer no bandeirismo. No primeiro terreno apparece como almotacel em 1637 e 1664. Occupou o cargo de juiz ordinario em 1641 e teve posteriormente patente de ca-

Escudo de Alonso Ruiz de Camargo, sobre a porta da Igreja de Santa Clara, em Placencia (Ca'ceres). — Photo. G. Lorente, C. M. F. —

pitão. No sertanismo, tomou parte com seu irmão Fernando, na expedição de 1635, ao Rio Grande do Sul.

Morou na villa de São Paulo, na rua que "vinha da casa de Cornelio de Arzão, da banda do caminho de Tabacoára," como menciona uma data de terra que obteve da camara, em 1640. Sua moradia partia de um lado com as casas de Marcellino de Camargo e de outro, com casas que haviam sido de Manuel Themudo.

Teve um sitio em Tremembé e uma sesmaria de meia legua em Itapetinga, partindo com seus irmãos Marcellino e Jeronymo de Camargo e com Pedro da Rocha Pimentel e outra de meia legua na paragem Ibitiratim.

Escreveu o seu testamento a 26 de março de 1668, deixando seus bens a seus sobrinhos, filhos de Gabriella Ortiz de Camargo, de Marcellino de Camargo e de Jeronymo de Camargo, por não ter herdeiros forçados.

Falleceu em São Paulo, a 1.º de julho de 1669, e sua mulher, Izabel da Ribeira, a 1.º de agosto de 1672, deixando esta seus bens ao capitão Pedro da Rocha Pimentel, Mecia Ferreira de Tavora, mulher de Marcellino de Camargo e Mecia Ribeira, viuva do capitão Domingos Garcia.

IV

Marcellino de Camargo.

CAPITULO QUARTO

Marcellino de Camargo. — Casou-se em São Paulo, em novembro de 1639, com Mecia Ferreira Pimentel de Tavora, filha de João Ferreira Pimentel de Tavora e de Maria Ribeira.

João Pimentel era natural da villa de Alverca, comarca de Torres Vedras, filho de Vicente da Rocha Pimentel e de Mecia Ferreira de Tavora e de nobreza qualificada, conforme sentença em Lisbôa do juiz desembargador Domingos Marques Giraldes, em 1686 e confirmação em São Paulo, pelo ouvidor-geral e corregedor desembargador Antonio Luiz Peleja, em 1702. Maria Ribeira era filha do sevilhano Bartholomeu Bueno.

Marcellino de Camargo não foi bandeirante e não tomou parte nas lutas politicas da villa de São Paulo, não obstante tivesse exercido cargos do governo, como juiz, em 1645, almotacel em 1665 e vereador em 1674 e fosse pessôa de grande conceito e haveres.

Teve na villa de São Paulo tres moradias, uma "na rua de Antonio Bueno, de dous lanços e quintal", outra de "dous lanços na mesma rua", e finalmente, uma ultima, "de um lanço na rua de Diogo Bueno."

Uma dessas ruas onde morou, chamou-se mais tarde "rua Marcellino de Camargo", como se vê do inventario de Francisco Nunes de Siqueira, em 1681, via que, com o tempo, passou a se denominar dos Camargos e ficava no centro da villa.

Em Tremembé, teve Marcellino de Camargo um sitio onde habitualmente passava a maior parte do anno, "com casas de telha e moinho, com escravaria africana e da terra." Teve sesmarias em Bitirua, Bitiratim e Tapetinga .

Falleceu no seu sitio de Tremembé, a 16 de junho de 1684, tendo feito testamento a 19 de abril de 1676, do qual consta que desejava ser sepultado no convento do Carmo, na sepultura de seu pae, Jusepe de Camargo. Sua Mulher, Maria Ribeira, falleceu em 1712 e do casal ficaram os onze filhos seguintes:

§ 1.º — João de Camargo Pimentel.
§ 2.º — José de Camargo Pimentel.
§ 3.º — Francisco de Camargo Pimentel.
§ 4.º — Marianna de Camargo Pimentel.
§ 5.º — Maria Ribeira de Camargo.
§ 6.º — Izabel de Ribeira de Camargo.
§ 7.º — Mecia Ferreira de Tavora.
§ 8.º — Gabriella Ortiz de Camargo.
§ 9.º — Maria Pimentel de Camargo.
§ 10.º — Leonor Domingues de Camargo.
§ 11.º — Anna Maria de Camargo.

— § 1.º —

João de Camargo Pimentel. — Foi baptisado na Sé de São Paulo, em 20 de julho de 1653 e casou-se com Maria Franco de Oliveira, filha de João Franco Viégas e de Bernarda Luiz de Oliveira.

De João Franco Viégas escreveu Pedro Taques que era natural de Portel, comarca de E'vora, filho de Lourenço Franco Viégas, e de Francisca Coitado, sendo que, enviuvando em 1683, retirou-se para o Rio de Janeiro, onde fez um contracto para a pesca da baleia. Já idoso, passou-se para as Minas Geraes, onde falleceu em principios do seculo XVIII.

João de Camargo Pimentel foi personagem de relevo na politica da villa paulistana. Exerceu os cargos de almotacel em 1684 e de juiz ordinario successivamente em 1695, 1704 e 1706. Quando juiz ordinario pela primeira vez, presidiu, a 7 de abril de 1695, uma sessão da camara em que o povo, amotinado, exigia a alta da moeda. Aliás, em tal questão, os mais extremados agitadores foram o seu irmão José de Camargo Pimentel e o seu primo Pedro Ortiz de Camargo, que morreu assassinado por tal motivo.

Em 1686 teve João de Camargo Pimentel patente do cargo de capitão da ordenança do bairro de Tremembé, passada pelo capitão-mór Pedro Taques de Almeida.

Fez tentativas de se estabelecer nas Minas Geraes, em terras do Ribeirão do Carmo, mas abandonou-as, vindo depois as mesmas a pertencer aos ecclesiasticos João e Antonio de Souza Pereira (1709). Por carta de 6 de agosto de 1710, obteve uma sesmaria em terras antigamente habitadas por indios guarulhos e que ficavam nas margens do rio Sapucahy.

Falleceu João de Camargo Pimentel em São Paulo em 1717 e sua mulher em 1726, ficando do casal os doze filhos:

1. — **Maria Franco de Oliveira.** — Foi casada com o coronel Antonio da Cunha de Abreu, filho de Estevam da Cunha de Abreu e de Maria da Silva e Castro.

Antonio da Cunha de Abreu foi dos primeiros descobridores das minas de ouro do Paranapanema.

O primeiro arraial de mineração que houve nessa região foi o de Guapiára, nas vertentes do rio São José e no sertão paulista com o primeiro desses nomes. Taes descobrimentos teriam sido feitos cêrca de 1717, por dous moradores de Sorocaba, Miguel de Barros e João Fernandes Tavora, seguindo-se logo outros, por João Quaresma de Almeida, Domingos Vicente Luiz, Antonio da Cunha de Abreu e João Coelho Duarte.

Desses, Domingos Vicente Luiz foi nomeado guarda-mór (1724) deixando porém esse cargo em 1728 e sendo substituido por João Quaresma de Almeida.

Antonio da Cunha de Abreu foi nomeado provedor dos quintos reaes (1725) passando depois ao cargo de capitão-mór regente, em substituição a Antonio de Camargo Ortiz (1727).

Abandonando porém aquellas minas, regressou a São Paulo, onde occupou o cargo de juiz ordinario e foi depois nomeado provedor do registo de Mogy do Campo, nas minas de Goyaz (1733), cargo que exerceu muitos annos.

Escreveu delle Pedro Taques que teve "grande voto nas assembléas do governo politico pelo seu respeito, veneração e inteireza da verdade, por sua acreditada e applaudida honra occupou todos os cargos da republica repetidas vezes; e os das milicias até o posto de coronel do regimento de ordenanças de São Paulo, em que acabou na freguezia de São João de Atibaia."

Falleceu em 1760 e sua mulher em 1761, deixando geração.

2. — **Marianna Bueno de Camargo.** — Foi casada com João do Prado de Camargo, filho do mestre de campo Antonio do Prado da Cunha e de Maria Pires de Camargo. Falleceram após o anno de 1769, deixando geração.

3. — **Mecia Ferreira Franco.** — Casou-se com João Bueno da Silva, filho de Antonio Bueno da Silva e de Bernarda Ortiz de Camargo. Falleceu João Bueno em 1782, ficando geração de seu casamento.

4. — **Felippa Bueno de Camargo.** — Foi casada com Simão Corrêa de Moraes, filho de Simão Corrêa de Lemos e Moraes e de Izabel da Silva Pinto. Deixou geração.

5. — **Feliciana Franco.** — Casou-se em 1728, com Manuel das Neves, filho de Manuel das Neves Gil e de Maria de Camargo.

6. — **Anna Franco.**
7. — **Pedro de Camargo Franco.**
8. — **João**
9. — **Bento.**
10. — **Vicente.**
11. — **Bernarda Luiz.**
12. — **Joanna.**

— § 2.º —

José de Camargo Pimentel. — Foi casado com Anna de Lima do Prado, filha de Pedro Lima do Prado e de Margarida de Siqueira. Diogo de Vasconcellos diz erradamente ter sido José de Camargo Pimentel filho de Pedro da Rocha Pimentel, o qual foi casado com Leonor Domingues de Camargo, vindo a ser, portanto, primo irmão de José de Camargo Pimentel.

Este ultimo tambem foi personagem de influencia na politica da villa de São Paulo, onde exerceu altos cargos. Principalmente na questão da alteração da moéda, foi o procurador do povo e figurou em todos os motins que por esse motivo houve na mencionada villa.

Assim, apparece no de 3 de agosto de 1690, no de 1692, por motivo da fixação do preço das fazendas e no de 23 de janeiro de 1693, por motivo da alta das fracções da moéda, no qual o povo, "com vozes, armas e inquietações, puxando por espadas contra os juizes e mais officiaes," elegeu seis representantes, um dos quaes o proprio José de Camargo Pimentel.

Finalmente, no anno em que exerceu o cargo de juiz ordinario, a 7 de janeiro de 1694, e a 2 de novembro do mesmo anno, teve a presidencia de duas sessões da camara em que o povo amotinado, com o seu pleno consenso, exigiu que se conservasse alta a moéda.

Tal questão, em que entravam potentados de São Paulo, uns favoraveis e outros contrarios, culminou com o assassinato de Pedro Ortiz de Camargo, em 1697.

Escreve Diogo de Vasconcellos que, não podendo Bartholomeu Bueno de Siqueira attender á repartição das novas minas de ouro descobertas, Sebastião de Castro Caldas, governador do Rio de Janeiro, nomeou como guarda-mór a José de Camargo Pimentel, o qual sem demora para alli partiu (1695). Como nada pudesse tambem fazer, devido á desordem e ao tumulto dos primeiros mineiros, "limitou-se a fiscalisar e a exigir os quintos reaes, causando aos exploradores um grande descontentamento e ficando rancorosamente suspeitado de muitos inimigos."

Não foi exactamente isso. O que se deduz de documentos contemporaneos é que, logo após os primeiros descobrimentos do ouro, Sebastião de Castro Caldas, empossado a 19 de abril de 1695, nomeou a Carlos Pedroso da Silveira guarda-mór e a Bartholomeu Bueno de Siqueira escrivão das minas, nomeações approvadas pela carta régia de 16 de dezembro de 1695. Impondo-se porém a creação de um estabelecimento de fundição, num centro de transito para as minas, creou-o em Taubaté, nomeando para o cargo de provedor da officina a Carlos Pedroso da Silveira e substituindo-o na guarda-moria das minas por José de Camargo Pimentel.

Taes os embaraços que este encontrou, que Arthur de Sá e Menezes, que substituira a Sebastião de Castro Caldas, no governo do Rio de Janeiro, certamente illudido como se verá adeante, escrevia ao Rei em carta de 29 de abril de 1698:

> "Senhor. — A conta que Sebastião de Castro Caldas deu a V.M., das minas de Taubaté, são as chamadas dos Cataguazes, que distam de Taubaté mais de cem leguas. Continuamente se vão descobrindo novos ribeiros de grandissimo valimento, como já tenho dado conta a V. M., e o ouro é excellentissimo. As diligencias que achei que o sobre dito Sebastião de Castro tinha feito para a bôa arrecadação, foi ter creado um provedor em Taubaté e uma officina sem officiaes e agora fico cuidando só convém ao serviço de V.M., o conservar aquella officina, pelas duvidas que se me offerecem prejudiciaes á bôa arrecadação dos quintos, porém sobre este particular não tenho disposto nada, contra o que Sebastião de Castro deixou ordenado, porque quero vêr primeiro o que a experiencia me ensina, examinando estes negocios maduramente. Nestas mesmas minas tinha provido Sebastião de Castro a um guarda-mór, que é o ministro que reparte as datas aos mineiros e tem cuidado de cobrar o dinheiro que se dá por aquella que tóca a V.M., a qual se põe em praça e como este provimento foi sem conhecer o sujeito, o qual era incapaz de tal cargo, pelo seu mau procedimento e tyranias que usava e demais não dando contas nenhumas do que tocava a V.M., roubando tudo para si, o mandei depôr do officio e provi nelle a pessôa benemerita que entendo ha de servir bem a V.M., e mandei ordem ao antigo guarda-mór, a quem chamam José de Camargo Pimentel, que logo viésse dar contas das datas que pertenciam a V.M. Como me não tem chegado respostas destas ordens, não posso dar conta a V.M., em aquella individualidade."

O que parece é que esse pessimo conceito que fez Arthur de Sá e Menezes do prestante paulista, nada mais era que o resultado de

informações apaixonadas, proprias da época, pois, por provisão datada de São Paulo, a 9 de dezembro de 1699, sanava por completo tal juizo, dizendo — "Faço saber aos que esta minha provisão virem que tendo respeito ao merecimento, partes e nobreza que concorrem na pessôa do coronel José de Camargo Pimentel, sendo pessôa das mais nobres e principaes familias destas capitanias, desejando occasiões de empregar-se no serviço de Sua Magestade, que Deus guarde, como algumas vezes o tem mostrado e por esperar delle que em tudo o de que fôr encarregado, pertencente ao real serviço, se haverá mui conforme á confiança que faço de sua pessôa, dando favor ao provedor da officina dos reaes quintos para melhor se pagarem, fazendo respeitar as justiças e dar execução ás reaes ordens: Hei por bem fazer mercê nomear e provêr, como pela presente nomeio e provejo ao dito coronel José de Camargo Pimentel, no cargo de alcaide-mór desta capitania de São Vicente e São Paulo, o qual cargo servirá havendo-o Sua Magestade assim por bem e o donatario não prover e com o dito cargo gozará de todas as honras, etc..."

José de Camargo Pimentel deu preito e homenagem desse seu elevado cargo, no Rio de Janeiro, a 29 de dezembro de 1699.

El-Rei tambem, de Salvaterra, a 25 de janeiro de 1701, enviava-lhe a seguinte carta: — "José de Camargo Pimentel. — Eu, El-Rei, vos envio muito saudar. — O governador e capitão general dessa capitania, Arthur de Sá e Menezes, me fez presente o zelo e cuidado que mostraveis em tudo o que pertence ao meu serviço, procedendo em todos os particulares delle com grande attenção e prompta obediencia ás minhas ordens; de que recebi contentamento e fio de vós que continueis e augmenteis de sorte a moderação de vosso bom procedimento, que não só se justifiquem as vossas acções, mas tambem fiquem com ellas cobertos e esquecidos os erros de vossos primos defuntos, com que terei occasião de folgar de vos fazer mercê em todas as que se offerecerem das vossas melhoras."

Escreve Bento Fernandes Furtado de Mendonça que Francisco da Silva Bueno, com outros companheiros, fazendo bandeira pela costa occidental do morro de Paschoal da Silva, encontrou grande copia de ouro, não só no corrego, que por este facto se denominou do Bueno, mas ainda no rio das Pedras. Ao se proceder então á repartição das datas, chamou para tomar parte na sua fortuna, entre alguns parentes e amigos de São Paulo, ao alcaide-mór José de Camargo Pimentel.

"Extrahiram elles, prosegue Bento Fernandes, em pouco tempo sommas enormes de ouro, com a maior facilidade; temendo porém as consequencias da fome, que ameaçava de exterminio á nova colonia, reservaram para melhor tempo a continuação das duas lavras, retirando-se para São Paulo, emquanto outros povoadores se refugiavam nas campinas e montanhas, que sendo distantes escapavam á devastação de tão excessivos consumidores. No verão seguinte (1701) quando as colheitas afiançavam mantimentos, Camargo voltou com seus obreiros a continuar os trabalhos; e seguindo depois a continuação da serra do norte, a quatro leguas de distancia, achou outro fóco de ouro no ribeiro, cuja povoação teve o seu nome. Repartido este descobrimento, Camargo lavrou as partes mais ricas e accessiveis das suas datas. Tocado porém da mania de fazer novos descobrimentos, prolongou ás margens do Piracicaba da parte do nordeste. Achando sempre indicios de ouro nos cascalhos deste rio, parou onde descobriu maior copia delle, na confluencia de um ribeirão que desce de um morro agudo. Acampando José de Camargo Pimentel em um sitio proximo, lançou os fundamentos da povoação e capella de São Miguel do Piracicaba." (1704)

Ahi falleceu esse paulista, nos primeiros mezes do anno de 1706.

Diogo de Vasconcellos diz inexplicavelmente que elle foi "alcaide-mór da villa de Cutia, sua patria" e que terminou "aos noventa annos de idade a sua vida aventurósa, patriarcha de numerosa geração."

Baste dizer que o casamento de Marcellino de Camargo foi em 1639 e que José de Camargo Pimentel deixou apenas os cinco seguintes filhos:

1. — **João de Lima Camargo.** — Foi casado com Maria Pinheiro Cardoso, filha de José Pinheiro Cardoso e de Maria Corrêa de Oliveira. Falleceu anteriormente a 1785, deixando geração.

2. — **Pedro de Camargo Pimentel.** — Foi casado com Leonor da Rocha Pimentel, filha de João da Rocha Pimentel e de Maria Bueno Calhamares. Ficou geração deste casamento.

3. — **José Cardoso Pimentel.** — Nascido cêrca de 1693, andou nas minas de Cuyabá.

4. — **Maria.**

5. — **Mecia.**

— § 3.º —

Francisco de Camargo Pimentel. — Terceiro filho de Marcellino de Camargo, nasceu cêrca de 1660 em São Paulo e foi casado com Izabel da Silveira Cardoso, filha de Salvador Cardoso de Almeida e de Anna Maria da Silveira.

Foi almotacel em 1689 e depois occupou por muitos annos o cargo de juiz de orphãos de São Paulo, que obtivéra por successão de seu

sogro, fallecido em 1690, o qual tinha recebido em dote o dito officio do cavalheiro de Santiago, Antonio Raposo da Silveira.

Falleceu aos 24 de junho de 1724, na freguezia de São João de Atibaia, onde residia.

Do seu inventario aberto a 18 de outubro de 1724, vê-se que tinha uma casa "sita na cidade de São Paulo, na rua dos Camargos, de dois lanços, com seus corredores e quintal e meio lanço assobradado que de uma banda parte com casas de Domingos Barreto e da outra com o becco que faz côrte e fim da rua."

Esta rua dos Camargos, no seculo XVII, se denominava "rua Marcellino de Camargo," como se vê do inventario de Antonio de Siqueira de Mendonça e ficava no centro da actual cidade.

Do testamento de Francisco de Camargo Pimentel, escripto a 22 de março de 1724, nota-se o seguinte trecho: "Declaro que tenho outro caderno, de minha letra, por donde dei contas dos bens de que tomei posse de Pedro Fernandes, dos negros e mais bens do defunto meu irmão José de Camargo, por procuração de sua mulher nas minas, com ordem de lavrar ouro e fazer roças, como de feito fiz uma no rio das Mortes, que Pedro de Camargo se empossou della, outra em Sabará, que ficou encarregado, que não sei o que fez della e para os gastos e comestiveis dos negros, vendi alguns bens de que dei contas no inventario, de que se fará nova somma de deve e haver e se eu ficar restando, mando se pague."

Outro trecho interessante é o seguinte: "Declaro que tenho dous filhos naturaes ou bastardos, Matheus e Antonio, este com alguma duvida de que seja meu filho, mas eu o criei como meu, ambos andaram commigo nas minas e de algum ouro que tiraram nas minhas lavras, comprei com o ouro de cada um, um rapaz; e nas ditas minas pelo querer castigar por alguns desafôros que faziam e por me faltar uma libra de ouro da minha caixa, me fugiram e eu fiquei com os moleques que comprei. Proponha-se estas razões a algum letrado, se por alguma razão lhes possa pertencer ditos moleques."

Izabel da Silveira Cardoso, esposa de Francisco Camargo Pimentel, falleceu em Atibaia, em 1749, ficando do casal os dezeseis filhos:

1. — **Jeronymo de Camargo Pimentel.** — Foi casado com Maria Franco do Prado, filha de Lourenço Franco do Prado e de Anna Perez Pedroso. Occupou cargos do governo. Falleceu em Atibaia, em 1787, deixando geração.

2. — **Izabel da Silveira e Camargo.** — Foi casada com Lucas de Siqueira Franco, filho de Ignacio de Siqueira Ferrão e de Catharina Franco do Prado. Lucas Franco, nascido em 1709, foi o primeiro capitão-mór de Atibaia e falleceu cêrca de 1783.

Do casamento de Izabel da Silveira e Camargo ficaram treze filhos, dos quaes se distinguiu Francisco da Silveira Franco, segundo capitão-mór de Atibaia e fallecido em 1801.

3. — **Joaquim de Camargo Pimentel.** — Casou-se com Maria Franco da Cunha, filha de Pedro da Cunha Lobo e de Luzia Bueno. Falleceu Maria Franco em Atibaia, em 1759, ficando geração do casal.

4. — **José de Góes Pimentel.** — Foi casado com Maria Ribeiro Garcia, filha de José Ribeiro de Lima e de Custodia Garcia. Falleceu Maria em 1770, deixando geração.

5. — **Fernando de Camargo Pimentel.** — Foi casado em Ytú com Francisca de Frias de Godoy, filha de João de Frias Taveira e Catharina de Godoy. Este João de Frias Taveira e seu irmão André de Frias Taveira, foram filhos de Manuel de Frias Taveira, natural da ilha de São Miguel e de Felippa Gago, nascida em Parnahyba, segundo Silva Leme. Outros escrevem que eram todos naturaes da referida ilha.

Manuel de Frias Taveira e André de Frias Taveira, com outros, entre os quaes Gabriel Antunes Maciel ou de Campos, que ao depois se casou com Izabel Ribeiro Ortiz de Camargo. sahiram em 1690 de São Paulo com uma bandeira destinada ás reducções dos indios mojos e chiquitos, nas regiões dos rios Mamoré e Beny, em territorio boliviano. Nessa bandeira iam como maiores, Antonio Ferraz de Araujo, Manuel de Campos Bicudo e seu sobrinho Gabriel Antunes de Campos, que Pedro Taques denomina Gabriel Antunes Maciel.

Um memorial sem data, escripto pelo padre Francisco Burgés, evangelisador das missões dos chiquitos, dá pormenores pouco conhecidos dessa notavel incursão de paulistas. Assim é que em meados de fevereiro de 1691, correu pela reducção de São Francisco Xavier dos Pinhócas a noticia de que os sertanistas de São Paulo haviam passado, em janeiro, o rio Paraguay, com intento de destruir Santa Cruz da Serra.

O padre José Francisco de Arce, então, com tres indios praticos, percorreu as aldeias dos bororós, tabicás, taucas e outros indios evangelisados, com rumo sempre para o oriente e, certificando-se da presença dos mamelucos, que desde os taucas salvavam com suas escopetas, conseguiu que os indios se refugiassem onde ao depois se fundou a reducção de São Raphael.

Volveu após o padre a São Francisco Xavier, distante cincoenta leguas desse local e de tudo deu conta ao governador de Santa Cruz da Serra, o qual enviou cento e trinta soldados regulares, com um commandante, que em São Francisco Xavier se reuniram a quinhentos indios chiquitos, militarmente instruidos. E ultimando as provi-

dencias, ordenou a mudança da redução para local mais seguro, sobre o rio que os espanhóes então denominavam São Miguel.

Os paulistas, ignorando todos esses preparativos, ao defrontarem a redução de São Francisco Xavier abandonada, nella acamparam e resolveram enviar ao superior da nação dos chiquitos a seguinte missiva, que foi assignada por Antonio Ferraz de Araujo:

> "Mui reverendo padre. — Aqui chegamos, duas bandeiras de portuguezes, soldados nobres e fidalgos; não viémos fazer damnos aos padres, apenas recolher o gentio que por ahi anda e por isso bem poderá Vossa Paternidade volver á sua casa e trazer-nos todos os indios em completa segurança."

A este aviso, os espanhóes atacaram aos paulistas e fizeram-no com tal impeto que se estabeleceu o panico nas companhias de Antonio Ferraz de Araujo e de Manuel de Frias Taveira, as quaes, arrojando-se pelas barrancas do rio São Miguel, foram inteiramente dizimadas pelo inimigo, de sorte que dos cento e cincoenta homens de que se compunham, apenas escaparam seis: trez mal feridos que ficaram prisioneiros e trez outros que conseguiram fugir, indo avisar ás demais companhias das bandeiras, as quaes retrocederam, passando o rio Paraguay e internando-se em territorio brasileiro.

Entre os trez prisioneiros feitos e que foram levados á Santa Cruz da Serra, se achava Gabriel Antunes de Campos, a respeito do qual escreve Pedro Taques:

> "Acompanhou a seu tio Manuel de Campos Bicudo quando este por capitão-mór de uma tropa penetrou o sertão Caarapaguassú, acima da cidade de Assumpção do Paraguay; em cuja cadeia ficou preso Gabriel Antunes e mais oito paulistas, curtindo o rigor dos ferros nove annos."

Dom Luiz Antonio de Souza, mencionando esta bandeira, conta que entraram pelo sertão: — "André de Frias Taveira, natural da ilha da Madeira e Jeronymo Ferraz, natural da villa de Sorocaba, os quaes, vendo que os padres theatinos lhes queriam aggregar os indios da sua conquista, os fizeram retirar até o rio Jujuy, onde tiveram grande choque, em que perderam muitas vidas e ficou prisioneiro Gabriel Antunes, que muitos annos viveu na cidade de Assumpção, donde passou a Lima e dalli embarcando-se para a Espanha, arribou á Bahia e de lá voltou outra vez a São Paulo."

Este Gabriel Antunes de Campos deu ao padre José Francisco de Arce um roteiro da jornada feita desde São Paulo, para attingir

as reduções dos chiquitos. Segundo esse roteiro, desceram de São Paulo em montarias pelo Tietê e chegando ao rio Paraná, entraram neste e depois foram pelo affluente rio Pardo, oito dias curso acima até a antiga redução de Xerez, destruida em 1648 por Antonio Raposo Tavares. Tinham os paulistas ahi, á margem do rio Miranda, desde muito, uma base de operações. Deixando por isso nessa paragem as canôas e parte da sua gente, seguiram a pé pelos escampados de Xerez e chegaram ao rio denominado "Boinhai", que pela banda do norte desagua no rio Paraguay. Ahi construiram novas embarcações, plantaram roças e após, em dez dias de descida, entraram no rio Paraguay. Continuaram por elle a navegação e em oito meias jornadas chegaram á laguna do Mamoré. Daqui, navegando um dia todo, detivéram-se no porto dos indios itatines, onde deixaram enterradas na areia as suas canôas.

Fizeram depois a pé o resto da jornada, caminhando uma legua e no maximo duas por dia, de forma que em trinta e nove dessas jornadas, sempre rumo ao poente do porto, attingiram a região dos taucas, o rio São Miguel, indo finalmente á redução de São Francisco Xavier dos Pinhocas, onde foram dizimados.

Fernando de Camargo Pimentel, seguindo seus antepassados, com seu irmão Antonio de Camargo Ortiz e os Ferraz de Araujo, andou nas minas de Goyaz, devassando sertões e combatendo indigenas. Teve o posto de capitão e falleceu, deixando geração de seu casamento.

6. — **Pedro Ortiz de Camargo.** — Foi casado com Catharina Rodrigues Garcia, filha de Gaspar de Louvêra da Costa e Anna Rodrigues Garcia. Falleceu em 1747, deixando geração.

7. — **Francisco Camargo Pimentel.** — Homonymo do pae, foi casado com Maria Garcia, irmã de Catharina. Falleceu em 1781, deixando geração.

8. — **Anna Maria da Silveira Camargo.** — Nascida cêrca de 1692, foi casada com Francisco Cubas Bueno, fallecido em 1749, filho de Francisco Cubas de Mendonça e de Anna de Ribeira da Luz. Falleceu Anna Maria em 1763, ficando geração do casal.

9. — **Mecia Ferreira de Camargo.** — Falleceu solteira em 1755.

10. — **Maria Ribeira de Camargo.** — Falleceu solteira em 1764.

11. — **Angelo Ortiz de Camargo.**

12. — **Marcellino de Camargo da Silveira.** — Foi casado duas vezes: primeiro com Anna de Godoy Moreira e segunda vez em 1759 com Anna Maria Bueno, filha de Balthazar da Costa e Moraes e Mecia Franco de Camargo.

13. — **Salvador Cardoso de Tavora.** — Foi casado com Catharina Bueno de Moraes, filha de Luiz Corrêa de Moraes e de Maria da Cunha. Falleceu em 1756, deixando geração.

14. — **Gabriel Ortiz de Camargo.** — Casou-se com Maria de Ribeira Bueno, filha de Francisco Cubas de Mendonça e de Anna Ribeira da Luz. Foi almotacel em São Paulo, em 1722 e falleceu antes de 1749, deixando geração.

15. — **João Pimentel de Tavora.** — Foi casado com Barbara de Mendonça, filha do capitão José Corrêa de Lemos e de Lucrecia de Mendonça. No séquito de Bartholomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguéra, que sahiu de São Paulo para o descobrimento das minas de ouro dos Martyrios, a 3 de julho de 1722, figurava um João Pimentel de Tavora, que suppomos, foi este filho de Francisco de Camargo Pimentel.

16. — **Antonio de Camargo Ortiz.** — Ultimo filho de Francisco de Camargo Pimentel, baptisou-se em São Paulo a 2 de julho de 1703 e foi casado com Leonor da Cunha, filha de Pedro da Cunha Lobo e de Luzia Bueno. Andou com seu irmão Fernando nas minas de Goyaz, com séquito proprio e em começo de 1733, andava em bandeira, empós os diamantes do rio Claro, com mais de noventa negros, tendo alli mineirado. Regressou a Atibaia, onde residia, fallecendo logo a seguir, em 1735 e sua mulher em 1791, em Guarulhos, deixando geração.

— § 4.º —

Marianna de Camargo Pimentel. — Foi baptisada na Sé de São Paulo, em outubro de 1643. Casou-se com Paschoal Delgado Lobo Sobrinho, filho de Martim da Costa e de Izabel da Cunha.

Não são exactas as informações de Silva Leme sobre este casal e quanto ás segundas nupcias de Paschoal Delgado Lobo Sobrinho, pois no inventario deste ultimo, feito em Atibaia, onde tinha uma fazenda, aos 26 de junho de 1688, constata-se que estava então casado com Maria Ribeiro.

Marianna de Camargo Pimentel escreveu o seu testamento a 16 de novembro de 1679 e falleceu em Atibaia a 28 de setembro de 1680. Foi enterrada na sepultura de seu avô, no convento do Carmo de São Paulo, deixando de seu casamento os filhos seguintes:

1. — **José Delgado de Camargo.** — Casou-se em 1694, em Nazareth, com Catharina Pinheiro, filha de João Pinheiro Barregão e de Catharina do Prado. Falleceu deixando geração.

2. — **Marcellino de Camargo.** — Nasceu cêrca de 1660 e foi casado em 1690 com Maria Pinheiro, irmã de Catharina, acima mencionada.

3. — **João Delgado de Camargo.** — Nasceu em 1670, em Atibaia, tendo-se casado com Ignez Franco, filha de Lourenço Franco Viégas e de Izabel da Costa Santa Maria.

O capitão Lourenço Franco Viégas era natural da villa de Portel, comarca de Evora, em Portugal e falleceu em São Paulo a 8 de abril de 1700. Foi pessôa de grandes serviços á sua patria, e de prestigio na capitania de São Paulo, onde exerceu cargos de confiança, sendo elogiado em carta régia datada de 20 de outubro de 1698. Segundo escreveu Pedro Taques, foi primo co-irmão de Manuel Lobo Franco, casado em São Paulo com Maria Bueno.

João Delgado de Camargo teve o posto de sargento-mór e exerceu em São Paulo os cargos de almotacel em 1701 e vereador em 1721. Esteve nas Minas Geraes, onde figurou na fundação da villa do Ribeirão do Carmo, a 8 de abril de 1711. Não deixou geração.

4. — **Martinho Delgado de Camargo.** — No inventario de seu pae, Paschoal Delgado, feito em 26 de junho de 1688, figura com o nome de Martim da Costa e com vinte e trez annos. Casou-se com Izabel Franco da Costa ou Izabel Franco Viégas, irmã de Ignez Franco. Foi almotacel á camara de São Paulo, em 1689 e vereador em 1715. Falleceu em 1730, deixando geração .

5. — **Paschoal Delgado de Camargo.** — Foi casado com Izabel Pinheiro, filha de João Pinheiro Barregão e de Catharina do Prado. Fez varias bandeiras ao sertão e teve o posto de capitão de ordenanças, em 1700. Falleceu em 1705, deixando geração.

6. — **Maria Ribeiro de Camargo.** — Casou em Nazareth, em 1693, com Sebastião Lopes de Lima, filho de Domingos Lopes de Lima e de Barbara Cardoso e deixou uma filha unica.

7. — **Izabel Ribeira da Cunha.** — Ou Izabel da Costa, como vem no inventario de seu pae Paschoal Delgado, foi casada em 1705 com Bartholomeu Bueno Calhamares, filho de Manuel Peres Calhamares e de Francisca Cardoso. Este Bartholomeu esteve nos successos de Pitanguy, em 1719.

Enviuvando, casou novamente Izabel da Costa com José Barbosa do Rego, filho de Diogo Barbosa do Rego e de Maria Rodrigues.

8. — **Pedro Delgado.**

9. — **Antonio Delgado de Camargo.**

10. — **Carlos Delgado de Camargo.** — Registado por Silva Leme, mas que não consta dos inventarios de seus paes.

— § 5.º —

Maria Ribeira de Camargo. — Foi baptisada em São Paulo, em abril de 1647 e casou-se com Luiz Furquim, filho de Estevam Furquim e de Maria da Luz.

Luiz Furquim nasceu em São Paulo, cêrca de 1647 e fez varias entradas ao sertão e entre essas, uma em 1672. Com o descobrimento de Minas Geraes, passou-se para esse territorio, com varios outros Camargos, indo fixar-se nas minas do Pitanguy, nas lavras auriferas reveladas por Domingos Rodrigues do Prado.

Estas minas do Pitanguy constituiram algum tempo, após a guerra dos emboadas, um seguro refugio a muitos paulistas. Em 1709, fugindo a tal luta, havia sahido de Sabará uma bandeira, chefiada por Domingos Rodrigues do Prado, tendo como seus immediatos os irmãos José e Bernardo de Campos Bicudo, em demanda de certas minas de ouro que ficavam no sertão do rio de São Francisco. Levava a bandeira, em rêde, gravemente enfermo devido á mordedura duma cobra, um velho mineiro, que possuia o segredo do roteiro de taes minas, suppostas serem as de Paracatú e que sómente foram descobertas em 1744, por José Rodrigues Fróes.

Arranchando a comitiva ao pé do corrego do Carerú, ahi falleceu o velho, deixando as minas como um espaço escuro.

Aprestava-se então a bandeira para retroceder, quando um acaso fel-a descobrir nesse local areias auriferas, revelando-se desse modo as minas de ouro da região do Pitanguy.

Formada a villa, nella foram fixar-se, como partidarios da paz e de se prestar obediencia ao governo, Francisco Bueno de Camargo, sobre quem já fallamos; José Rodrigues Betim, seu genro, casado com Marianna de Freitas de Azevedo; José de Campos Bicudo, filho de Felippe de Campos Banderburg, grande sertanista, descobridor de ouro em Pitanguy e que fez varias bandeiras, com seu genro Antonio Rodrigues Velho, ao sertão do rio de São Francisco; José Ferraz de Araujo; Bartholomeu Bueno Calhamares, casado com Luzia Furquim, cunhado de Valentim Pedroso de Barros e Antonio Leme do Prado, todos moradores dessas minas; Miguel de Faria Sodré e seu irmão Antonio Ferraz de Araujo, ambos genros do capitão Manuel Preto Rodrigues, filho de Manuel Preto, o moço e um dos povoadores de Pitanguy; Manuel Dias da Silva; Diogo da Costa da Fonseca; Gaspar Barreto; Luiz Alves Collaço; Lourenço Franco do Prado; Antonio Ribeiro da Silva; Julio Cezar Moreira e varios outros paulistas de grande consideração.

Os amotinadores, em constante rebeldia contra as disposições do governo, eram, entre outros mais: Gaspar de Godoy Moreira, Pedro de Moraes da Cunha, Francisco do Rego Barros, Manuel de Freitas, Gaspar Guterres da Silveira, Bento Paes da Silva, Placido de Moraes, José Tavares, Roque de Faria, Sulpicio Pedroso Xavier, Alexandre Rodrigues do Prado, Estevam Furquim de Camargo, Luiz Furquim e como cabeça de todos, Domingos Rodrigues do Prado.

Em dezembro de 1717, por occasião de se ordenar as casas de fundição, houve grande tumulto na villa de Pitanguy, capitaneado por Sulpicio Pedroso Xavier, cunhado de Valentim Pedroso de Barros.

Este era casado com Escholastica Furquim, filha do capitão Antonio Furquim da Luz e era filho de Pedro Vaz de Barros e de Maria Leite de Mesquita, e o mesmo que fôra cabeça na guerra dos emboadas.

Seguindo então outra orientação, viu-se alvo da inimizade do grupo de Domingos Rodrigues do Prado e nesse tumulto, fazendo frente aos aggressores, de espada em punho, foi morto por varios tiros de bacamarte, disparados a um só tempo.

Estava desse modo a villa ainda convulsionada, quando em 1719, segundo escreve Varnhagem, se ordenou o tributo por meio do quinto, pagos nas casas de fundição creadas. Para isso se prohibiu a sahida do ouro em pó e se ordenou que o quinto das barras se avaliasse por toque e não por ensaio.

Deu isto origem a um novo levante nessas minas, capitaneado por Domingos Rodrigues do Prado, cujo irmão, Salvador Rodrigues do Prado, era casado com Felippa de Siqueira de Albuquerque e Camargo, explicando-se assim a proveniencia dos Camargos em Pitanguy e a sua divisão em dous bandos, um partidario de Domingos Rodrigues do Prado e outro contrario aos seus principios.

Em carta a El-Rei, datada de 9 de fevereiro de 1720, explica o conde de Assumar o desenrolar desse successo.

Expõe que annos atraz, estava como capitão-mór de Pitanguy, Domingos Rodrigues do Prado, "homem regulo e por natureza matador insigne," amotinador do povo, que nada permittia que alli fosse feito por parte do governo. Afinal, por sua propria conveniencia, dalli se retirou e pareceu então bem alli se collocar, como capitão-mór, ao brigadeiro João Lobo de Macedo, por se tratar de um reinol que já havia desempenhado varios cargos a contento. Passado porém um anno, para alli voltou Domingos Rodrigues do Prado e unido a outros seus parciaes, expulsou da povoação o referido brigadeiro. Em seguida, aproveitando a dilação das providencias por parte do governo e o receio da população de Pitanguy, nomeou a elle proprio como principal dirigente da villa, como segundo a seu

irmão que havia morto em Taubaté a Carlos Pedroso da Silveira e em terceiro lugar, a um seu amigo, Bartholomeu Bueno Calhamares.

Proseguindo, por ter suspeitas de que o juiz ordinario Manuel de Figueiredo Mascarenhas o denunciava perante o conde, formou um grupo dos seus e com elle foi á casa desse magistrado. Sulpicio Pedroso Xavier, á frente de todos, penetrou então na moradia do juiz e o assassinou a estocadas.

O ouvidor do rio das Velhas, dr. Bernardo Pereira de Gusmão, recebeu immediatamente ordens de seguir para aquella villa e alli devassar, não só esse crime, como tambem as mortes de Valentim Pedroso de Barros e de Diogo da Costa da Fonseca, tendo como escolta vinte dragões chegados de pouco do Rio de Janeiro, commandados pelo capitão José Rodrigues de Oliveira.

Com essa medida de prudencia e outras que foram então executadas, seguiu o ouvidor-geral para Pitanguy e ao abordar o rio de São João, nas proximidades dessa villa, encontrou Domingos Rodrigues do Prado entrincheirado. Seguiu-se duro embate entre ambos os grupos, resultando ser o paulista desbaratado, ficando muitos mortos e feridos de ambos os lados, sendo que gravemente offendido dum tiro, o alferes Manuel de Barros.

Terminou desse modo a rebellião de Pitanguy, fugindo Domingos Rodrigues do Prado e vindo abrigar-se em casa de parentes, na villa de Parnahyba. Ahi ainda se encontrava morando em junho de 1720, delineando com o segundo Anhanguéra, Bartholomeu Bueno da Silva e com João Leite da Silva Ortiz e os Calhamares, uma bandeira que fosse empós as minas dos Martyrios, nas regiões goyanas.

João Lobo de Macedo, que fugira ao regulo paulista, pouco depois, no mesmo anno de 1720, assassinava a propria amante, Maria de Jesus, sendo preso e remettido para o Rio de Janeiro.

E do estudo que fizémos deste levante de Pitanguy, nasceu-nos a convicção de que elle representa uma das ultimas manifestações de dous sentimentos que convulsionaram profundamente as primeiras fundações de Minas Geraes. Foram elles, de um lado a questão do nativismo, a opposição dos paulistas em ceder o terreno aos reinóes e de outro lado a mal-querença entre os naturaes das villas de São Paulo e de Taubaté. Sobre estes dous pontos fazem referencia os documentos da época, principalmente a correspondencia do governador d. Pedro de Almeida e Portugal, conde de Assumar. Assim, a carta de 29 de janeiro de 1720, dirigida ao ouvidor do rio das Velhas, expõe a intenção de mandar um regente para o districto de Pitanguy e lembra o militar Francisco Duarte de Meirelles, resalvando: "si conseguir que Meirelles ahi fique como capitão-mór, será bom, apezar de casado com paulista."

Na de 9 de fevereiro do mesmo anno, dirigida a Bartholomeu de Souza Mexia, governador da Bahia, esclarece que enviando para Pitanguy ao brigadeiro João Lobo de Macedo como capitão-mór, teve a intenção de povoar aquella villa com reinóes, que melhor explorassem as suas ricas minas, pois até então era sómente formada por paulistas "cujas habitações sempre têm pouca forma, porque a sua vida e a natural propensão que têm de andarem pelos mattos, faz que as suas povoações não sejam persistentes e só os reinóes como mais activos podiam animar-se a emprehender trabalhos grandes."

Esta carta esconde porém o motivo real desta questão, que era a desconfiança e o receio que o governo tinha dos paulistas naquella época. A prova é que aventando-se a creação em São Paulo dum capitão-mór pago, o Conselho Ultramarino opinava — "nunca convirá que o sirva paulista, para o não pôr com forças taes que o possa ajudar nalgum movimento que intentem os seus naturaes, homens de espirito inquieto" (1711).

Ainda sobre a creação de tres companhias de infanteria na mesma villa de São Paulo, recommendava o Conselho Ultramarino que "os officiaes dellas não devem ser paulistas, como elles pretendem, porque isto seria metter as armas nas mãos desses homens, de que se não pode ter toda confiança, mas que se execute isto com muita dissimulação, de modo a que não se os escandalise."

Além dessa questão fechada do governo portuguez em contrapôr aos paulistas em Minas Geraes, "igual ou maior numero de portuguezes," como escrevia o conde de Assumar, em 22 de dezembro de 1719, ao dr. Bernardo Pereira de Gusmão, ouvidor do rio das Velhas, havia ainda a questão local entre os proprios naturaes da capitania.

Prova disso é a carta do mesmo governador, a 4 de fevereiro de 1720, ao mesmo ouvidor, na qual expunha esperar que com o tempo se conseguisse a prisão de Domingos Rodrigues do Prado, "mórmente sendo elle de Taubaté com quem os Paulistas não fazem muita liga."

Curioso que essa rivalidade que existiu entre os naturaes da villa de Taubaté e os da villa de São Paulo, se originasse, segundo uma antiga tradição, da luta entre os Pires e Camargos.

Um escriptor do fim do seculo XVIII, allegando ter lido num velho codice latino do convento de São Bento, no Rio de Janeiro, descreve no "Panorama" a lenda duma guerra entre as familias paulistas dos Ramalhos e dos Pinheiros que disputavam preferencia de valimento e antiguidade, porque ambas datavam dos primeiros annos da colonia.

E' evidente que se referia aos Pires e Camargos e para não despertar melindres, ainda vivos no final do seculo XVIII, não lhes citava os patronimicos.

Narra em summa um dos combates havidos na villa de São Paulo, entre cabeças e partidarios das duas facções e a morte do maioral de uma dellas, concluindo:

"Dahi em deante estes, privados do seu cabeça, não puderam contrapezar a influencia dos seus adversarios que ia em augmento; insensivelmente foram abandonando São Paulo e, passados muitos tempos, quando se fundou, a trinta leguas de distancia, a povoação de Taubaté, a maior parte dos seus descendentes ahi procuraram asylo, levando comsigo o odio aos paulistas, que lhes legaram seus paes e que transmittiram fielmente á posteridade: odio de que ainda hoje restam vestigios; e só o tempo, que emfim tudo gasta, tem conseguido modifical-o em uma simples antipathia, cuja razão não são capazes de explicar bem os habitantes de uma e outra terra."

Basilio de Magalhães entende que esta tão proclamada rivalidade entre paulistas e taubateanos, se escuda apenas em tradições vagas. Citamos no entanto aqui um documento contemporaneo, a carta do conde de Assumar de 4 de fevereiro de 1720, que a authentica.

Do casamento de Maria de Ribeira de Camargo com Luiz Furquim nasceu o filho unico:

1. — **Estevam Furquim de Camargo.** — Casado com Branca Raposo, fallecida nonagenaria em 1765, filha de Diogo Barbosa do Rego e de Maria Rodrigues. Estevam Furquim tomou parte nos successos de Pitanguy, acima referidos e deixou geração de seu casamento.

— § 6.º —

Izabel de Ribeira de Camargo. — Casou-se com Fernão de Aguirre, filho de Diogo Arias de Aguirre e de Marianna Leitão de Vasconcellos.

Era fidalgo, com brazão d'armas tirado em 3 de dezembro de 1577 e registado na Camara de Santos, a 22 de novembro de 1639.

Exerceu cargos na Camara de São Paulo, entre os quaes o de procurador do conselho, em 1676. Do seu casamento ficaram os trez filhos:

1. — **José de Aguirre de Camargo.** — Escreveu delle Taques, que era natural e cidadão de São Paulo, onde repetidas vezes occupou os honrosos cargos da republica. Teve postos militares e alcançou o de tenente-coronel das ordenanças de São Paulo, com avançada idade. Foi casado com Maria da Silveira Bueno, filha de Paulo da Fonseca

Bueno e de Anna Maria da Silveira. Falleceu esta em 1757 e José de Aguirre de Camargo posteriormente a 1761, não deixando geração.

2. — **Marcellino de Camargo e Aguirre.** — Foi casado a 23 de abril de 1702, na matriz de São Paulo, com Izabel Bueno Franco, filha de Innocencio Preto Moreira e de Joanna do Prado.

Innocencio Preto Moreira, era filho de Sebastião Preto Moreira e de Marianna Bueno e nasceu em São Paulo, a 16 de fevereiro de 1653, tendo sido casado com Joanna Franco, filha de Lourenço Franco Viégas. A 20 de junho de 1699, obteve do capitão-mór Pedro Rodrigues Sanches, como procurador do marquez de Cascaes, uma sesmaria de meia legua, junto ao rio Tietê, limitando com terras de seu defunto irmão Bartholomeu Bueno Preto e unida ao sitio que alli possuia. Com o descobrimento das Minas Geraes, passou-se a ellas, com sua familia, estabelecendo-se no Ribeirão do Carmo e prestando ao governador Arthur de Sá e Menezes relevantes serviços.

Volveu porém, após alguns annos, a residir em São Paulo, e ahi falleceu em 1729.

Marcellino de Camargo e Aguirre foi pessôa de influencia na capitania e na villa de São Paulo. Exerceu os cargos de almotacel em 1708, juiz ordinario em 1709 e teve patente de capitão de ordenanças. Falleceu em Goyaz, em 1754, deixando geração de seu casamento.

3. — **Marianna de Aguirre e Camargo.** — Foi casada com Antonio Bicudo de Brito, filho de Antonio Bicudo Leme e de Francisca Romeiro Velho Cabral.

Antonio Bicudo de Brito foi sargento-mór em Minas Geraes, onde residiu, passando depois para Pindamonhangaba, villa fundada por seu pae, onde falleceu em 1717, deixando geração.

— § 7.º —

Mecia Ferreira de Tavora. — Foi baptisada na matriz de São Paulo, em junho de 1650. Casou-se com João Paes Rodrigues, filho de João Paes e de Suzana Rodrigues. Deixou a filha unica:

1. — **Sebastiana Ribeira.** — Casou-se em 1700, em São Paulo, com o capitão Pedro Fernandes de Avellar, filho de João Pereira de Avellar e de Maria Leme do Prado, não tendo deixado geração.

— § 8.º —

Gabriella Ortiz de Camargo. — Nasceu em 1651 e foi casada com João Lopes de Lima, filho de Domingos Lopes de Lima e de Barbara Cardoso. Esta ultima, filha de Mathias Cardoso de Almeida, natural da Ilha Terceira, fallecido no sertão em 1658, foi grande fa-

zendeira em Nazareth e instituiu a Capella do Bom Jesus dos Perdões, benta em 1705 e collocada debaixo da protecção de seu filho, o padre Manuel Cardoso de Lima, que foi um dos fundadores de Nazareth, em 1676, conjunctamente com Mathias Lopes e Gonçalo Simões Chassim.

João Lopes de Lima foi grande bandeirante, tendo acompanhado a Francisco Pedroso Xavier em 1676 e Antonio Domingues Galéra, em 1683. Nesta ultima entrada, teve como companheiros a Carlos Pedroso da Silveira, Manuel Rodrigues de Arzão, Manuel Ferreira de Lemos e outros.

Diogo de Vasconcellos, dando-lhe genealogia errada, diz que foi o descobridor do ribeirão do Carmo, na Ponte Grande. Este descobrimento, dizem outros autores, foi logo em seguida á descoberta das minas de Ouro Preto, em cuja diligencia andaram Francisco e Antonio da Silva Bueno, Thomaz e João Lopes de Camargo e o capellão padre João de Faria Fialho (1699). Foi dado em manifesto, segundo o coronel Furtado de Mendonça, em 1700.

A esse proposito escreve o mestre de campo José Rebello Perdigão: — "Outra bandeira fez o capitão João Lopes de Lima, morador em Atibaia, de São Paulo, levando comsigo o padre Manuel Lopes, seu irmão, o Buá de alcunha, e descobriram o famoso ribeirão do Carmo, que mandou repartir, estando já em São Paulo o meu general, nomeando para isso por guarda-mór destas minas ao sargento-mór Manuel Lopes de Medeiros; o ouro deste novo ribeirão se avaliou então por melhor, que o do Ouro Preto, por este ser mais agro e de se fazer em pedaços ao por-se-lhe o cunho, tanto que se julgou por inutil, chegando-se a vender a oitava por doze a treze vintens, na cidade de São Paulo, motivo por que se abandonou trez vezes aquelle descobrimento, como eu presenciei. Este ribeirão do Carmo se repartiu coisa de duas leguas em 15 de agosto de 1700, dando o descobridor a esperança de que para baixo se seguirão maiores pintas e assim se tem experimentado."

João Lopes de Lima exerceu cargos na Camara de São Paulo, entre os quaes o de juiz ordinario em 1691.

Não encontramos a data de seu fallecimento, sendo que sua mulher, Gabriella Ortiz de Camargo, falleceu em Nazareth, em 1723, deixando o casal dous filhos:

1. — **Marcellino Lopes de Camargo.** — Casou-se em 1712 com sua parenta Josepha das Neves Gil, filha de José das Neves Pires e de Maria Gil de Camargo. Falleceu em Atibaia, em 1763, deixando geração.

2. — **Domingos Lopes de Camargo.** — Foi casado com Maria Bueno de Lima, filha de Bartholomeu Bueno de Azevedo e de Maria de Lima do Prado. Exerceu em São Paulo o cargo de almotacel em 1709 e teve o posto de sargento-mór. Falleceu em 1739, deixando geração.

— § 9.º —

Maria Pimentel de Camargo. — Foi baptisada em São Paulo a 1.º de setembro de 1654 e casou-se com seu parente Miguel de Almeida Prado, em 1687, para o que obteve a necessaria dispensa.

Miguel de Almeida Prado era filho de João da Cunha Lobo e de Felippa de Almeida Prado e bisneto pelo lado materno de Izabel Fernandes, irmã de Maria Pires, que era bisavó de Maria Pimentel de Camargo acima.

Foi Miguel de Almeida bandeirante desde a adolescencia e já em 1681 o encontramos no sertão, á caça de indios.

Exerceu na Camara de São Paulo os cargos de almotacel, em 1691 e vereador, em 1696.

Com seus parentes Camargos, passou-se para Minas Geraes, logo após os primeiros descobrimentos de ouro e alli falleceu em bandeira, no sertão de Itaverava, em 1700. Deixou o casal os seguintes filhos:

1. — **João da Cunha de Camargo.** — Figura no inventario de seu pae com o nome de João de Almeida Camargo e usava os nomes de João da Cunha de Almeida e João de Almeida e Cunha. Foi casado com Maria da Silva Furquim, filha de Claudio Furquim de Abreu e de Leonor de Siqueira e Albuquerque. Falleceu deixando geração.

2. — **Mecia Ferreira de Almeida.** — Foi casada com Gaspar Cubas Preto, filho de Francisco Cubas de Mendonça e de Anna de Ribeira da Luz. Falleceu Mecia Ferreira em Atibaia, em 1745, ficando geração de seu casamento.

3. — **Marcellino de Almeida de Camargo.** — Casou-se com sua parenta Anna de Lima, filha de Jeronymo da Rocha Pimentel e de Joanna de Lima. Era morador de Atibaia, onde falleceu deixando geração.

No Archivo da Curia de São Paulo ainda se regista como filho de Maria Pimentel de Camargo, José de Camargo, que foi baptisado a 20 de setembro de 1693, não figurando no entanto o mesmo na obra de Silva Leme.

Photographia tirada do livro dos Cavalleiros de Santiago dos seculos XIV e XV, existente na Camara Municipal da cidade de Burgos, na qual se vê o escudo dos Garcias de Camargo, da mesma provincia. — Photo. Matias Martinez Burgos. —

— § 10.º —

Leonor Domingues de Camargo. — Falleceu solteira depois de 1712.

— § 11.º —

Anna Maria de Camargo. — Falleceu solteira.

V

Jeronymo de Camargo.

CAPITULO QUINTO

Jeronymo de Camargo. — O quinto filho de Jusepe de Camargo, foi casado com Anna de Cerqueira, filha de Francisco Bueno e de Felippa Vaz.

Francisco Bueno era filho de Bartholomeu Bueno, o sevilhano, e como quasi todos os Buenos da época, foi grande sertanista que chefiou uma bandeira ao sertão do Tapé, attingindo o rio Taquary e após haver atacado as reduções de Santa Thereza, que ficavam a noroeste desse rio, investiu contra São Carlos de Caapi, Apostolos de Caazapaguassú, destruindo-as. Proseguindo na empreza, em principios de 1638, atacou as doutrinas de Candelaria e de Caaró, todas na denominada provincia do Uruguay.

Carlos Teschauer pormenorisa a acção dessa bandeira, resumindo Ellis Junior que com essa diligencia Francisco Bueno expulsou os jesuitas para além do rio Uruguay, apenas lhes restando as aldeias situadas sobre o Ibicuy que, mais a sudoeste, ainda não tinham sido alcançadas pelos paulistas.

Embora morto na empreza o seu chefe, em meados de 1638, a bandeira continuou os ataques, mas em fins desse anno, soffrendo um revez maior, em Caazapamirim, retornou a São Paulo, onde chegou em março de 1639.

Felippa Vaz foi filha unica de Francisco João Branco, natural de Setubal e de Anna Cerqueira e falleceu em São Paulo, a 7 de janeiro de 1647.

Jeronymo de Camargo apparece na vida seiscentista de São Paulo, preparando-se para seguir a carreira ecclesiastica e tencionando ordenar-se em Angola (1640). A seguir, porém, desiste desse intento e toma parte activa na politica da villa, exercendo os cargos de almotacel em 1646 e de juiz ordinario em 1653.

Envolve-se tambem, apaixonadamente, nas lutas com os jesuitas, com o vigario Albernaz e com os Pires.

Ao historiar esta ultima, escreve Azevedo Marques que "a 8 de maio de 1653, comparecendo o ouvidor-geral João Velho de Azevedo para abrir os pelouros e publicar a eleição dos novos officiaes da camara e juizes ordinarios, encontrára as portas da camara fechadas por haver o juiz ordinario Fernando de Camargo fugido."

Engana-se esse grande rebuscador do nosso passado, pois nessa occasião era juiz ordinario com a vara, Jeronymo de Camargo e a acta conta textualmente: — "e vindo no mesmo dia acima referido ás ditas casas do conselho achou a porta donde se faz camara fechada, por haver fugido desta dita (villa) o juiz ordinario Jeronymo de Camargo e haver levado a chave assim da porta como da arca e cofre dos pelouros e, para haver o dito ouvidor João Velho de Azevedo, etc."

Já avançado em idade, modificado o seu temperamento, por occasião dos successos que se deram em São Paulo, ainda referentes a questões de indios e nas quaes, como sempre, eram visados os jesuitas, que chegaram a se preparar para deixar a respectiva villa, Jeronymo de Camargo interveiu, com o fito de fazel-os permanecer, lavrando-se a proposito um termo que assignou com outros notaveis de São Paulo. (1682).

Tambem foi Jeronymo de Camargo sertanista de valor e grande conhecedor do chamado sertão de Atibaia, uma das vias para as minas dos Cataguazes, tanto que foi ouvido por d. Rodrigo de Castel-Branco sobre o que achava mais util e conveniente, para sua jornada.

Esse sertão de Atibaia foi explorado por Jeronymo de Camargo cêrca de 1663, tendo alli fundado uma fazenda. Em 1665, o padre Matheus Nunes de Siqueira aldeiou naquellas paragens indios guarulhos que convertera naquelles sertões, formando-se então dahi um nucleo que originou o povoado da Atibaia, tornado parochia em 1701. Jeronymo de Camargo havia passado a fundar fazenda no sertão de Jundiahy, onde o encontramos em 1685.

Bandeirante inquieto, já em idade provecta, vemol-o tomando parte numa bandeira, nesse ultimo anno, com Antonio Bueno e Salvador de Oliveira, levando como capellão ao carmelitano frei João de Christo, que teria a metade das cem primeiras peças que a bandeira capturasse.

Falleceu nos primeiros annos do seculo XVIII e em 1707, Antonio do Prado da Cunha e seu filho João do Prado Baptista, genro e neto seus, como elle não tivesse cogitado do titulo de sesmaria nas terras de Atibaia, requereram-no e o obtiveram, na paragem denominada Caguassú, de uma legua de testada. Tal sesmaria foi tornada a

confirmar em 1743, aos herdeiros João do Prado de Camargo e seu filho Jeronymo de Camargo Bueno.

Não encontramos a data do fallecimento de Anna de Cerqueira e do casal ficaram os cinco filhos seguintes:

§ 1.º — Maria Pires de Camargo.
§ 2.º — Anna Maria de Camargo.
§ 3.º — Leonor Domingues de Camargo.
§ 4.º — Felippa Vaz.
§ 5.º — Izabel Ribeira.

— § 1.º —

Maria Pires de Camargo. — Casou-se na matriz de S. Paulo, a 8 de setembro de 1698, com o mestre de campo Antonio do Prado da Cunha, filho de João do Prado da Cunha e de Mecia Raposo de Siqueira.

Da sua patente de mestre de campo dos auxiliares de Pitanguy, dada por d. Balthazar da Silveira, em São Paulo, aos 2 de outubro de 1713, consta que Antonio do Prado da Cunha foi alferes e depois capitão duma companhia, das que criou o governador Fernão Dias Paes, para o descobrimento das esmeraldas, em cuja diligencia andou desde 1674 até 1681, sustentando-se e a seus escravos, á sua custa, arriscando-se varias vezes nos encontros que teve com o gentio e procedendo sempre com singular valor e prudencia.

Teve depois na villa de São Paulo o posto de capitão de auxiliares e acudiu á villa de Santos, quando andaram na costa seis navios e uma balandra de corsarios francezes e sendo mandado guarnecer a fortaleza de Itapema, nella assistiu quarenta dias custeando toda provisão de boca. Tambem, quando os francezes tomaram o Rio de Janeiro, em 1711, voltou segunda vez á mesma villa e guarneceu com a sua companhia a praia do Crasto, sem despeza para o governo.

Na villa de Pitanguy, possuiu o mestre de campo lavras de ouro. Diogo de Vasconcellos diz que alli se estabeleceram seus descendentes, mas não é exacto, pois seu filho unico, João do Prado de Camargo ou João do Prado Baptista, foi morador de Atibaia.

Antonio do Prado da Cunha residiu na Penha de França, onde obteve uma sesmaria, concedida por d. Fernando Mascarenhas, a 12 de julho de 1707. Por carta de 10 de julho do mesmo anno, teve sesmarias duma legua em Atibaia, doada pelo citado delegado régio, na paragem denominada Caguassú, além de outra, em 1710, em terras mineiras.

De seu casamento com Maria Pires de Camargo, nasceu o filho unico:

1. — **João do Prado de Camargo.** — Casou-se com Marianna Bueno de Camargo, filha de João de Camargo Pimentel e de Maria Franco de Oliveira. Foi morador em Atibaia, onde falleceu depois de 1769, deixando geração.

— § 2.º —

Anna Maria de Camargo.

— § 3.º —

Leonor Domingues de Camargo. — Foi casada com Sebastião Preto Cubas e residiu em Atibaia. Mudou-se depois para Guaratinguetá, onde falleceu em 1722. Teve as duas filhas:

1. — **Maria Antunes de Camargo.** — Foi casada com João dos Reis Cabral, filho de Lourenço Velho Cabral e de Maria dos Reis Freire.

João dos Reis Cabral foi grande bandeirante, natural de Guaratinguetá de onde abriu um caminho para os denominados Pousos Altos, vencendo a serra da Mantiqueira e varando os rios Passa Trinta e Passa Vinte, com os tijucaes do rio Verde.

Ahi fez roças e estabeleceu commercio com os varios centros de mineração. Obteve por esse motivo uma sesmaria dada por d. Fernando Martins Mascarenhas, a 10 de novembro de 1705, constando da respectiva carta que elle tambem abrira "um porto e passagem de canôas no rio Parahyba, para se metterem por elle no dito caminho, atalhando-lhe outro mais distante e menos seguro porto que havia chamado de Pacaré."

A sua sesmaria comprehendia a passagem desse porto, e as terras vagas e incultas que "correm desde o rio Piaguy até os Pousos Altos."

Em 1713, em busca de novas minas de ouro, João dos Reis Cabral explorou o corrego denominado São Miguel, em Minas Geraes e, margeando o rio Piracicaba, fundou em 1714 um arraial a que deu o nome de São Miguel de Piracicaba. Ahi viveu muitos annos, tendo tido o posto de capitão-mór e veiu a fallecer a 6 de dezembro de 1725.

2. — **Marianna de Camargo.** — Foi casada com um irmão de João dos Reis, por nome Lourenço Velho Cabral. Este teve uma sesmaria pelo rio Parahyba abaixo, a partir de Guaratinguetá, onde residia, por carta de 10 de novembro de 1705.

— § 4.º —

Felippa Vaz. — Foi baptisada em São Paulo, a 11 de julho de 1650. Casou-se com o capitão Bartholomeu da Rocha do Canto, fallecido em 1685. Teve os filhos:

1. — **João da Rocha do Canto.** — Foi padre.
2. — **Antonio da Rocha.**
3. — **Pedro da Rocha.**
4. — **André Gonçalves do Canto.**
5. — **Maria da Rocha.**

— § 5.º —

Izabel Ribeiro.

Photographia do final do termo de registo e approvação do testamento de Francisco de Camargo, na

VI

Gabriella Ortiz de Camargo.

CAPITULO SEXTO

Gabriella Ortiz de Camargo. — Filha do tronco, foi casada em 1613 com Estevam Gomes Cabral, filho de Luiz Cabral de Tavora e de Auta Gomes, naturaes de Beja, em Portugal. Falleceu Estevam em Jundiahy, em 1677, deixando os seguintes filhos:

§ 1.º — Leonor de Camargo Cabral.
§ 2.º — Francisco Cabral de Tavora.
§ 3.º — Estevam Cabral de Tavora.
§ 4.º — Auta Gomes Cabral.
§ 5.º — Luiz Cabral de Tavora.
§ 6.º — Manuel Cabral de Tavora.

— § 1.º —

Leonor de Camargo Cabral. — Casou-se com Alberto Pires, primogenito de Salvador Pires de Medeiros e de Ignez Monteiro de Alvarenga.

Salvador Pires de Medeiros foi filho de Salvador Pires, o moço e de Mecia Fernandes, denominada Assú. Possuiu uma sesmaria no lugar denominado Jutuahy, em Sorocaba e a fazenda Ajuá, na serra da Cantareira. Tomou parte nas expedições de Nicolau Barreto e na de Manuel Preto, esta em 1628 e ambas ao Guayrá. Foi figura principal da sociedade paulista do tempo, tendo tido o posto de capitão e exercido cargos na camara de São Paulo.

Sua esposa, Ignez Monteiro de Alvarenga, a Matrona, foi um typo da antiga dureza e altivez paulista.

Pedro Taques, baseado numa tradição de familia, conta que, estando certo dia Alberto Pires brincando com sua esposa, Leonor de Camargo Cabral, succedeu bater-lhe levemente na fronte e a joven para logo cahir sem vida. Abalado com tão imprevisto successo, Alberto Pires sentiu a necessidade de revestir tal facto com uma exte-

rioridade plausivel. Mandou então chamar o seu cunhado Antonio Pedroso de Barros, para que viésse entrudar e tomando de um bacamarte, foi postar-se de tocaia, á entrada da fazenda.

O parente não tardou a acudir e foi assim morto de surpreza, com um tiro. Carregou após Alberto Pires o cadaver da esposa para junto daquelle do cunhado e, em altas vozes, proclamou haver morto dous adulteros.

Tal facto porém a ninguem illudiu e os irmãos das victimas, sequiosos de vingança, reuniram seus sequazes e, como Alberto Pires se refugiára na fazenda de sua mãe, Ignez Monteiro, puzeram cêrco á mesma, jurando que haviam de beber o sangue do matador "ou pelos fios do ferro ou pelas bocas das espingardas."

Ignez Monteiro de Alvarenga teve então de se antepôr á turba vingadora. Appareceu á porta da sua moradia, alçando um Christo crucificado. Resultou o grupo serenar e contentar-se com a prisão do assassino, para leval-o a julgamento no Rio de Janeiro.

A perspectiva do patibulo para o seu filho era visão que não podia ser tolerada por Ignez Monteiro de Alvarenga, que seguiu assim para o Rio, vencendo a aspera estrada daquelle tempo, afim de, com seu dinheiro e prestigio, conseguir o perdão de Alberto Pires.

Ao terem disso noticia, os irmãos das victimas, que iam escoltando por mar ao matador, deliberaram justiçal-o sem mais delongas e amarrando-lhe uma pedra ao pescoço, atiraram-no ao mar, na altura da Ilha Grande.

E conclúe Pedro Taques que dessa tradição se deve excluir a pessôa de Antonio Pedroso de Barros, como tendo sido a assassinada por Alberto Pires, porque este se casou em "27 de janeiro de 1682" e aquelle falleceu em 1651.

Entendemos não se dever dar credito a toda essa lenda, excepção do assassinato de Leonor de Camargo Cabral por seu marido, como consequencia, talvez, de um drama real de adulterio. E' tambem certa a morte de Alberto Pires, pelos representantes da familia Camargo.

São varios os autores que têm procurado desvendar este enigma historico. Silva Leme approxima com acêrto a sua data, dizendo ter sido em 1640. A data do casamento de Gabriela Ortiz de Camargo com Estevam Gomes Cabral, podemos fixar em janeiro de 1613, firmados na acta de 3 de fevereiro de 1613.

Os casamentos entre os filhos de Ignez Monteiro foram na seguinte ordem: Anna Pires de Medeiros, em 1629; Antonio Pires de Medeiros, em 1635; Maria Pires de Medeiros, em 1639 e Maria Fernandes Pires, em 1644.

Daqui se conclue que a data de 1640, a mais certa para tal facto, podia ter sido a do casamento de Alberto Pires com Leonor de Camargo Cabral, que teria então de 21 a 24 annos de idade e foi morta pouco depois de casada. Ha a observar que a mesma data de 1640 coincide com o começo das hostilidades entre os Pires e Camargos.

Antonio Pedroso de Barros, nascido em São Paulo, em 1610, era filho de Pedro Vaz de Barros e de Luzia Leme. Teve fazendas em Apoterebú, á margem do Tietê, no Guará e em Jaguary. Possuiu grande escravatura indigena, pois foi bandeirante dos mais activos. Tomou parte na invasão do Guayrá, em 1628 e na bandeira de seu irmão Jeronymo Pedroso de Barros ao baixo Matto-Grosso, em 1641.

A data do fallecimento de Antonio Pedroso de Barros foi em 1652 e a de sua esposa, Maria Pires, que o inventario diz "morte desastrada", foi pouco antes, achando-se Antonio Pedroso em bandeira, nos antigos sertões do Guayrá, com alguns socios, realisando caçada de indios bravos, carijós e guayanazes. Ahi é que veiu a ter noticia da morte de sua mulher, irmã de Alberto Pires e com quem se casára em São Paulo, a 3 de outubro de 1639. Esse fallecimento se deu em fins de 1651 e volvendo logo, dirigiu-se á sua fazenda de Apoterebú, que os documentos antigos grapham Acuterebú e do seu inventario se deduz que alli o surprehendeu uma luta qualquer em que tomaram parte os seus indios administrados, que eram mais de seiscentos, sendo elle morto a flechadas, tendo seus bens saqueados e incendiados e todos os escravos fugidos para longe (1652).

E o que não ha duvida é que exsurge de todas essas mortes, que se ensombram num mysterio, a de Leonor de Camargo Cabral, a de Alberto Pires, a de Antonio Pedroso de Barros e a "morte desastrada" de Maria Pires de Medeiros, a secular luta entre os Pires e Camargos, sendo Ignez Monteiro de Alvarenga "a mais rija parte que houve nos casos que resultaram todos os desconcertos de tal contenda."

Em 1670, quando se procedeu ao inventario de Sebastiana Leite da Silva, nora de Ignez Monteiro de Alvarenga, esta ainda vivia, passando dos oitenta annos. Achava-se então invalida, não podendo mais mover-se sem auxilio, vindo a fallecer dous annos após.

Sobreviveu assim dezenas de annos aos duros embates que em vida teve, personificando-se como uma das grandes figuras representativas da energia paulista daquellas éras. E desappareceu lutando, como sempre em vida vivera, pois sem poder despegar do leito, onde a senilidade a manietára, sobranceira e temerariamente, espedaçou mandados de juizes e citações de meirinhos, advindos da curatoria de seus netos, filhos do grande bandeirante Antonio Pedroso de Barros.

— § 2.º —

Francisco Cabral de Tavora. — Foi casado com Maria de Oliveira, filha de Raphael de Oliveira, o moço e de Maria Cordeiro Este Raphael de Oliveira, o moço, foi grande bandeirante, que possuiu mais de duzentos escravos indios, tendo tomado parte em expedições no Guayrá (1623) e no Tapé. (1636).

Em Jundiahy, onde foi juiz ordinario e de orphãos em 1668, Francisco Cabral de Tavora falleceu em 1692, tendo deixado os quinze filhos:

1. — **Estevam Cabral.** — Em 1692 estava na Bahia.
2. — **Raphael Cabral de Tavora.** — Casado em Ytú, em 1691, com Izabel Soares, filha de Gaspar Soares e de Maria Vaz.
3. — **Braz Cabral.** — Casado na mesma villa de Ytú, em 1698, com Maria Bicudo Tavares, filha de Salvador Ambrosio e de Catharina Tavares.
4. — **João Ortiz de Tavora.** — Foi casado com Maria de Lara e falleceu em Parnahyba, em 1710.
5. — **Gabriella Ortiz Cabral.** — Foi casada em 1702, em Parnahyba, com Bartholomeu da Silva Chaves e falleceu na mesma villa em 1736.
6. — **Violante Gomes Cabral.** — Casou-se com José da Silva Chaves, irmão de Bartholomeu.
7. — **Auta Gomes Cabral.** — Foi casada com Antonio da Silveira Borges.
8. — **Francisco.**
9. — **José.**
10. — **Manuel.**
11. — **Antonio.**
12. — **Joanna de Oliveira.** — Falleceu solteira, em 1729.
13. — **Maria.**
14. — **Thereza Gomes Cabral.**
15. — **Leonor Cabral.** — Falleceu solteira, em 1764.

— § 3.º —

Estevam Cabral de Tavora. — Foi casado com Maria Soares Ferreira, fallecida em 1714, em Ytú, achando-se então casada segunda vez, pois Estevam Cabral fallecêra em Jundiahy, em 1668. Deixou este ultimo de seu casamento os filhos:

1. — **Izabel Soares Ferreira.** — Foi casada com Domingos Fernandes Porto, de Parnahyba e ahi morador.

2. — **Maria Cabral de Tavora.** — Casou, em 1691, em Ytú, com José Diniz da Costa, filho de João Diniz da Costa e de Cecilia Ribeiro, tendo a referida Maria fallecido em Ytú em 1701.

3. — **João Cabral de Tavora.** — Os bisnetos Cabral de Tavora, provenientes de Francisco Cabral de Tavora, tinham como parentes affins, como acima vimos, os Chaves, dos quaes fazia parte Maria de Chaves, que possuia uma fazenda nas margens do rio Tietê, não distante de Ytú, onde fôra acoutar-se, acossado pelo ouvidor-geral Godinho Manso, João Leme da Silva, o celebre potentado ytuano, sendo logo denunciado pela fazendeira, que razões de sobra tinha para tal. Dos segundos, provenientes de Estevam Cabral de Tavora, era terceiro filho João Cabral de Tavora, casado em 1688, em Ytú, com Maria Bicudo de Proença, filha de Balthazar de Godoy da Silva e de Izabel de Proença de Abreu e sobrinha do capitão Antonio Fernandes de Abreu, assassinado em 1717, em Ytú, pelos irmãos João e Lourenço Leme da Silva. Pelas mesmas questões de familia, era assim inimigo desses terriveis potentados e soffreu duramente as consequencias do seu odio.

A genealogia dos Lemes, segundo um manuscripto do dr. Campos Mesquita, procede, pelo lado paterno, de Martim Lem, cavalleiro flamengo, casado em Bruges com Joanna de Barros, da nobre familia desse appellido em Portugal, os quaes tiveram um filho de igual nome escudeiro nobre, senhor de muitos feudos em Bruxellas e que se casou com Adrianna de Nieuwenhouve, filha de João de Nieuwenhouve, burgomestre de Bruges.

Adrianna de Nieuwenhouve, pela linha paterna, provinha de E'tiénne de Iedeghen, senhor de Woorde, casado com Catharina de Wiese, filha de Roberto de Wiese e que viviam no senhorio de Woorde, cêrca de 1381.

Martim Lem e Adrianna de Nieuwenhouve tiveram um filho, homonymo do seu progenitor, fidalgo da casa de d. Affonso V, natural de Bruges, que foi casado com Joanna de Wiese, filha do senhor desse nome, os quaes foram paes de Antonio Lem, que assistiu á tomada de Tanger e Arzilla (1463) e que era irmão de Martim Lem, burgo-mestre de Bruges, tendo dito Antonio Lem passado a Portugal, ahi casando-se e tendo como filho a Martim Leme, que aportuguesou o appellido e fixou-se na ilha da Madeira em 1483, onde se casou com Maria Adão, filha de Adão Gonçalves Ferreira.

Filho deste ultimo casamento foi Antonio Leme, casado com Catharina de Barros, os quaes viveram no Funchal, na Quinta dos Lemes, e que foram paes de Antão Leme, que veiu com Martim Affonso de Souza, em 1532, a São Vicente, onde foi juiz ordinario (1544).

Pedro Leme, o velho, natural de Funchal, filho de Antão Leme é que, segundo Pedro Taques, veiu para a capitania cêrca de 1550, com sua mulher Luzia Fernandes e sua filha Leonor Leme, a qual, casada com Braz Esteves, teve a Pedro Leme, o moço, natural de São Vicente, raiz dessa illustre progenie em São Paulo.

Pedro Taques, que pertencia a essa casa, aprofundou tal genealogia e sabemos que, além do que escreveu em sua Nobiliarchia, deixou um manuscripto com o titulo "Addições ao titulo dos Lemes, que escreveu Joseph Freire Montarroyo, feitas por Pedro de Almeida Paes Leme, sargento-mór, na parte que toca aos Lemes da capitania da cidade de São Paulo, pelo grande exame que fez nos cartorios das villas daquella capitania, por espaço de doze annos, 1757. Man.in-fol.de 30 paginas."

Dessas genealogias dos Lemes, se afasta em parte a que se encontra na carta de brazão d'armas concedida em 1750, a Pedro Dias Paes Leme, fidalgo da casa real, commendador na ordem de Christo, guarda-mór geral das Minas Geraes e pae do conego chantre Roque Luiz de Macedo Paes Leme, que tambem escreveu sobre tal genealogia.

Os Lemes de Portugal tinham como escudo de armas: — em campo de ouro, cinco melrêtas de sable em santor e timbre, uma das melrêtas entre uma aspa de ouro. Os de Flandres tinham: — em campo de prata, tres melrêtas de sable.

Representantes directos desse appellido, João e Lourenço Leme da Silva, naturaes de Ytú, filhos de Pedro Leme da Silva, alcunhado o Torto, o mesmo ytuano que affirmou a soberania de Portugal nos sertões da Vaccaria, ante trezentos castelhanos contidos pelo seu bacamarte aperrado, conforme narra Taques, eram dos maiores potentados de então. Creados na vida solta dos sertanistas, affeitos a lidar com o indio traiçoeiro e o mameluco temeroso, contavam em sua vida mais de um crime, o que não constituia, naquelles bravos tempos, um caso isolado. Entre esses delictos estava o assassinato do bandeirante capitão Antonio Fernandes de Abreu, em Ytú, cêrca de 1717, e que era tio de Maria Bicudo de Proença, mulher de João Cabral de Tavora.

Assim, inimigo desses potentados soberbos, poderosos e ricos, João Cabral de Tavora soffreu duras consequencias e conta Pedro Taques que, antes de passarem ao Cuyabá, "tinham obrado na villa de Ytú o barbaro attentado de tirarem com violencia da casa de seus paes, para suas concubinas, tres donzellas filhas bastardas de João Cabral e dellas entregaram uma para o estupro a Domingos Leme, amigo e parente dos insultores. Não satisfeitos dessa cruel violencia, roubaram ao mesmo Cabral uma filha de legitimo matrimonio para casar com Angelo Cardoso, a quem déram em dote os mesmos bens do aggravado velho Cabral, tirados do seu poder contra a vontade e por força de armas. Desse desgosto enlouqueceu Cabral e perdeu logo a vida."

A filha legitima raptada, chamava-se Appolonia Cabral de Tavora e taes factos se passaram em principios de 1723. Pouco tempo depois, o valido do governador de São Paulo, então Rodrigo Cezar de Menezes, por nome Sebastião Fernandes do Rego, para consecução de um plano que tinha em mente, mandou chamar a Minas Geraes Antonio Fernandes de Abreu, primo irmão de Appolonia e animava a este no sentido de promover o processo dos irmãos Leme, como de facto o fez. E o fim desses terriveis representantes da raça bandeirante é muito conhecido, excusando aqui repetil-o.

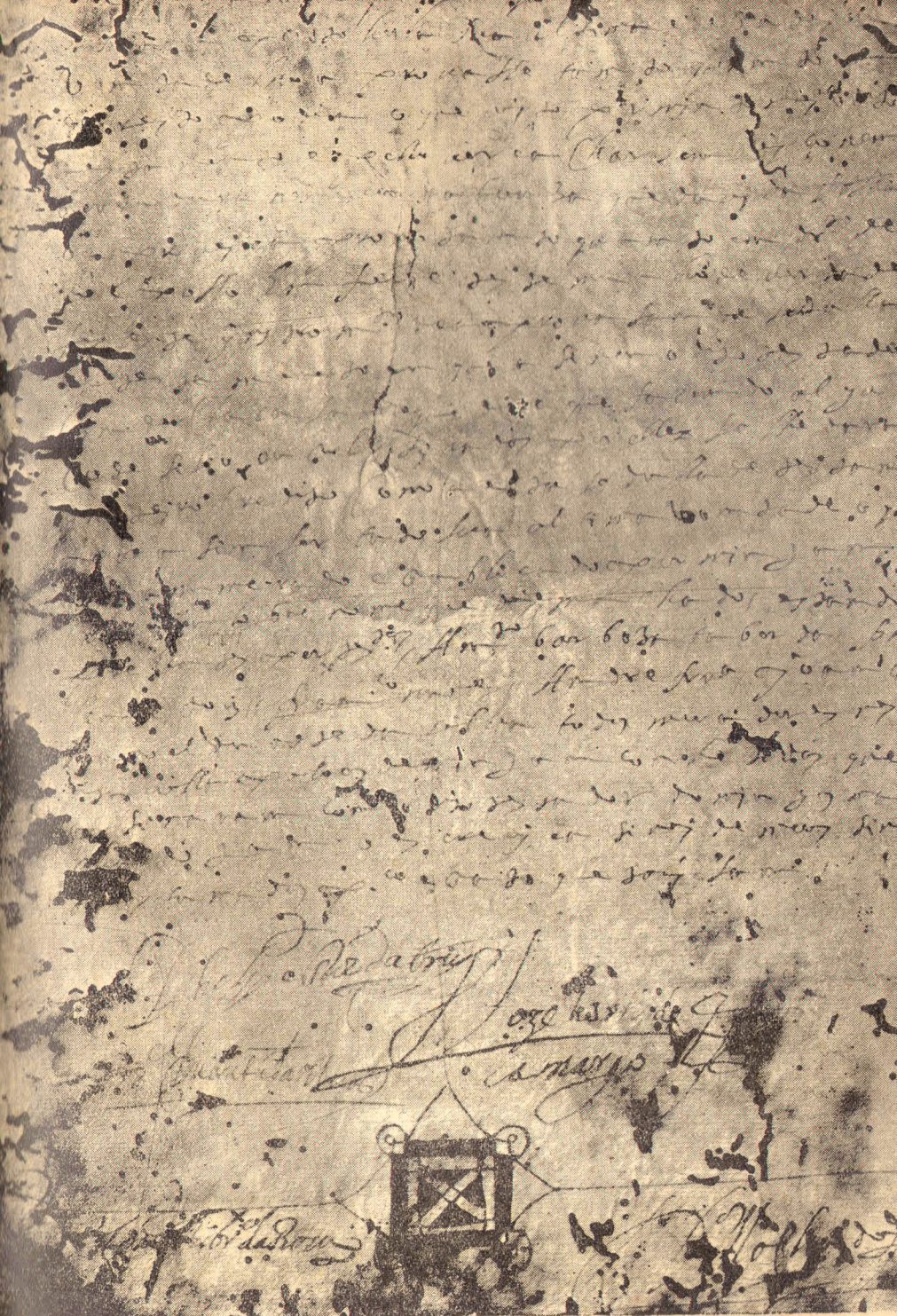
— § 4.º —

Auta Gomes Cabral.

— § 5.º —

Luiz Cabral de Tavora. — Falleceu solteiro.

— § 6.º —

Manuel Cabral de Tavora. — Foi casado com Maria de Oliveira, dos Cordeiros de Jundiahy e falleceu nessa villa, em 1700, sem geração.

VII

Marianna de Camargo.

CAPITULO SETIMO

Marianna de Camargo. — Casou-se primeiro a 8 de janeiro de 1631, na matriz de São Paulo, com Bartholomeu Bueno da Ribeira, o moço filho do sevilhano e de Maria Pires e, enviuvando, casou segunda vez na mesma villa, a 1.º de agosto de 1638, com o capitão de infanteria, Francisco da Costa Valladares, natural de Beja, em Portugal, filho de Luiz de Mustre de Valladares e de Maria da Costa.

Teve Marianna de Camargo, do seu primeiro casamento, os seguintes filhos:

§ 1.º — Maria Bueno de Camargo.
§ 2.º — Francisco Bueno de Camargo.
§ 3.º — Bartholomeu Bueno Cacunda.

— § 1.º —

Maria Bueno de Camargo. — Casou-se em São Paulo, com Balthazar de Lemos e Moraes, nascido em 1626, filho de d. Francisco de Lemos, natural de Orense, na Espanha e de Izabel de Moraes. Dom Francisco de Lemos, acima citado, foi um dos promotores da acclamação de Amador Bueno da Ribeira, na villa de São Paulo, a 1.º de abril de 1641. Foram seus companheiros nessa manobra politica, segundo Taques, d. Francisco Rendon de Quebedo e d. João Matheus Rendon, genros do acclamado, naturaes de Coria; d. Gabriel Ponce de León, d. Bartholomeu de Torales e seus filhos, d. André de Zunéga, d. Bartholomeu de Contrera e Torales e d. João de Espinosa Gusman, todos estes ultimos naturaes do Paraguay.

Taques dá a entender que esses castelhanos, junto com alguns mais, residentes em São Paulo, tencionavam com tal acto conservar a enorme extensão da capitania vicentina sob o dominio da Espanha. A acclamação de d. João IV de Portugal, segundo do nome entre os duques de Bragança, teve porém lugar pelos paulistas, a 3 de abril de

1641, com solemnidade, sob presidencia do capitão-mór João Luiz Mafra.

Maria Bueno de Camargo teve de seu casamento:

1. — **Leonor de Lemos e Moraes.** — Foi casada tres vezes: primeiro com Jeronymo Machado, fallecido em 1695; segunda vez, com Balthazar de Borba Gato, fallecido em 1718 e finalmente com João Pinto Guedes. Deixou geração dos dois primeiros maridos.

2. — **Izabel de Lemos e Moraes.** — Foi casada com Domingos de Freitas de Azevedo, filho do capitão Lucas de Freitas de Azevedo, natural de Santos e que alli exerceu cargos de confiança e de Lucrecia de Mendonça.

A proposito deste Domingos de Freitas de Azevedo, engana-se Silva Leme dizendo que o mesmo falleceu em 1692, pois cremos ter fallecido na Bahia em 1679 e o seu inventario foi aberto em São Paulo em 1683, como faz certo o seguinte termo:

> "Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e oitenta e tres annos nesta villa de São Paulo, capitania de São Vicente, etc.... Nesta dita villa e dita era, aos cinco dias do mez de outubro, nas casas de morada de Marianna de Camargo veiu o juiz dos orphãos Salvador Cardoso de Almeida, commigo escrivão de seu cargo e os avaliadores para fazer inventario dos bens que ficaram por morte do defunto Domingos de Azevedo e na dita casa achou o dito juiz a viuva que ficou do defunto, Izabel de Lemos e o capitão Bartholomeu Bueno Cacunda, cunhado do defunto e tio da mesma, aos quaes o dito juiz dera o juramento para que desse inventario todos os bens que por morte do dito defunto ficaram assim mesmos como de raiz, dinheiro, ouro, prata, encommendas e seus procedidos, pessôas escravos e da terra e se fez inventario e os herdeiros que lhe ficaram com pena de incorrer nas penas da Lei e ser tido por perjuro de que fiz este termo e disseram que morreu ab-intestado e os herdeiros que lhe ficaram eram os seguintes — digo os abaixo nomeados do que fiz este termo em que assignaram pela viuva André Portinho — Eu, Diogo Gonçalves, escrivão dos orphãos, escrevi. — Salvador Cardoso de Almeida.
>
> A rogo de Izabel ....
> Titulo dos herdeiros
> Lucas, de dez annos.
> Marianna, de nove annos, todos pouco mais ou menos."

Taunay, na sua erudita "Historia Geral", referindo-se a uma patente de capitão-mór passada a certo paulista, Domingos de Freitas

de Azeredo, a 5 de julho de 1677, pela Junta Trina, na Bahia, escreve não lhe ter sido possivel identificar o patronimico Azeredo, nos catalogos genealogicos paulistas do seculo XVII.

Tal patente se refere ao marido de Izabel de Lemos, pois elle falleceu em 1679, na Bahia, sendo substituido no seu posto de conquistador do gentio bravo, por Francisco de Chaves Leme.

A notar que Capistrano de Abreu, referindo-se ao mesmo personagem, escreve Domingos de Freitas de Azevedo e diz que, sahindo de São Paulo com uma tropa, attingiu os sertões do rio de São Francisco, sendo ahi desbaratado pelas nações barbaras com que pelejou. Propoz no entanto, algum tempo depois, ir ás cabeceiras do rio Paraguassú, a sessenta leguas do Itapororócas, procurar algumas aldeias de que tinha noticias. A sua tropa ficou dividida em duas companhias, cujos cabos foram Bernardo de Freitas de Azevedo e Antonio Coutinho. João Peixoto, grande sertanista bahiano, comprομettia-se a auxilial-o.

Não ficou porém conhecido o resultado de tal diligencia, sendo certo porém que Domingos de Freitas de Azevedo falleceu naquelles sertões.

Do seu casamento com Izabel de Lemos e Moraes ficaram, como vimos, dous filhos e o de nome Lucas alli mencionado, que Silva Leme tambem apenas accrescenta de Freitas, foi o mestre de campo Lucas de Freitas de Azevedo, que muito se distinguiu como sertanista.

E' assim que, findo o primeiro periodo do grande cyclo do ouro, a lenda do sertão das esmeraldas havia renascido, avivando-se entre os paulistas o mais antigo sonho bandeirante.

Entre os maravilhados dessa scisma, foram principaes Garcia Rodrigues Velho, Sebastião Pinheiro da Fonseca Raposo, Braz Esteves Leme, Domingos Dias do Prado, Sebastião Leme do Prado e Lucas de Freitas de Azevedo. Todos elles agiram no norte de Minas Geraes, em seus limites com a Bahia, cujo territorio invadiram. Na demanda das esmeraldas, toparam com alvéos auriferos, revelando assim as minas de ouro do Fanado, Minas-Novas, Serro-Frio, Itucambira, e, mais além, as do rio das Contas.

Lucas de Freitas de Azevedo apparece em Serro-Frio, logo após o seu descobrimento pelos paulistas Gaspar e Antonio Soares Ferreira, com alguns outros. (1701). Alli mineirou ouro e fundou uma fazenda de criar, obtendo uma sesmaria, dada pelo governador d. Braz Balthazar da Silveira, em 24 de janeiro de 1717.

Nesse anno preparou uma bandeira, com intuito do descobrimento das esmeraldas, tendo por parte do referido governador a patente de mestre de campo, em 17 de junho de 1717. Desta primeira tentativa, sahida de Serro-Frio, parece que nullo foi o resultado, porfiando

no entanto Lucas de Freitas no seu intento e disso faz prova uma segunda patente do mesmo posto, que lhe foi dada pelo governador d. Pedro de Almeida Portugal, em 6 de março de 1718.

Um documento datado de 1792 refere que descobriu uma serra que denominou das Esmeraldas, a qual deu em manifesto, "além do Sassuhy-Grande, para as Minas Novas, mas pelos muitos indios que por alli habitam não se tem descoberto nada."

Em taes diligencias o acompanhou o seu cunhado, o padre Antonio de Mendanha Sotomaior, e, segundo refére João da Silva Guimarães, numa informação ao conde de Sabugósa, datada de 12 de julho de 1734, chegaram a fazer escavações profundas em tal sitio, que suppunham, fôsse o mesmo em que estivera Marcos Antonio de Azeredo Coutinho, e no qual tambem fôra ter o capitão-mór Garcia Rodrigues Paes.

O certo é que até 1724, andava Lucas de Freitas de Azevedo empós o seu sonho verde, pelo Jequitinhonha abaixo, entre Ilhéos e Porto Seguro, em pleno sertão bahiano, tendo ao que consta colhido amostras de turmalinas verdes. No seu rastro, seguiu Sebastião Leme do Prado, em 1733, mas, attingindo os Ilhéos, se viu cercado pelos aymorés e retirou-se para as chapadas que medeiam entre os rios Pardo e Jequitinhonha, onde revelou jazidas auriferas.

Tendo abandonado suas terras de Serro-Frio cêrca de 1720, Lucas de Freitas de Azevedo, após suas diligencias de 1724, foi proposto pelo coronel Pedro Barbosa Leal, para commandante de um arraial que franqueasse o sertão das cabeceiras de Porto Seguro, rio Caravellas até ao rio Doce. Daqui em deante não sabemos mais desse temerario terneto de Jusepe de Camargo.

Foi casado, nas Minas Geraes, com Izabel de Mendanha Sotomaior, irmã do primeiro vigario encommendado da então villa de Principe, o padre Antonio de Mendanha Sotomaior, originario do Rio de Janeiro, da mesma familia do senhor de engenho em Campo Grande, Luiz Vieira Mendanha.

3. — **Marianna de Camargo.** — Foi casada com o capitão Francisco Pinto Guedes Alcanforado, natural de Portugal e fallecido em 1701. Deixou de seu casamento nove filhos.

4. — **Maria Bueno.** — Foi casada duas vezes: primeira com Estevam Ribeiro Bayão, filho de Antonio Ribeiro Bayão e de Maria Leme e segunda vez, com Francisco Martins Bonilha. Falleceu Maria Bueno em 1715 e deixou quatro filhos.

5. — **Mecia de Moraes.** — Foi casada com o capitão José Nunes de Siqueira, fallecido em 1705.

Foram filhos deste casal, Balthazar de Lemos e Siqueira, Bartholomeu Bueno de Siqueira, Pedro de Moraes e Siqueira e Antonio de Moraes Navarro, naturaes de Atibaia.

Os dous primeiros andaram em descobrimentos com seu primo o mestre de campo Lucas de Freitas de Azevedo e foram intrepidos exploradores de ouro nas Minas Geraes.

Balthazar de Lemos e Siqueira morava no Jequitinhonha, divisando com Lucas, no Serro-Frio, tendo ahi uma sesmaria concedida pelo governador d. Braz Balthazar da Silveira, em 2 de junho de 1717.

Abandonou porém essas terras e foi residir em Ytú, onde se casou em 1722 com Francisca Cubas, filha de Paschoal Delgado Lobo e de Izabel Cubas Ferreira. Falleceu nessa villa, quando se preparava para mudar, com a familia, para as minas de Cuyabá.

Seus irmãos, Bartholomeu e Pedro de Siqueira, passaram tambem das Minas-Geraes para o Cuyabá, e falleceram na passagem do Carandá. lutando com os payaguás (1737). Antonio de Moraes Navarro teve o posto de sargento-mór.

6. — **Balthazar de Lemos e Moraes.** — Foi casado duas vezes: primeiro em 1696, na villa de Parnahyba, com Izabel Pires Monteiro, filha de Salvador Jorge Velho e de Margarida da Silva e segunda vez, com Izabel de Siqueira da Silva, filha de João Henrique de Siqueira Baruel e de Lucrecia Leme da Silva.

Salvador Jorge Velho foi o descobridor das minas de seu nome em Curityba, tendo em Parnahyba o sitio de Yaribahyva, onde chegou a ter quinhentos e sessenta indios carijós administrados.

O padre Manuel da Fonseca conta que Salvador Jorge andou varios annos no sertão de Curityba, á cata de minas de ouro, sem as encontrar e interpellado sobre quando volveria ao seu lar em Parnahyba, respondeu que "devia muito e não tinha intenção de entrar em sua casa emquanto não achasse com que satisfazer aos seus credores."

Descoberto o precioso metal, delle tirou tanto, accrescenta o narrador, que "poude não só satisfazer aos seus credores mas ainda ornar a sua casa com varias peças de ouro."

Balthazar de Lemos e Moraes, que tambem assignava Balthazar de Lemos e Moraes Navarro, passou a residir nas Minas Geraes e foi procurador da corôa, nas minas de Tucambira, por occasião de serem reveladas pelo paulista Antonio Soares Ferreira, que tinha como companheiros de jornada ao capitão Manuel Corrêa de Arzão, João Soares Ferreira e Lourenço Carlos Mascarenhas de Araujo. A provisão nomeando a Balthazar de Moraes, tinha a data de 13 de fevereiro de 1701. Dessa região de Itucambira, desceram todos a se fixar em Serro-Frio, com os mesmos cargos, em 1702.

Deixando essas minas cêrca de 1708, Balthazar de Moraes foi em 1714 em companhia de Antonio Luiz do Passo, descobridor do rio Pardo, em 1698, e irmão do potentado do Serro-Frio, Geraldo Domingues, para o sertão em que os antigos paulistas teimavam existirem esmeraldas, sendo que dahi em deante não sabemos mais o seu destino.

Deixou geração de seus casamentos.

7. — **Catharina de Lemos e Moraes.** — Foi casada duas vezes: a primeira com Francisco de Arzão, fallecido em 1713, a segunda vez com o capitão José Nunes de Albuquerque, não tendo deixado geração.

— § 2.º —

Francisco Bueno de Camargo. — Casou com Marianna de Freitas de Azevedo, filha de Lucas de Freitas de Azevedo e de Lucrecia de Mendonça.

Exerceu varios cargos publicos em São Paulo, inclusivé o de juiz ordinario. Foi grande sertanista que tomou parte nos primeiros descobrimentos de ouro de Minas Geraes, tendo se situado no Ribeirão do Carmo, junto á barra do Guarapiranga, onde possuiu lavras abundantes (1700).

Passou depois a residir nas minas de Pitanguy, com seu genro José Rodrigues Betim e outros Camargos, alli se distinguindo em favor do governo, nos levantes daquella povoação, principalmente no que visou o brigadeiro João Lobo de Macedo e o juiz ordinario Manuel de Figueiredo Mascarenhas (1718-1719).

Teve os filhos seguintes:

1. — **Marianna de Freitas de Azevedo.** — Nascida em Atibaia, foi casada com José Rodrigues Betim, filho de Garcia Rodrigues Velho e de Maria Betim. Garcia Rodrigues Velho era filho de outro de igual nome e muito se salientou na luta entre os Pires e Camargos, ao lado destes ultimos, tendo fallecido em São Paulo, em 1671.

José Rodrigues Betim foi morador das minas de Pitanguy, tendo alli se distinguido, em favor do governo, no levante de 1719, ao lado de seu sogro Francisco Bueno de Camargo e o conde de Assumar, a esse proposito, enviou-lhe a seguinte carta:

> "Reconhecendo ser V.Mcê., uma das pessôas principaes dessa villa e que por isso terá obrigação de mostrar que é leal vassalo de S. M., entendo de V.Mcê., não terá parte na revolução desse povo, antes, espero da sua capacidade que contribuirá comsigo e com todos os seus parentes não só para refrear a insolencia desse povo desagradecido a todos os favores que lhe tenho feito, mas que contribuirá para que sem duvida alguma entre o brigadeiro João Lobo a executar as ordens que lhe dei para governar esse districto e porque fio de V.Mcê., esta diligencia lhe encommendo mui particularmente; e espero não me enganar na escolha que faço de V.Mcê., para a execução deste negocio que em todo tempo saberei agradecer a V.Mcê., da parte de Sua Magestade que Deus guarde, o que nisto obrar. Villa do Carmo, 10 de setembro de 1718. — Conde." —

José Rodrigues Betim exerceu cargos de confiança na villa de Pitanguy e deixou geração de seu casamento com Marianna de Freitas de Azevedo.

2. — **Bartholomeu Bueno de Azevedo.** — Foi casado duas vezes: primeiro, com Maria de Lima do Prado ou de Azevedo, filha de Manuel de Lima do Prado e de Anna Péres Vidal de Siqueira e segunda, com Anna Maria Ortiz de Camargo, filha do coronel Lucas de Camargo Ortiz e de Izabel Rodrigues. Bartholomeu de Azevedo foi, na villa de São Paulo, almotacel em 1716 e teve o posto de capitão. Falleceu em São Paulo, em 1726, na sua fazenda do bairro de Nossa Senhora do Desterro de Juquery, onde teve o seu inventario iniciado em agosto desse anno. Deixou geração.

3. — **Francisco Bueno de Camargo.** — Homonymo do pae, casou-se em Parnahyba com Maria da Silva, filha de Sebastião Soares Calhamares e de Domingas da Rocha do Canto. Foi pessôa de grande consideração e exerceu o cargo de vereador á Camara de São Paulo em 1724. O seu testamento foi escripto no sitio de Jundovira (Parnahyba) a 25 de setembro de 1736. Nelle declara ser natural de Santos e ter nas minas de Crixás dezoito escravos, em poder do seu filho, Francisco Bueno de Camargo. Falleceu em 6 de outubro do mesmo anno, deixando seis filhos.

4. — **Lucas de Freitas de Azevedo.** — Casou-se em 1697, em Parnahyba, com Esperança Franco, filha de Manuel Franco de Brito e de Maria da Rocha do Canto. Falleceu Lucas de Freitas em 1700, não deixando geração, por ter o filho unico Manuel fallecido na infancia, como se lê duma certidão passada a requerimento do capitão Manuel de Lima Pereira, segundo marido de Esperança Franco, em Mogy das Cruzes, a 16 de agosto de 1706, pelo vigario Bernardo Sanches de Aguiar.

5. — **Amador Bueno de Azevedo.**

6. — **Lucrecia Bueno.** — Foi casada com Bartholomeu Bueno Calhamares e deixou geração.

— § 3.º —

Bartholomeu Bueno Cacunda, o velho. — Foi casado com Izabel de Freitas, filha de Lucas de Freitas de Azevedo e de Lucrecia de Mendonça. Residiu na villa de São Paulo, onde exerceu cargos do governo, possuindo fazendas em Parnahyba e no sertão de Atibaia, onde reuniu grande escravatura indigena.

Foi grande sertanista caçador de indios, agindo de preferencia na região do rio Doce e ao norte do rio Parnahyba. Para essa ultima directriz, realisou em 1676 uma bandeira na qual foram, entre outros, Bartholomeu Bueno de Siqueira, João Luiz do Passo, Ascenço Gonçalves, Domingos Góes Pereira, Manuel Pires Salvago, Clemente Portes d'El-Rei, Miguel Garcia de Almeida e Cunha e Jeronymo Bicudo Côrtes.

Pedro Taques não tinha informação segura deste representante dos Camargos em São Paulo.

O proprio Silva Leme menciona tres filhos apenas do seu casamento, quando o seu inventario revela a existencia de seis, que foram:

1. — **Bartholomeu Bueno Cacunda.** — Silva Leme diz que se habilitou de genere, para ser admittido na ordem de São Bento, em 1697.

2. — **Joanna Baptista Bueno.** — Casou com Francisco Corrêa de Lemos, filho de outro de igual nome e de Maria de Moraes. Deixou geração.

3. — **Pedro Bueno Cacunda.** — Silva Leme dá apenas a indicação "Pedro", contida no inventario de seu pae Bartholomeu. Não ha duvida porém que se chamava Pedro Bueno Cacunda e foi grande sertanista. Vamos encontral-o, em 1708, com outros moradores de São Paulo, entre os quaes seu cunhado o capitão Francisco Corrêa de Lemos e seu sobrinho affin, Bartholomeu Corrêa Bueno, nas minas do rio das Mortes.

Anteriormente havia seguido de São Paulo em 1705, para a capitania de Espirito Santo, onde residiam os Corrêas de Lemos, seus parentes affins, alli adquirindo terras e plantando roças, com intenção de se dedicar á busca de minas de ouro. Por occasião de um levante nas Minas Geraes, ao qual acudiu o governador do Rio de Janeiro Fernando Mathias de Mascarenhas, Pedro Bueno o acompanhou e, com outros paulistas, prestou-lhe muitos serviços, pelo que tiveram, como recompensa, inclusive Bueno, sesmarias no rio das Mortes.

Regressando depois de 1708, ás suas terras do Espirito-Santo, teve alli contacto com os sertanistas Domingos Luiz Cabral e Martinho de Alvarenga, que o animaram a fazer uma expedição á serra do Castello, em demanda de ouro. Fazendo alli diligencias, encontrou

Pedro Bueno o metal desejado em varios ribeiros, dando então inicio ao povoamento daquelles sitios, que ficaram conhecidos pela denominação de minas de Pedro Bueno.

Sendo larga a faixa explorada, o governo da Bahia, por alvará de 18 de julho de 1712 lhe concedia uma sesmaria de tres leguas ao longo do rio Itapemirim. Em 1714, extendia as suas explorações á serra do Guandu' e mais tarde, avançava para o rio Manhú-assú, tributario do rio Doce. Ahi, muito assediado do gentio pury, fundou um arraial mais abaixo, no ribeirão de Sant'Anna, onde mineirou ouro muito tempo. Em 1717, achava-se elle residindo nas suas terras do valle do Itapemirim.

Em 1731, Pedro Bueno Cacunda, provido no posto de capitão, representava ao conde de Sabugósa, sobre ampliar as suas sondagens, enviando-lhe minucioso relatorio, acompanhado de informes favoraveis do capitão-mór Antonio Pires Forsas.

Dous annos após, munido do que solicitára, subiu o Manhú-assú, não obtendo porém o resultado desejado, que era o descobrimento de varios ribeiros auriferos.

Em 1734 insistia elle, já então perante El-Rei, em melhores meios para levar avante as suas explorações, solicitando como compensação a superintendencia das minas até então descobertas por elle e o rendimento das passagens dos rios Manhú-assú, Guandú e Itapemirim, além que quatro habitos de Christo.

No seu requerimento allegava que consumira a sua fazenda e a dos seus filhos, com risco continuado da sua vida, no decurso de vinte e quatro annos.

O conde de Sabugósa, porém, por motivos que não declarou, não concordou desta vez com taes solicitações. Desanimado, Pedro Bueno Cacunda se retirou para as cabeceiras do rio Doce e ahi viveu o resto de sua trabalhada vida, sendo que já era fallecido em 1750.

4. — **Lucrecia de Mendonça.** — Foi casada com o capitão José Corrêa de Lemos, fallecido em 1732, irmão de Francisco Corrêa de Lemos. Deixou geração.

5. — **Izabel Bueno.** — Foi casada em 1700, com João Pires Rodrigues, filho de João Pires Rodrigues e Branca de Almeida. Deixou geração.

6. — **José de Freitas.**

VIII

Anna Maria de Camargo.

CAPITULO OITAVO

Anna Maria de Camargo. — Silva Leme diz ter sido a ultima filha do tronco e a terceira esposa de Claudio Furquim Francez, filho de Estevam Furquim, natural de Lorraine (França) e de Suzana Moreira, esta filha de Jorge Moreira, natural do Porto, que veiu para a capitania em 1545, tendo se casado com Izabel Velho.

Do casamento de Anna Maria de Camargo, ficaram os tres filhos seguintes:

§ 1.º — Claudio Furquim de Camargo.
§ 2.º — José Ortiz de Camargo.
§ 3.º — Leonor Domingues de Camargo.

— § 1.º —

Claudio Furquim de Camargo. — Foi casado com Catharina Collaço da Costa, filha de Martim da Costa e de Izabel da Cunha. Falleceu Catharina em Sorocaba, em 1700, deixando de seu casamento os filhos:

1. — **Claudio Furquim de Camargo.** — Foi casado em 1714, em Ytú, com Joanna da Silva, filha de Antonio Rodrigues Pimentel e de Maria Rodrigues. Falleceu em 1740, deixando geração.

2. — **Martim Furquim.** — Casou-se com Petronilha Moreira, filha de João Moreira e de Gregoria da Silva.

3. — **Anna Maria de Camargo.** — Foi casada, em Parnahyba, com Antonio de Oliveira, filho de Sylvestre Ferreira e de Paula Fernandes.

4. — **Paschoal Furquim.**

5. — **Catharina da Costa.** — Falleceu solteira, em 1731, em Ytú.

— § 2.º —

José Ortiz de Camargo. — Nasceu cêrca de 1625 e foi casado com Izabel da Ribeira, filha de Jeronymo Bueno e de Clara Parente. O sogro havia sido grande bandeirante, tomando parte na conquista do Guayrá (1628) e do Tapé (1637) e, segundo narra Taques, "penetrou o sertão do rio Paraguay acompanhado de numerósa bandeira, com intento de conquistar diversas nações de indios barbaros, sahindo de São Paulo por commandante da expedição e com toda, ella pereceu ás mãos dos ditos barbaros" (1644).

José Ortiz de Camargo tomou parte saliente na vida politica da villa de São Paulo e tambem se dedicou ao sertanismo. Foi porém um politico esquivo ao desempenho dos cargos que lhe confiavam. Assim, eleito juiz ordinario em 1665, allegou não poder servir por estar soffrendo dos olhos "e tinha muito pouca vista para acudir ás suas obrigações e não podia sahir fóra de noite nem pelo sol, nem fazer e lidar com papeis, a que todos os juizes são obrigados."

A Camara não acceitou a excusa e mandou que o juiz fosse preso para casa. A questão foi parar na ouvidoria da capitania e o ouvidor João Corrêa de Sampaio mandou que José Ortiz de Camargo tomasse a vara, sob pena de duzentos cruzados de multa e de se proceder contra elle como rebelde e desobediente a Sua Magestade.

José Ortiz de Camargo teve assim, não obstante a sua doença dos olhos, que prestar o compromisso de juiz da villa, o que fez em data de 18 de fevereiro do anno mencionado.

Ainda refractario ás honrarias com que desejavam premiar a sua ponderada actuação na politica da villa, nomeado almotacel em 1666, se excusou allegando que "tinha sua mãe ha tempos enferma, de doença prolongada e que lhe era necessario accudir á sua saúde." Desta vez a Camara acceitou o pretexto.

Novamente reapparece em camara como almotacel em 1672. Em 1681, reunindo-se a Camara para eleger um vereador em lugar de Lucas de Camargo Ortiz, que seguira em bandeira para o sertão, foi eleito José Ortiz de Camargo, o qual sendo chamado para o respectivo juramento, declarou que não podia porque "estava criminoso na ouvidoria-geral, por o terem culpado na correição que fez João Corrêa." Era, além disso, parente de Diogo Bueno, outro parceiro da Camara

Foi por isso dispensado. O delicto consistia numa pratica usual do tempo. Desobediencia ás formalidades ou aos despachos judiciaes. Posteriormente, José Ortiz de Camargo praticou outro dessa natureza, por occasião do inventario de seu cunhado, Jeronymo Bueno, o Perna de Páu, juntamente com seu filho, o padre Felix Nabor de Camargo. Era então juiz ordinario seu parente José de Camargo

Ortiz e o filho de Anna Maria de Camargo "não quiz convir a dar bens e fazenda a partilhas, tomando armas em defeza, mostrando-se poderoso, sem querer admittir ao sobredito juiz ordinario José de Camargo Ortiz." Tal questão durou até tres annos após a morte de Jeronymo Bueno, grande bandeirante, que falleceu de um tiro de espingarda, num levante de sua indiada (1693).

Em 1684 e 1695, figurou José Ortiz de Camargo entre os que solicitavam a permanencia dos jesuitas na villa de São Paulo, que ameaçavam abandonar devido aos successos de 1683, oriundos da questão da escravidão dos indios. Em 1688 foi novamente eleito vereador e exerceu o cargo.

Como bandeirante, José Ortiz de Camargo fez varias entradas e de uma temos documento, por nol-o revelar Azevedo Marques, citando o antigo archivo do convento do Carmo em São Paulo. Dessa fonte transcrevemos o seguinte assentamento:

> "Aos cinco dias de fevereiro de mil seiscentos e sessenta e dous annos, assentamos em capitulo todos os religiosos deste convento, em como por falta de gente que tinham as fazendas, nos importava mandar ao sertão oito moços em companhia do capitão José Ortiz de Camargo, para que com o favor de Nossa Senhora pudessem trazer alguma gente, pois sem ella se acabariam totalmente, não só as fazendas, mas o convento e porque todos conviéram, escolhemos quatro moços da fazenda de São Pedro e quatro da fazenda de Embiacica e os enviamos para com dito capitão José Ortiz de Camargo proseguissem viagem."

Confunde no entanto Azevedo Marques esse José Ortiz de Camargo, com o tio homonymo, não somente ahi, como tambem quando diz que Izabel da Ribeira foi casada com "José Ortiz de Camargo, o causador da guerra entre os Pires e Camargos."

Falleceu em São Paulo, no anno de 1698 e do seu casamento ficaram os filhos:

1. — **Estevam Ortiz de Camargo.** — Casou em Parnahyba, em 1693, com Maria Cardoso, filha do capitão Francisco Pedroso Xavier e de Maria Cardoso.

Delle escreveu Pedro Taques que foi "cidadão que sempre occupou os cargos da republica com bom tratamento, veneração e respeito e foi morador no sitio de Nossa Senhora do O', onde possuia os bens de fortuna com grande numero de gados vaccuns e cavallares."

Ahi obteve uma sesmaria, por carta de 7 de agosto de 1710, das terras que alli já possuia, desde cêrca de 1693 e que começavam na porteira da capella de Nossa Senhora do O', até um ribeirão chamado

Iguabussú que fazia barra sobre o rio Tietê e de sertão, meia legua, resando a respectiva carta de sesmaria que "ficava reservada a testada da dita capella que são duzentas e setenta braças entre elle sesmeiro, com mais de cento e noventa braças que acabam em um ribeiro do moinho de Miguel de Camargo, as noventa com uma legua de sertão; as cem acabam logo em um ribeiro que vem do sitio de Antonio Bueno, incluindo todas as vargens e alagadiços de todo o fronteiro da outra banda do rio Tieté, começando do ribeiro ao moinho, até o ribeirão de Iguabussú."

Estevam Ortiz de Camargo exerceu na villa de São Paulo os cargos de juiz ordinario, em 1708 e almotacel, em 1718.

Falleceu em sua fazenda, em 27 de março de 1731 e sua mulher a 18 de julho de 1737.

Do casal ficaram cinco filhos, entre os quaes Izabel Ribeiro Ortiz de Camargo, casada com Gabriel Antunes de Campos, filho de Antonio Antunes Maciel e de Anna de Campos, que quando muito pequeno ainda, com seu tio Manuel de Campos Bicudo, penetrou o sertão de Caasapaguassú.

2. — **Felix Nabor de Camargo.** — Habilitou-se de genere em 1683. Foi vigario de Ytú, mais de vinte annos. Falleceu em 1732, deixando seus bens para sua sobrinha Archangela Ortiz de Camargo.

3. — **Bernardo Ortiz de Camargo.** — Foi casada com Antonio Bueno da Silva, filho de Bartholomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguéra e de Izabel Cardoso. Antonio Bueno da Silva tomou parte nos descobrimentos iniciaes de Minas Geraes.

Falleceu Bernarda de Camargo em São Paulo, em 1761.

4. — **Anna Maria de Camargo.** — Falleceu solteira.

— § 3.º —

Leonor Domingues de Camargo. — Ultima filha de Anna Maria de Camargo, foi casada em 1663, com Pedro da Rocha Pimentel, filho de João Ferreira Pimentel de Tavora e de Maria Ribeira. Pedro da Rocha Pimentel foi juiz em São Paulo em 1678 e pessôa de grande conceito. Requereu em Lisbôa carta de sentença de nobreza de seus paes e avós, Vicente da Rocha Pimentel e Maria Ferreira de Tavora, conseguindo-a. Falleceu em São Paulo, em 1699, deixando do seu casamento os dez filhos:

1. — **Antonio da Rocha Pimentel.** — Foi casado com Catharina Franco do Prado, filha do capitão Lourenço Franco Viégas e de Izabel da Costa Santa Maria. Distinguiu-se bastante Antonio Pimentel, tendo sido guarda-mór, por provisão de 13 de janeiro de 1698. Diz Silva Leme que teve o posto de coronel. Falleceu em Minas Geraes, em 1705, deixando de seu casamento cinco filhos, dentre os quaes Maria da Rocha Pimentel, que foi casada com Simplicio Pedroso Xavier, que tomou parte no levante de Pitanguy, em 1719. Catharina Franco do Prado falleceu em Mogy-Guassú, em 1764.

2. — **Bartholomeu da Rocha Pimentel.** — Casou-se cêrca de 1691, com sua parente Ursula Franco de Oliveira, filha de João Franco Viégas, e de Bernarda Luiz de Oliveira. Distinguiu-se na carreira politica, tendo sido, na Camara de São Paulo, almotacel em 1695 e 1700 e juiz ordinario em 1703. Falleceu antes de 1751, tendo deixado onze filhos, dos quaes se distinguiu o sargento-mór Pedro da Rocha Pimentel.

3. — **Jeronymo da Rocha Pimentel.** — Foi casado com Joanna de Lima do Prado, filha de João de Lima do Prado e de Maria de Siqueira de Camargo. Foi almotacel á Camara de São Paulo em 1698 e falleceu em 1714, deixando oito filhos.

4. — **João da Rocha Pimentel.** — Casou em 1692, em Parnahyba, com Maria Bueno Calhamares, filha de Manuel Peres Calhamares e de Francisca Cardoso. Exerceu na Camara de São Paulo os cargos de almotacel em 1700, de vereador em 1701 e juiz ordinario em 1707. Falleceu em Parnahyba, em 1726, deixando de seu casamento seis filhos.

5. — **Maria de Ribeira.** — Foi casada com Antonio Bicudo Camacho e deixou geração.

6. — **Anna Maria da Rocha.** — Foi casada com João Amaro. Sem geração.

7. — **Mecia Ferreira da Rocha.** — Foi casada com Domingos de Amores de Almeida, coronel de ordenanças da villa de São Paulo, por patente do governador Arthur de Sá e Menezes, de 7 de janeiro de 1698, approvada por El-Rei, a 20 de outubro do mesmo anno.

Servira antes de capitão da mesma ordenança, por patente dada pelo capitão-mór Manuel Peixoto da Motta e bastante se distinguiu, em favor do governo, na questão da moeda, em 1697, por occasião dos disturbios provocados por Pedro Ortiz de Camargo.

Falleceu antes de 1723, deixando geração de seu casamento.

8. — **Pedro.** — Falleceu solteiro.

9. — **João.** — Falleceu solteiro.

10. — **Vicente.** — Falleceu solteiro.

IX

Ignacio de Camargo

CAPITULO NONO

Ignacio de Camargo. — Ou, como ás vezes encontramos assignado, Innocencio Ortiz de Camargo, não vem mencionado por Silva Leme como filho do tronco, Jusepe de Camargo e, no entanto, do Archivo da Curia de São Paulo, no livro primeiro de casamentos, encontramos o seguinte assentamento:

> "Aos... dias de fevereiro de 1639, eu o padre Manuel Nunes, vigario confirmado desta villa de São Paulo, havendo procedido os pregões e admoestações, na forma do sagrado concilio, constando ser solteiro, casei a Ignacio de Camargo, filho de Juseph de Camargo, já defunto, com Maria Luiz, filha de Miguel Luiz, todos moradores nesta villa de São Paulo, foram testemunhas que ao presente se acharam, Estevam Gomes Cabral e Antonio Lourenço, de que dou fé e fiz este termo e assento. Manuel Nunes."

Miguel Luiz, o unico que encontramos com possibilidade de ser o referido no termo acima é o ultimo filho do casal tronco dos Carvoeiros, do qual Silva Leme apenas revelou o nome.

Ignacio de Camargo obteve em 1640 uma data de terras na estrada de Ibirapoera e figura em varios actos de deliberação da Camara de São Paulo, em que os homens bons tomavam parte.

Falleceu em Taubaté, para onde parece ter-se mudado, em 1684 e da descendencia do casal apenas sabemos dos filhos: Maria de Camargo, baptisada em São Paulo a 24 de março de 1642 e Francisco de Camargo, baptisado na mesma villa a 13 de fevereiro de 1654.

Bibliographia.

— Documentação inédita —

Archivo da Curia de São Paulo. — Livro primeiro de nascimentos e de casamentos da Sé de São Paulo.

Cartas do dr. Ricardo Gumbleton Daunt. — Existentes no archivo particular de seu neto homonymo, em São Paulo.

Inventarios e Testamentos. — Existentes no Archivo Publico do Estado. — Bento de Siqueira e sua mulher Anna Maria de Camargo. — Maço n.º 14. — Domingos de Freitas de Azevedo. — Maço n.º 11. — Estevam Ortiz de Camargo. — Maço n.º 19. — Francisco Bueno de Camargo. — Maço n.º 20. — Francisco de Camargo e sua mulher Izabel Ribeiro. — Maço n.º 7. — Francisco Nunes de Siqueira. — Maço n.º 10. — João de Camargo e sua mulher Mecia Rodrigues. — Maço n.º 8. — João Ortiz de Camargo. — Maço n.º 16. — José Ortiz de Camargo. — Maço n.º 6. — Lucas de Freitas. — Maço n.º 14. — Matheus de Leão. — Maço n.º 14.

Varios papeis avulsos do seculo XVII. — Existentes no Archivo Publico do Estado.

— Documentação impressa —

Actas da Camara da Villa de São Paulo. — Volumes — I — II — VI — VII — VIII — IX.

Archivo Nacional. — Publicações. — Volumes — XI — XXVII.

Documentos Historicos. — Publicação do Archivo e da Bibliotheca Nacional. — Volumes (Série) — III — IV — V — XI — XIII — XX.

Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de São Paulo. — Publicação do Archivo do Estado de São Paulo. — Volumes — XXVI — XXXII — XLI — XLVII — LI — LII — LIII.

Inventarios e Testamentos. — Publicação official do Archivo do Estado de São Paulo. — Volumes — II — III — X — XI — XIV — XV — XVI — XVII — XVIII — XIX — XX — XXI — XXII — XXIII — XXV — XXVII.

Registro Geral da Camara Municipal de São Paulo. — Volumes I — II — III — IV — VI — VII — IX — X.

Sesmarias. — Publicação official do Archivo do Estado de São Paulo. — Volumes I — II.

— Nos "Annaes da Bibliotheca Nacional" —

Archivo Ultramarino — Inventario dos documentos referentes ao Brasil — Rio de Janeiro — Volume XXXIX.

— Nos "Annaes do Museu Paulista" —

Affonso de E. Taunay — Documentação paulista de procedencia bahiana. — Volume III — Documentação do Archivo de Sevilha. — Volume V. — A grande vida de Fernão Dias Paes. — Volume IV. — Historia da cidade de São Paulo no seculo XVIII. — Volume VI.

Feu de Carvalho. — Occorrencias em Pitanguy. — Volume IV.

Na Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro

Alfredo Ellis Junior — Alguns paulistas dos seculos XVI e XVII — Tomo III — Especial do Congresso Internacional de Historia da America. — Rio, 1927.

Assento tomado na Relação da Bahia sobre a guerra aos indios selvagens — Anno de 1694 e 1695 — Volume VII.

Catalogo dos documentos mandados copiar por D. Pedro II — Conselho Ultramarino — Registos — Volume LXVII.

Descobrimento da capitania de Minas Geraes. — Manuscripto da Bibliotheca da Ajuda — 1781 — Volume LXXI.

Francisco Alberto Rubim — Noticias para a historia do Espirito Santo. — Volume XIX.

Noticia pratica que dá ao Reverendo Padre Diogo Soares o Mestre de Campo José Rebello Perdigão sobre os primeiros descobrimentos das Minas Geraes de Ouro. — Volume LXIX.

Pedro Taques de Almeida Paes Leme — Nobiliarchia paulistana — Volumes XXXII a XXXV — Rio de Janeiro, 1869 a 1872 — Informação sobre as minas de São Paulo. — Volume LXIV.

Na Revista do Instituto Historico e Geographico de São Paulo

Basilio de Magalhães — Documentos relativos ao bandeirismo paulista e questões connexas no periodo de 1664 a 1700 — Volume XVIII.

Frei Gaspar da Madre de Deus — Parecer sobre um estudo genealogico. — Volume XX.

José de Paula Leite de Barros — Algumas notas genealogicas da familia Paula Leite. — Volume XXV.

Orville Derby — Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Geraes. — Volume V.

— Na Revista do Archivo Publico Mineiro —

Abilio Velho Barreto — Summario do Codice N.º 11 do Governo de Minas Geraes — 1717 — 1721 — Volume XXIV.

Coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça — Primeiros descobridores das Minas de Ouro na capitania de Minas Geraes — Volume IV.

Bernardo Xavier Pinto e Souza — Memorias historicas da Provincia de Minas Geraes — Volume XIII.

Capistrano de Abreu — Fernão Dias Paes, o descobridor das esmeraldas — Conselho Ultramarino — 1682 — Volume XIX.

Feu de Carvalho — Indice dos livros do Archivo Publico Mineiro — Volume XXI.

Padre Julio Engracia — Addenda ás "Ephemerides Mineiras" — Volume IX.

Luiz Antonio Pinto — Archivo da Camara Municipal da villa do Principe, hoje cidade do Serro — Volume I.

Memoria do arraial de São Miguel de Piracicaba — Livro Primeiro da Receita da Fazenda Real destas minas do Serro do Frio e Tucambira, de que é guarda-mór explorador o capitão Antonio Soares Ferreira. — Volume VII.

Registro de diversas cartas patentes concedidas por D. Braz Balthazar da Silveira — 1714 — 1717 — Volume III.

Sesmaria de Lucas de Freitas Azeredo — Volume IV.

— Obras diversas —

A. del Arco y Molinero — Glorias de la nobleza española. — Tarragona, 1894.

Affonso de E. Taunay — Historia Geral das Bandeiras Paulistas. — São Paulo, 1924 - 1930. — 6 volumes. — Historia Seiscentista da villa de São Paulo. — São Paulo, 1926. — 4 volumes.

Alberto y Arturo Garcia Carraffa — Enciclopedia heraldica y genealogica hispano-americana. — Tomo XIX, Madrid, 1925. — Buenos. — Tomo XXI — Camargos.

Alberto Lamego — A terra goytacá. — Bruxellas, 1913-1915 — 3 volumes.

Alfredo Ellis Junior — O bandeirismo paulista e o recúo do meridiano. — São Paulo, 1934.

Almanack de Minas — 1864.

Antonio Olyntho dos Santos Pires — A mineração. — Riquezas mineraes. — Livro do Centenario — Rio, 1902 — Volume III.

Athayde Marcondes — Pindamonhangaba. — São Paulo 1922,

Basanta de la Riva — Catalogo de hijosdalgos. — Valladolid, 1920. — 4 volumes.

Basilio de Magalhães — Expansão geographica do Brasil colonial — São Paulo, 1935.

B. Capdevielle — Misiones jesuiticas en el Paraguay — Assunción, 1923.

Frei Caetano de Souza — Historia genealogica da Casa Real Portugueza. — Volume XII.

Capistrano de Abreu — Caminhos antigos. — Rio, 1930.

Cartas avulsas dos jesuitas — Rio, 1930.

Cartas de Indias — Edição do Ministerio del Fomento — Madrid, 1877.

Carlos Calvo — Nobiliario del antiguo Virreynato del Rio de la Plata — Buenos Aires — 1936.

Carlos Morla Vicuña — Estudio Historico — Leipzig, 1903.

Carlos Teschauer — Historia do Rio Grande do Sul dos primeiros seculos. — Porto Alegre, 1918-1922 — 3 volumes.

Ciriaco Miguel Vigil — Heraldica Asturiana. — Oviedo, 1892. — Pedro Menendez de Avilés, primer adelantado y conquistador de la Florida. — Avilés, 1922.

Diogo L. A. P. de Vasconcellos — Historia Antiga das Minas Geraes — Bello Horizonte, 1904 — Historia Media de Minas Geraes — Bello Horizonte, 1918.

Diego Ortiz de Zuñiga — Discurso genealogico de los Ortizes de Sevilla. — Cadiz, 1670.

Dionisio de Alsedo y Herrera — Piraterias y Agresiones en la America española — Madrid, 1863.

Enrique de Gandia — Indios y conquistadores — Buenos Ayres — 1932. Limites de las gobernaciones sud-americanas en el siglo XVI — Buenos Ayres, 1933. — La ciudad encantada de los Cézares. — Buenos Ayres, 1933.

Ernesto Morales — Exploradores y Piratas en el Sur Argentino — Montevideu, 1936.

Estevam Leão Bourroul — O dr. Ricardo Gambleton Daunt — São Paulo, 1900.

Francisco Borges de Barros — Bandeirantes e sertanistas bahianos — Bahia, 1919.

Francisco Fernandez de Bettencourt — Nobleza de España. — Anales. — Madrid, 1880.

Francisco Pifferrer — Nobiliario — Madrid, 1855-1860 — Volume III.

Felisbello Freire — Historia Territorial do Brasil — Rio, 1906. — I volume.

Frederico Adolpho de Varnhagem — Historia Geral do Brasil. — 4.ª edição. — São Paulo, sem data. — Volume III (3.ª edição integral Weisflog).

Gonsalo Argóte de Molina — Nobleza de Andalucia — Jaen, 1886.

Henrique de Vedia — Historiadores primitivos de Indias. — Madrid, 1918-1923 — 2 volumes.

J. Perez Balsera — Los caballeros de Santiago. — Madrid, 1934. — Volume III.

J. Turibio de Medina — Coleción de documentos ineditos para la historia de Chile. — Santiago, 1899. — Volume III.

Frei Jeronymo de Souza — Historia de la ilustre casa de Souza. — Madrid, 1770.

João Pandiá Calogeras — As Minas do Brasil e sua legislação. — Rio, 1904-1905 — 3 volumes.

José Antonio Saco — Historia de la esclavitud de los indios en el Nuevo Mundo — Habana, 1932 — 2 volumes.

José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo — Memorias Historicas do Rio de Janeiro. — Rio, 1822 — II e VIII.

Luiz Gonzaga da Silva Leme — Genealogia Paulistana — São Paulo, 1903-1905 — 9 volumes.

Luiz Rubio y Moreno — Pasajeros a Indias. — Madrid — sem data — 2 volumes.
Luiz de Salazar y Castro — Historia genealogica de la casa de Lara. — Tomo I, Madrid, 1696.
M. Muratori — Relation des Missions du Paraguai. — Louvain — 1822.
Manuel Escágedo Salmón (Padre) — Solares montañeses. — Santander, 1928 — Volume III.
Manuel Eufrazio de Azevedo Marques — Apontamentos Historicos da Provincia de São Paulo — Rio, 1879 — 2 volumes.
Manuel da Fonseca — Vida do padre Belchior de Pontes — São Paulo, 1932.
Moreira de Azevedo — Noticias e variedades historicas brasileiras — Rio, 1873.
Moretzon de Castro — Apontamentos genealogicos. — Santos, 1900.
Pablo Hernandes (Padre) — Misiones del Paraguay — Barcelona, 1913 — Volume I.
Pablo Pastells (Padre) — Historia de la Compañia de Jesus en la provincia del Paraguay. — Madrid, 1915 — II volume — El descubrimiento del Estrecho de Magallanes — Madrid, 1920 — 2 volumes.
O Panorama — Volume II — 1838.
Paulo Prado — Paulistica — São Paulo, 1934.
Perdigão Malheiros — A escravidão no Brasil. — Rio, 1886.
Roberto Levellier — Gobernación del Tucuman. — Madrid, 1919 — Volume I.
Ruy Diaz de Gusman — Argentina — Buenos Ayres, 1882.
Sanches de Baena (Visconde) — Archivo heraldico - genealogico. — Lisboa, 1872 — Indice Heraldico — Lisboa, 1872.
Senen Alvarez de la Rivera — Bibliotheca historico-genealogica Asturiana — Santiago de Chile, 1924 — Volume I.
Soares de Mello — Emboabas — São Paulo, 1929.
Villar y Pascual — Diccionario genealogico — Madrid, 1858 — Volumes II, III e V.
Villar y Psayla — Linajes de España — Madrid, 1878 — Volume I.

INDICE

ACADEMIAS, INSTITUTOS E ASSOCIAÇÕES GENEALÓGICAS

às quais são enviadas as publicações do *Instituto Genealógico Brasileiro*:

ARGENTINA: Instituto Argentino de Ciências Genealógicas.

BRASIL: Institutos Genealógicos de: Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Baía, Espírito Santo, Rio de Janeiro (Distrito Federal), São Paulo, Minas Gerais, Goiáz, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sociedade Hans Staden.

ESTADOS UNIDOS: American Heraldy Society; The Genealogical Society of Utah; The Institute of American Genealogy; New England Historical Society e The New York Genealogical and Biographical Society.

ALEMANHA: Zentralstelle fuer deutsche Personen - und Familiengeschichte (Instituto Central de Genealogia Alemã); Deutsche Gesellschaft fuer Familienknde und Eugenik (Sociedade Alemã de Genealogia e Eugenia); Heraldische Gesellshaft Adler (Sociedade de Heráldica Adler); Verein Herold (Sociedade Herold); Gothaische Genealogische Taschenbuecher (Almanaques Genealógicos de Gotha).

BÉLGICA: Conseil Heraldique de Belgique.

ESPANHA: "Archivo Heraldico".

FRANÇA: Academie Heraldique Universel; "Bulletin de l'Association de la Noblesse française"; College Heraldique de France; Institut Historique et Heraldique de France; e Society Française d'Heraldique.

HUNGRIA: Magyar Heraldical es Genealogical.

ITALIA: Collegio Araldico; Consulta Araldica del Regno; Reale Commissione Araldica Lombarda e "Rivista Araldica".

INGLATERRA: College of Arms; Court of the Lord Lyon; Herald's College; International College of Heraldy; London Genealogical Society; Lyon King of Arms; e The Society of Genealogists.

POLONIA: Kolegium Heraldycznego; Polskie Towarzystwo Heraldyczzne; e Societé Heraldique.

SUIÇA: Convention International d'Heraldique; e Societé Suisse d'Heraldique (três com o mesmo nome: em Baule, Friburg e Lausane).

INSTITUTOS NOS ESTADOS, FILIADOS AO INSTITUTO GENEALÓGICO BRASILEIRO (ENDEREÇO E PRESIDENTE):

AMAZONAS: Rua Barroso, 307 - Manaus. Presidente: Paulo de Melo Rezende.

PARÁ: Trav. Campos Sales, 147 - Belém. Presidente: Major Adolfo Pereira Dourado.

CEARÁ: Rua João Lopes, 14 - Fortaleza. Presidente: Dr. Raimundo Girão.

RIO GRANDE DO NORTE: Rua Conceição, 622 - Natal. Presidente: Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros. Vice-presidente, em exercício: Dr. Nestor Lima.

PARAÍBA: Rua Roggers, 119 - João Pessoa. Presidente: Cônego Florentino Barbosa.

PERNAMBUCO: Caixa Postal, 552 - Recife. Presidente: vago.

SERGIPE: Rua Itabaianinha, 41 - Aracajú. Presidente: Epifanio da Fonseca Doria.

BAÍA: Av. 7 de Setembro - Salvador. Presidente: Dr. João da Costa Pinto Dantas Jr.

ESPÍRITO SANTO: Caixa Postal, 1 - Vitória. Presidente: Dr. Francisco Eugenio de Assis.

RIO DE JANEIRO (Distrito Federal): Rua do Chile, 21 - Rio de Janeiro. Presidente: General Emilio Fernandes de Sousa Dócca.

S. PAULO: Caixa Postal, 3363 - S. Paulo. Presidente: Dr. F. A. Carvalho Franco.

MINAS: Rua Felipe dos Santos, 69 - Belo Horizonte. Presidente: Dr. Decio de Vasconcelos.

GOIAZ: Rua 15 de Novembro, 32 - Goiaz. Presidente: Desembargador João Francisco de Oliveira Godoi.

PARANÁ: Rua Buenos Aires, 200 - Curitiba. Presidente: Dr. Artur Martins Franco.

RIO GRANDE DO SUL: Rua Duque de Caxias, 1234 - Porto Alegre. Presidente: Coronel Luiz Carlos de Morais.

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO GENEALÓGICO BRASILEIRO

a) **Revista Genealógica Brasileira** - No prélo o n.º 8.
b) **Anuário Genealógico Brasileiro** - No prélo o V° ano.
c) **Índices Genealógicos Brasileiros** - PUBLICADOS :
1 - Índice do "Catálogo Genealógico", de frei Jaboatão, † 1768.
2 - Índice da "Nobiliarquia Pernambucana", de Borges da Fonseca, † 1748.
3 - Índice da "Nobiliarquia Paulistana", de Pedro Taques † 1777.
(Os ns. 3 e 4 num só volume)
4 - Índice da "Genealogia Riograndense", de Godofredo Felizardo.
A PUBLICAR:
5 - Índice da "Genealogia Paranaense", de Francisco Negrão, † 1926.
6 - Índice da "Genealogia Mineira", de Artur Rezende.
7 - Índice da "Genealogia Paulistana", de Silva Leme, † 1919.
d) **Biblioteca Genealógica Brasileira** - Sob a direção de Salvador de Moya, Presidente do Instituto Genealógico Brasileiro. Coleção de obras genealógicas, independentes umas das outras, de autores diversos. Já estão publicadas:
1 - "Os Almeidas e os Nogueiras do Bananal", Dr. Geraldo Cardoso de Melo.
2 - "O Conde de Moreira Lima", Dr. Gama Rodrigues.
3 - "Subsídios Genealógicos", Dr. Carlos da Silveira.
4 - "Nobiliário Colonial", Dr. Carvalho Franco.
5 - "Cinco Vultos Meiapontenses", Jarbas Jayme.
6 - "Os Camargos de S. Paulo", 2.ª ed., Carvalho Franco.
A PUBLICAR:
- "Nobiliario da Antiga Capitania e Provincia de S. Paulo", Dr. Carvalho Franco. (Com brazões desenhados e notas heraldicas por Roberto Tuth).
- "Algumas Notas sobre os Pires de Campos", Hernani de Campos Seabra.
- "Os Sousas, de Campinas", Dr. Teodoro de Sousa Campos Júnior.
- "A Família Franco da Rocha", Dr. Alexandre Guimarães dos Santos.
- "Genealógia Riograndense - Título Rodrigues da Silva", Drs. Jorge Godofredo Felizardo e Carlos Grandmasson Rheingantz.
- "Província Eclesiástica de São Paulo", Dr. Vasco Smith de Vasconcelos.
- "Gens Lorenensis", Dr. Gama Rodrigues.
- "Simbologia Heráldica", Salvador de Moya.
- "A Família Junqueira", Salvador de Moya.
- "Catálogo de Autores Genealógicos", Salvador de Moya.
- "Dicionário Bibliográfico de Apelidos Luso-Brasileiros", Salvador de Moya.
- "Árvores de Costado do Cônego Roque de Macedo", Dr. Afonso Taunay (2.ª edição, corrigida, aumentada e com índice).
- "Genealógia Guaratinguetaense", Dr. Gastão de Meireles França.
- "Descendência de Joaquim Rodrigues Cesar", Dr. José Bonifacio de Arruda.
- Os "Ex-Libris Brasileiros", Salvador de Moya e Dr. Nery de Siqueira e Silva.
Seguir-se-ão outras obras dos srs.: Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, Horácio Rodrigues da Costa, Dr. Renato Egidio de Souza Aranha, e outros.
e) **Anuário Biográfico Brasileiro** (em projeto).

OBRAS À VENDA NO INSTITUTO: (porte já incluso)
(Séde administrativa e redação: rua Voluntários da Pátria, 2912 - S. Paulo)

Genealogia Paulistana, de Silva Leme, 9 volumes, de 550 páginas . .	Cr. $100,00
"Índice da Genealogia Paulistana", de Silva Leme	Cr. $ 50,00
Revista do Instituto de Estudos Genealógicos, coleção completa (6 n.os)	Cr. $ 30,00
Anuário Genealógico Brasileiro, para os sócios e assinantes fixos, cada vol.	Cr. $ 20,00
"Revista Genealógica Brasileira, assinatura anual	Cr. $ 15,00
"Bibliotéca Genealógica Brasileira", cada vol.	Cr. $ 10,00
"Índices Genealógicos Brasileiros", cada vol.	Cr. $ 5,00

Estab. Gráfico "Cruzeiro do Sul"
R. Sto. Antonio, 93 - São Paulo

Preço deste volume: Cr. $ 5,00

Biblioteca Genealógica Brasileira

6

CARVALHO FRANCO

Os Camargos de São Paulo

2.ª EDIÇÃO, AUTORIZADA PELO AUTOR
(Meio Milheiro)

1943